

Índice Sistemático

<i>Apresentação da 15ª Edição</i>	7
<i>Apresentação da 14ª Edição</i>	9
<i>Apresentação da 12ª Edição</i>	11
<i>Apresentação da 8ª Edição</i>	13
<i>Apresentação da 1ª Edição</i>	15

INTRODUÇÃO	75
1. Normas jurídicas primárias e secundárias. Norma processual. Definição de Direito Processual Civil	75
2. História do Direito Processual Civil. De Roma a nossos dias	75
3. História do Direito Processual Civil brasileiro	77
4. Normas processuais e Lei de Organização Judiciária. Regimento interno dos tribunais. Constituição e outras leis ...	78
5. Norma processual no tempo. Retroação	78
6. <i>Vacatio legis</i> e aplicação das novas leis	79
7. Normas processuais no espaço	80
8. Natureza da norma processual. Interpretação	80

CAPÍTULO I JURISDIÇÃO

CONCEITO DE JURISDIÇÃO	82
1. Justiça privada e justiça pública	82
2. O litígio e a atividade substitutiva da jurisdição	82
3. A solução dos litígios	83

4. Atividade jurisdicional executiva.....	83
5. Atividade jurisdicional cautelar	84
6. Definição de jurisdição	84
FUNÇÕES ESTATAIS. ADMINISTRAÇÃO. LEGISLAÇÃO. JURISDIÇÃO	84
7. Atividades estatais	84
8. Divisão dos poderes	85
9. Função jurisdicional. Regulamentação do caso concreto ...	85
10. Exercício da jurisdição. Poder Judiciário. Autonomia e independência dos órgãos	86
GARANTIAS DA JURISDIÇÃO.....	87
11. Imparcialidade do juiz e do juízo.....	87
12. Independência do juiz	87
13. O juiz natural	88
14. Improrrogabilidade e indeclinabilidade da jurisdição	88
15. Princípio da independência e a atividade judicial. Equidade ..	88
UNIDADE DA JURISDIÇÃO.....	89
16. Jurisdição penal e civil.....	89
CAPÍTULO 2	
JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	
INTERVENÇÃO ESTATAL NOS NEGÓCIOS PRIVADOS	91
17. Interesse público	91
ATRIBUIÇÕES ADMINISTRATIVAS AO PODER JUDICIÁRIO.....	92
18. Jurisdição voluntária	92
PRINCÍPIOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	92
19. Contenciosidade e administração.....	92
20. Atuação do juiz, de ofício, na jurisdição voluntária	93
21. Ausência de partes em jurisdição voluntária	93
22. Procedimento de jurisdição voluntária.....	93
23. Jurisdição voluntária e revelia.....	93
24. Princípio inquisitivo na jurisdição voluntária	94
25. Limites da decisão em jurisdição voluntária.....	94
26. Critério de legalidade estrita	94
27. Coisa julgada na jurisdição voluntária.....	95
28. Capacidade para requerer em jurisdição voluntária.....	95

29. Recursos.....	96
30. Surgimento de contenciosidade na jurisdição voluntária....	96
31. Princípios de jurisdição voluntária em jurisdição contenciosa	96

JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA. LINHAS LIMÍTROFES	97
32. Critérios definidores.....	97

CAPÍTULO 3 O PROCESSO

JURISDIÇÃO E PROCESSO.....	99
33. Conceito de processo. Sentido jurídico.....	99

CLASSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS	100
34. Processo de Conhecimento	100
35. Processo de Execução	100
36. Processo Cautelar.....	101
37. Estrutura do processo.....	101

PROCESSO E PROCEDIMENTO	101
38. Movimentação do processo. Procedimento ordinário.....	101
39. Procedimento sumário	102
40. Procedimentos especiais	102
41. Conclusões diferenciais	102
42. O Direito brasileiro	104

NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO.....	104
43. Necessidade de caracterização.....	104
44. O processo como contrato.....	105
45. O processo como quase contrato	105
46. O processo como relação jurídica.....	105
47. Sujeitos da relação processual	106
48. O processo como situação jurídica	106
49. Moderna teoria que dá relevância à situação jurídica	107
50. O processo como instituição jurídica.....	108

DIREITO BRASILEIRO. RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL	108
51. Direitos e deveres das partes. Obrigação do juiz	108
52. Deveres, ônus e faculdades	109
53. Pluralidade de relações processuais	109

54. Autonomia da relação processual	110
55. Unidade e complexidade da relação processual.....	110
PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	112
56. Existência e validade do processo.....	112
57. Pressupostos de constituição válida da relação processual	112
58. Pressupostos objetivos de constituição válida da relação processual.....	113
59. Pressupostos de desenvolvimento válido do processo	114
60. Convalidação dos pressupostos processuais, por determinação do juiz	114
61. Validação do processo pelos fins alcançados.....	114
PRINCÍPIOS DIRETORES DO PROCESSO.....	115
62. Importância do conhecimento dos princípios informativos do processo	115
63. Princípio da igualdade, do contraditório e da ampla defesa	115
64. Princípio dispositivo	116
65. Princípio do devido processo legal	117
66. Princípio da verdade real	118
67. Princípio da lealdade e boa-fé.....	118
68. Princípio da oralidade	119
69. Princípio da identidade física do juiz (imedição).....	119
70. Princípio da concentração	119
71. Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias.....	120
72. Princípio da eventualidade	120
73. Princípio da publicidade	121
74. Princípio da economia processual.....	121
CAPÍTULO 4	
AÇÃO	
A AÇÃO COMO MEIO DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO.....	123
75. A lide.....	123
76. Conceito de ação.....	123
NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO	124
77. Concepção privatística	124
78. A polêmica entre Windscheid e Muther.....	124
79. Teoria da ação como direito concreto	124
80. A ação como direito abstrato	125
81. Ainda a ação como direito concreto. Chiovenda. Direito potestativo. Condições da ação	125

82. Carnelutti. Conceito de lide	126
83. Liebman. Reformulação da teoria de Carnelutti.....	126
AS CONDIÇÕES DA AÇÃO	127
84. A ação como direito. Condições de exercício.....	127
85. Condições da ação e pressupostos processuais.....	128
86. A possibilidade jurídica	128
87. Legitimidade para a causa.....	129
88. Interesse processual	130
89. Carência de ação	131
90. Condições de admissibilidade do julgamento da lide. Re- conhecimento de ofício	131
CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	132
91. Ação e pretensão	132
92. Ação de conhecimento, de execução e cautelar.....	133
93. Ação declaratória, condenatória e constitutiva	133
94. Ação declaratória incidental	134
95. Ação executiva <i>lato sensu</i> e ação mandamental	134
CAPÍTULO 5	
DAS PARTES	
RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL.....	136
96. Sujeitos do processo e partes	136
97. Autonomia da relação processual. Sua importância no con- ceito de parte.....	137
98. Parte no sentido material e parte no sentido processual. Substituição processual.....	137
99. Princípio da dualidade de partes	138
100. Princípio da igualdade de partes	138
101. Capacidade de ser parte. Lei processual	138
CAPACIDADE DE ESTAR EM JUÍZO OU CAPACIDADE	
PROCESSUAL	139
102. Capacidade de ser parte e capacidade para estar em juízo. Assistência e representação	139
103. Capacidade de estar em juízo e jurisdição voluntária.....	139
104. Capacidade de ser parte. Capacidade para estar em juízo e legitimação para a causa.....	140
105. O nascituro.....	140

106. Irregularidades sanáveis. Representação e assistência.....	140
PESSOAS NÃO NATURAIS E ENTIDADES COM CAPACIDADE PROCESSUAL. REPRESENTAÇÃO	
107. União. Estados. Territórios. Distrito Federal. Municípios..	140
108. A massa falida e a massa da insolvência	141
109. Herança jacente ou vacante e espólio	141
110. Pessoas jurídicas	141
111. Sociedades sem personalidade jurídica.....	142
112. Pessoa jurídica estrangeira.....	142
113. Condomínio	143
114. Irregularidade de representação.....	143
115. Nomeação de curador	143
116. Curador especial. Função.....	144
CAPACIDADE PROCESSUAL DOS CÔNJUGES.....	
117. Direitos reais	144
118. Questões possessórias	145
119. Consentimento do cônjuge. Suprimento judicial.....	146
120. Pretensões reais imobiliárias. Citação dos cônjuges.....	146
121. Fatos e atos relacionados com ambos os cônjuges	147
122. Bens do cônjuge. Responsabilidade. Citação	147
123. Direitos reais sobre imóveis. Citação de ambos os cônjuges..	147
124. Restrições aos cônjuges. Direito processual e direito material	148
CAPÍTULO 6	
LITISCONSÓRCIO	
PLURALIDADE DE PARTES	
125. Litisconsórcio. Conceito	149
126. Processo e pluralidade de relação processual	149
LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO	
127. Litisconsórcio facultativo e necessário	150
128. Quem pode requerer o litisconsórcio. Intervenção <i>iussu iudicis</i>	150
129. Comunhão de direitos e obrigações	151
130. Mesmo fundamento de fato ou de direito	151
131. Conexão	152
132. Ponto comum de fato ou de direito.....	152

133. Recusabilidade do litisconsórcio. Possibilidade. Litisconsórcio facultativo próprio e impróprio	153
134. Recusa de ofício	155
LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO	155
135. Conceito de litisconsórcio necessário	155
136. Litisconsórcio necessário simples e litisconsórcio necessário unitário	155
137. Litisconsórcio necessário unitário. Sentença de improcedência	156
LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO UNITÁRIO	157
138. Formação de litisconsórcio facultativo unitário	157
139. Efeitos. Coisa julgada	157
ATIVIDADE DOS LITISCONSORTES	157
140. Autonomia dos litisconsortes	157
141. Andamento do processo. Promoção dos litisconsortes. Intimação	158

CAPÍTULO 7 A ASSISTÊNCIA

PARTES E TERCEIROS	159
142. Interesse de terceiro	159
143. Influência da sentença na relação jurídica de terceiro	159
ASSISTÊNCIA SIMPLES OU ADESIVA	160
144. Conceito. Origem da assistência	160
145. Atividade do assistente simples	160
146. Revelia do assistido	161
ASSISTÊNCIA QUALIFICADA OU LITISCONSORCIAL	161
147. Conceito. Cotitularidade do direito	161
148. Equiparação a litisconsorte	162
149. Poderes do assistente litisconsorcial	162
150. Adquirente ou cessionário	162
151. Assistência do chamado substituído ao substituto processual.	162
COISA JULGADA E JUSTIÇA DA DECISÃO	163
152. Assistente simples e a coisa julgada	163

153. Assistente litisconsorcial e coisa julgada.....	163
154. Justiça da decisão. Assistente simples e assistente litisconsorcial.....	163
155. Processo em que cabe a assistência	165
156. Assistência e jurisdição voluntária.....	165
157. Momento da intervenção do assistente	165
158. Procedimento	165
159. Indeferimento liminar	165
160. Recurso. Provimento. Efeitos	165

CAPÍTULO 8 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	167
161. Assistência e oposição	167
162. Intervenção provocada	167
163. Interpretação restritiva aos casos de intervenção.....	167
OPOSIÇÃO.....	168
<i>Conceito e oportunidade</i>	168
164. Momento hábil.....	168
165. Oposição e revelia no processo principal.....	168
166. Oposição total ou parcial	168
167. Autonomia e conexão	168
168. Oposição e assistência	168
169. Oposição e embargos de terceiro	169
170. Litisconsórcio passivo necessário na oposição. Não unitariedade.....	169
171. Traço conectivo da oposição. Objeto mediato	169
172. Oposição e credor hipotecário	169
173. Processo onde é cabível a oposição	170
174. Oposição e procedimento do processo principal	170
175. Procedimento	170
176. Indeferimento liminar e recurso.....	170
177. Oferecimento antes da audiência	171
178. Oferecimento depois da audiência.....	171
179. Ordem de julgamento.....	171
180. Reconhecimento do pedido por qualquer dos opostos. Unidade formal da sentença.....	172
NOMEAÇÃO À AUTORIA.....	173

<i>Conceito e oportunidade</i>	173
181. Posse. Posse direta e posse indireta	173
182. Posse em nome de outro. Detenção. Nomeação à autoria ..	173
183. Possuidor e detentor. Nomeação à autoria	174
184. Autoria. Significado.....	174
185. Finalidade da nomeação à autoria.....	174
186. Não nomeação. Sanções. Perdas e danos. Responsabilidade objetiva.....	174
187. Procedimentos onde é possível a nomeação à autoria	175
188. Momento para a nomeação à autoria	175
189. Nomeação e contestação de mérito. Impossibilidade	175
190. Indeferimento liminar	175
191. Procedimento. Recusa e aceitação do autor e do nomeado. Consequências	176
192. Nomeação de curador ao nomeado. Quando se faz necessária..	177
193. Nomeação pelo próprio nomeado	177

DENUNCIÇÃO À LIDE E CHAMAMENTO AO PROCESSO

<i>Conceito. Estrutura e finalidades</i>	177
194. Denúnciação à lide e chamamento ao processo.....	177
195. Diferenças fundamentais entre a denúnciação à lide e o cha- mamento ao processo. Solidariedade e regresso.....	178
196. Relações de seguro. Denúnciação e chamamento ao pro- cesso. Relação de consumo, equiparação à solidariedade	178
197. Evicção e denúnciação à lide	179
198. Denúnciação requerida contra o proprietário ou possuidor indireto	180
199. Ação regressiva. Interpretação ampliativa e restritiva	180
200. Direito de regresso. Solidariedade como traço distintivo da denúnciação à lide e do chamamento ao processo.....	181
201. Legitimidade para a denúnciação à lide e chamamento ao processo	182
202. Denúnciação à lide e chamamento ao processo. Natureza processual.....	182
203. Indeferimento liminar	183
204. Citação do denunciado e do chamado.....	183
205. Direito regressivo. Terceiro também como parte.....	183
206. Denúnciação e chamamento sucessivos.....	184
207. Denúnciação feita pelo autor	184
208. Denúnciação e chamamento feitos pelo réu. Litisconsórcio..	185
209. Reconhecimento e confissão do denunciado	185

210.	Suspensão do processo.....	186
211.	Procedimentos onde são cabíveis.....	186
212.	Denúnciação à lide. Quando é obrigatória.....	187
213.	Curador especial	187

CAPÍTULO 9 MINISTÉRIO PÚBLICO

ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO JUÍZO CÍVEL	189
214. Conceito	189
215. Formas de atividade no processo civil	189
216. O Ministério Público como parte. Autor e réu. Jurisdição voluntária	189
217. O Ministério Público como fiscal da lei. Interesse de incapazes ..	190
218. Ação de estado. Poder familiar. Tutela. Curatela. Interdição. Casamento. Declaração de ausência. Disposições de última vontade.....	190
219. Interesse público	190
220. Intimação do Ministério Público.....	191
221. Declaração de nulidade por falta de intimação do Ministério Público.....	192
222. Impedimento e suspeição do Ministério Público	192

CAPÍTULO 10 DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES. RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL

DEVERES E RESPONSABILIDADES.....	194
223. Proibidade. Não observância. Sanções	194
224. Lealdade e boa-fé.....	195
225. Pretensão e defesas impróprias	195
226. Alteração da verdade dos fatos	195
227. Fins ilegais do processo	195
228. Resistência injustificada.....	195
229. Procedimento temerário.....	196
230. Recurso com intuito manifestamente protelatório	196
231. Caracterização das infrações processuais	196
232. Indenização por dano processual. Má fé. Reconhecimento <i>ex officio</i>	196
233. Litigantes de má fé. Condenação proporcional e solidária. 197	

234. Expressões injuriosas.....	197
235. Representação contra advogado.....	197

CAPÍTULO 11 DESPESAS E MULTAS

APLICAÇÃO GERAL.....	198
236. Despesas e custas. Conceito. Processo de conhecimento, de execução e cautelar.....	198
237. Antecipação de despesas.....	198
238. Condenação do vencido.....	200
239. Fixação de honorários advocatícios.....	200
240. Incidentes processuais. Despesas.....	201
241. Sucumbência recíproca.....	201
242. Defesas não alegadas em primeira oportunidade. Responsabilidade por despesas e honorários advocatícios.....	202
243. Litisconsórcio.....	202
244. Jurisdição voluntária.....	203
245. Juízos divisórios.....	203
246. Desistência. Renúncia. Reconhecimento. Transação.....	203
247. Honorários na execução.....	204
248. Atos requeridos pelo Ministério Público e Fazenda Pública.....	204
249. Assistentes técnicos.....	205
250. Oposição. Reconvenção. Ação declaratória incidental.....	205
251. Adiamento dos atos.....	205
252. Recebimento indevido de custas.....	205
253. Atos manifestamente protelatórios, impertinentes e superfluos.....	205
254. Assistência. Despesas.....	206
255. Execução. Título judicial. Despesas e multas.....	206

CAPÍTULO 12 DOS PROCURADORES

ADVOGADOS, PROVISIONADOS, ESTAGIÁRIOS. REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO.....	207
256. Capacidade postulatória. Advogado.....	207
257. Estagiário.....	208
258. Postulação em causa própria.....	208
259. Atos que dispensam capacidade postulatória.....	208
260. Mandato. Caução <i>de rato</i>	208

261. Endereço do advogado. Necessidade de ser informado. Quando se dispensa.....	209
262. Exame dos autos pelo advogado.....	209
263. Vista dos autos.....	209
264. Representação. Procuração, quando se dispensa.....	210
265. Prova de representação. Procuração.....	210
PROCURAÇÃO GERAL PARA O FORO.....	211
266. Formas.....	211
267. Indicação de vários procuradores.....	212
268. Limitação da cláusula <i>ad judicium</i>	212
269. Poderes ressalvados. Recebimento de citação. Confissão. Transação. Renúncia. Recebimento. Outorga de quitação. Convenção de arbitragem.....	212
270. Substabelecimento.....	213

CAPÍTULO 13

DA SUBSTITUIÇÃO DAS PARTES E PROCURADORES

ESTABILIZAÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL.....	215
271. Formação e autonomia da relação processual.....	215
272. Alienação da coisa e cessão do direito.....	215
273. Substituição consentida.....	215
274. Adquirente ou cessionário. Assistência.....	216
275. Adquirente ou cessionário. Efeitos da sentença.....	216
276. Substituição da parte pelo espólio ou herdeiros.....	216
277. Habilitação.....	217
SUBSTITUIÇÃO DO PROCURADOR.....	217
278. Falecimento e perda da capacidade postulatória do pro- curador.....	217
279. Revogação e renúncia de mandato.....	217

CAPÍTULO 14

COMPETÊNCIA

COMPETÊNCIA INTERNACIONAL.....	219
280. Autonomia dos Estados.....	219
281. Critério de fixação. Sistema brasileiro.....	219
282. Domicílio do réu. Ocorrência de ato ou fato no Brasil.....	220
283. Competência jurisdicional concorrente.....	220

284.	Competência exclusiva. Imóveis e inventário e partilha.....	220
285.	Litispendência e conexão.....	221
COMPETÊNCIA INTERNA.....		221
286.	Jurisdição e competência.....	221
287.	Independência do órgão jurisdicional.....	221
288.	Competência para as causas cíveis.....	222
289.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> . Exceções.....	222
290.	Momento de fixação da competência.....	223
291.	Órgãos jurisdicionais do Brasil. Competência geral para causas cíveis. Constituição Federal.....	224
	a) Supremo Tribunal Federal.....	224
	b) Superior Tribunal de Justiça.....	225
	c) Tribunais Regionais Federais.....	226
	d) Juízes federais.....	226
	e) Tribunais e juízes estaduais.....	230
292.	Crterios de fixação de competência interna.....	231
293.	Competência em razão do valor.....	232
294.	Competência em razão da matéria.....	232
295.	Competência funcional.....	234
	a) Tribunais.....	234
	b) Juízes de primeiro grau. Atuação de mais de um juiz no mesmo processo.....	234
	c) Adoção do critério para maior eficácia da decisão e processamento. Casos específicos.....	235
	d) Funcionalidade informada pela qualidade das pessoas..	235
	e) Exclusão do foro do domicílio do autor da herança.....	236
296.	Competência territorial.....	236
	a) Ação fundada em direito pessoal ou direito real sobre móvel. Foro do domicílio do réu. Exceções.....	236
	b) Inventário e partilha. Arrecadação e cumprimento de disposições de última vontade.....	237
	c) Ausentes.....	239
	d) Incapaz.....	239
	e) União, empresas públicas e autarquias.....	239
	f) Foro da mulher casada e do alimentando.....	240
	g) Anulação de título extraviado ou destruído.....	240
	h) Pessoa jurídica de direito privado.....	240
	i) Sociedades sem personalidade jurídica.....	241
	j) Obrigações contratuais.....	241
	l) Danos por ilícito civil.....	241
	m) Administrador ou gestor de negócios.....	241

n) Atos provenientes de delito e acidente de veículo	242
297. Competência absoluta e relativa. Modificação e prorrogação.....	242
298. Incompetência absoluta. Atos decisórios. Aproveitamento de atos	244
299. Incompetência e questão de mérito.....	245
300. Incompetência absoluta e coisa julgada.....	245
301. Declaração de incompetência absoluta. Alegação tardia	245
302. Incompetência relativa. Modificação e prorrogação.....	246
303. Exceção de incompetência. Caracterização. Processos e procedimentos cabíveis. Processamento e recursos.....	247

MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA POR CONEXÃO E

CONTINÊNCIA.....	250
304. Conexão	250
305. Continência	251
306. Reunião e desmembramento de processos.....	252
307. Distribuição de causas conexas e continentes e ações idênticas	253
308. Causas acessórias	254
309. Reconvenção. Ação declaratória incidental. Ações de garantia	254
310. Prevenção	255
311. Juízo cível e criminal. Suspensão do processo	255

CONFLITO DE COMPETÊNCIA	255
312. Conflito negativo e positivo. Reunião de processos	255
313. Conflito de atribuições entre o Judiciário e autoridade administrativa.....	259

JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	259
314. Competência	259

CAPÍTULO 15 DO JUIZ

PODERES, DEVERES E RESPONSABILIDADE DO JUIZ	261
315. Posição do juiz no processo. A conciliação	261
316. Igualdade das partes.....	261
317. Rápida solução do litígio	263

318. Atos atentatórios à dignidade da justiça. Processo aparente e processo simulado	263
319. Limitação da lide. Sentença <i>citra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>extra petita</i> . Questões.....	265
320. Livre apreciação da prova. Fundamentação da sentença	266
321. Prova <i>ex officio</i> . Princípio dispositivo.....	267
322. Aplicação do direito. Normas legais	268
323. Equidade	269
324. Analogia.....	269
325. Costume	272
326. Princípios gerais de direito	272
327. Identidade física do juiz	274
328. Responsabilidade do juiz	275

IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO DO JUIZ	276
329. Imparcialidade do juiz. Impedimentos e suspeição	276
330. Casos de impedimento do juiz	276
331. Casos de suspeição.....	278
332. Exceção de impedimento e suspeição.....	279

CAPÍTULO 16 AUXILIARES DA JUSTIÇA

DISCIPLINA GERAL	282
333. Auxiliares e serventuários.....	282
334. Escrivão ou secretário e oficial de justiça. Deveres próprios. Fé pública.....	282
335. Responsabilidade do auxiliar de justiça.....	283
336. Perito.....	283
337. Assistente técnico	284
338. Depositário e administrador.....	284
339. Intérprete.....	285
340. Impedimentos e suspeição dos auxiliares da justiça	286

CAPÍTULO 17 ATOS PROCESSUAIS

FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS	288
341. Fato e ato jurídico. Ato processual.....	288
342. Forma dos atos processuais. Instrumentalidade das formas. Termos e auto.....	289

343.	Publicidade dos atos processuais	290
344.	Registro dos processos	291
345.	Distribuição de feitos	291
346.	Cancelamento de distribuição. Preparo prévio	293
ATOS DA PARTE		293
347.	Manifestação de vontade das partes. Manifestação expressa e tácita	293
348.	Deveres, obrigações e ônus no processo. Preclusão	294
349.	Característica essencial dos atos processuais. Consequências prefixadas.....	296
350.	Declarações de vontade unilaterais e bilaterais. Efeitos processuais e materiais	296
351.	Autos suplementares	297
352.	Recibo de petições	298
353.	Cotas marginais e interlineares	298
ATOS DO JUIZ.....		298
354.	O juiz na relação processual. Principal dever	298
355.	Sentenças e acórdãos	298
356.	Sentenças definitivas e terminativas	300
357.	Sentenças jurisdicionais e não jurisdicionais. Sentenças homologatórias e meramente homologatórias. Rescisão	301
358.	Classificação das sentenças quanto ao provimento jurisdicional concedido. Sentenças declaratórias, condenatórias e constitutivas. Sentenças executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais	302
359.	A sentença quanto à sua eficácia. Sentença válida, nula, rescindível, ineficaz ou inexistente. Tutela antecipada, casos de ineficácia completa.....	304
360.	Requisitos essenciais da sentença. Relatório	307
361.	Fundamentação da sentença.....	307
362.	Dispositivo da sentença.....	308
363.	Sentença <i>citra</i> , <i>ultra</i> e <i>extra petita</i>	309
364.	Pedido certo e sentença ilíquida.....	310
365.	Relação jurídica condicional.....	311
366.	Sentenças apenas com o dispositivo ou com falta dele. Nulidade e inexistência.....	312
367.	Fundamentação das sentenças terminativas.....	312
368.	Apreciação de fatos supervenientes na sentença. Iniciativa da parte e conhecimento de ofício	312
368a.	Sentença de improcedência <i>prima facie</i>	313

369.	Publicação da sentença. Inalterabilidade. Retificação. Correção material e embargos declaratórios.....	316
370.	Efeitos secundários da sentença. Hipoteca judicial e arresto ..	317
371.	Decisão interlocutória e despacho. Fundamentação. Agravo. Correição e mandado de segurança	317
372.	Redação das decisões. Assinatura do juiz.....	320
373.	Liquidação de sentença. Processo de conhecimento	320
374.	Cumprimento de sentença dependente de cálculo	320
375.	Liquidação por arbitramento	325
376.	Liquidação por artigos	326
377.	Natureza da liquidação de sentença. Liquidação frustrada	326
378.	Recurso contra a liquidação de sentença	327
379.	Sentença com parte líquida e parte ilíquida	328
380.	Liquidação na pendência do recurso	328
381.	Citação na liquidação de sentença penal, arbitral e estrangeira homologada	329
382.	Liquidação como complemento da sentença	329

ATOS DO ESCRIVÃO OU CHEFE DE SECRETARIA..... 329

383.	Escrivão (secretário). Função. Autuação. Autos e rosto dos autos	329
384.	Termos. Conclusão. Promoção. Vista e outros termos.....	330
385.	Atos e termos. Escrita e assinatura. Analfabeto e pessoa que se recusa a assinar	331
386.	Abreviaturas. Espaços em branco. Entrelinhas. Rasuras. Proibição e ressalvas. Uso de meios eletrônicos.....	332

CAPÍTULO 18

DO PROVIMENTO JUDICIAL EM CAUSAS REFERENTES A OBRIGAÇÕES DE FAZER OU NÃO FAZER

387.	Tutela específica nas ações que tenham por objeto cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Providências que assegurem o resultado prático e equivalente do adimplemento, espécies. Obrigações fungíveis e infungíveis. Perdas e danos.....	333
388.	Medida antecipada. Requisitos. Medida de plano ou com justificação, citação do réu. Revogação	335
389.	Cominação de multa	336
390.	Reversão da obrigação em perdas e danos. Perdas e danos e multa.....	336

391.	Cumprimento das obrigações de emissão de declaração de vontade	337
392.	Promessa de contratar	338
393.	Promessas de contratar em geral, execução <i>in natura</i> , requisitos do contrato preliminar	339
394.	Oferta de contrato de trabalho mediante concurso, execução específica. Administração pública e empresas privadas	340
395.	Concorrências públicas e de empresas privadas	340

CAPÍTULO 19

DO PROVIMENTO JUDICIAL EM CAUSAS REFERENTES A OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA

396.	Classificação das sentenças. Sentenças executivas <i>lato sensu</i> e sentenças mandamentais	342
397.	Execução para entrega de coisa no direito brasileiro. Orientação tradicional	344
398.	Nova orientação no direito brasileiro	344
399.	Cominação de multa na sentença. Perdas e danos	345
400.	Efetivação da tutela. Medidas necessárias — multa	346
401.	Conversão da obrigação em perdas e danos	346
402.	Antecipação da tutela	347
403.	Coisas determinadas pelo gênero e quantidade. Coisas incertas	348
404.	Defesa do réu. Benfeitorias. Construções e plantações. Direito de retenção	348
405.	Direito intertemporal	349

CAPÍTULO 20

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR QUANTIA CERTA

406.	O cumprimento da sentença em substituição ao processo autônomo de execução	350
407.	Cumprimento da sentença. Execução por título judicial, definitiva e provisória	351
408.	Títulos executivos judiciais	356
409.	Competência para a execução dos títulos judiciais	364
410.	Atos executórios não previstos no cumprimento da sentença	366
411.	Processamento da execução. Juízo originário	366
412.	Pagamento espontâneo do devedor. Multa pela inadimplência .	366
413.	Requerimento do credor. Prazo. Demonstrativo do débito .	367
414.	Penhora e avaliação	368

415. Sentença penal condenatória, arbitral ou estrangeira homologada. Citação	370
416. Impugnação do devedor. Causas	370
417. Sentença penal condenatória. Impugnação	381
418. Sentença arbitral. Impugnação	381
419. Sentença estrangeira homologada. Impugnação	382
420. Efeitos da impugnação e de recursos	382
421. Efeitos do recurso contra a sentença de conhecimento na fase de execução	383
422. Formas executórias especiais para títulos judiciais	383

CAPÍTULO 21

DO LUGAR E TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS

423. Característica pública do ato processual. Atos internos e externos	391
---	-----

LUGAR DE REALIZAÇÃO DO ATO PROCESSUAL..... 391

424. Sede do juízo. Prática de atos internos e externos. Exceções. Deferência. Interesse da Justiça. Obstáculo.....	391
---	-----

DO TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS 392

425. Dias úteis. Domingos e feriados. Sábado	392
426. Dias forenses úteis. Feriados da Justiça.....	392
427. Férias forenses (recesso).....	393
428. Feriados federais, estaduais e municipais. Ponto facultativo. Fechamento extraordinário do fórum.....	393
429. Prática dos atos processuais. Atos internos e externos. Horários. Complementação dos atos. Exceções. Citações e penhoras	394
430. Prática de ato processual nas férias (recesso forense) e feriados. Realização material do ato	395
431. Suspensão do processo nas férias forenses (recesso forense). Atos aproveitáveis	396
432. Atos e causas que se processam em férias (recesso forense) ..	396
a) Atos de jurisdição voluntária	396
b) Atos necessários à conservação de direito. Processo cautelar e de conhecimento. Medidas cautelares concedidas <i>in limine</i> . Suspensão do processo ou do procedimento. Embargos de terceiro. Liminares possessórias	397
c) Alimentos provisionais	398
d) Dação e remoção de tutor e curador	399
e) Procedimento sumário	399
f) Causas previstas na lei federal.....	399

PRAZOS PROCESSUAIS

PRAZOS	400
433. Conceito comum de prazo. Termo inicial e termo final. Marcação do prazo: dia, meado, mês e ano	400
PRAZOS NO PROCESSO	401
434. Característica publicista do prazo processual. Conceito.....	401
435. Termo inicial e final do prazo processual	401
436. Não realização dos atos processuais. Consequências próprias. Atos da parte. Atos do juiz. Atos do serventuário	402
437. Prazos legais.....	402
438. Prazos judiciais. Prazo supletivo.....	402
439. Continuidade dos prazos.....	403
440. Suspensão dos prazos. Recesso forense. Obstáculo criado pela parte; prazos comuns e particulares; lealdade e boa-fé; declaração judicial; restituição do prazo. Conhecimento do obstáculo antes e depois da sentença e depois da ocorrência de coisa julgada.....	403
441. Suspensão do processo e suspensão dos prazos. Casos de interrupção de prazos.....	405
442. Atos não praticados pelas partes. Restituição de prazos. Justa causa.....	406
443. Prorrogação de prazos por suspensão do processo. Prazos dilatórios e prazos peremptórios. Limites de prorrogação e redução de prazos. Normas dispositivas e normas cogentes. Custas em acréscimo	407
444. Prorrogação dos prazos peremptórios e dilatórios pelo juiz .	409
445. Prorrogação e renúncia de prazos dilatórios ou peremptórios. Renúncia tácita e expressa. Prazo de contestação, de recurso e de arrolar testemunhas.....	409
446. Frustração do princípio da peremptoriedade por iniciativa judicial	409
447. Contagem de prazos. Termo inicial e termo final. Feriado e domingo. Intimação pessoal. Intimação pelo jornal. Início do prazo em determinados procedimentos especiais. Citação pessoal. Citação edital. Processo de execução e prazo de embargos do devedor. Carta precatória, rogatória e de ordem. Carta postal	410
448. Prazo de recurso. Intimação dos advogados. Audiência antecipada. Revel	413

449.	Continuidade dos prazos. Vencimento. Suspensão e prorrogação. Prazos regressivos	414
450.	Prazo contado por hora	415
451.	Prazos da Fazenda Pública e Ministério Público. Fazenda Pública, autarquias. Sociedade de economia mista e empresa pública. Fundações de direito público. Usucapião de terras particulares e usucapião especial	415
452.	Prazos para os litisconsortes. Prazos puramente processuais. Assistência simples e qualificada. Habilitação anterior. Reunião de processos. Regra de contagem. Prazos comuns, restrições	416
453.	Prazo de comparecimento. Parte e testemunhas. Auxiliares da justiça.....	418
454.	Prazos do juiz. Sanções. Responsabilidade. Impossibilidade de o juiz proferir decisões	418
455.	Prazo do serventuário. Verificação de excesso e sanções ...	419
456.	Advogado. Exame de autos. Vista fora do cartório. Devolução retardada, sanções	419

CAPÍTULO 23 COMUNICAÇÃO DOS ATOS

CITAÇÃO.....	422	
457.	Comunicação dos atos no processo e formas procedimentais autônomas de comunicação de fatos e intenções	422
458.	Protesto, notificação e interpelação	423
459.	Citação. Formação da relação processual. Comparecimento espontâneo do réu	424
460.	Conceito de citação e de defesa. Indispensabilidade do ato citatório	425
461.	Quem deve ser citado. Parte e interessado.....	425
462.	Citação válida, nula e inexistente. Citação circunduta. Perempção. Juiz incompetente.....	426
463.	Efeito da citação: prevenção do juízo	426
464.	Efeito da citação: litispendência. Identidade de causas. Litispendência e conexão	427
465.	Efeito da citação. Litigiosidade da coisa	429
466.	Constituição do devedor em mora. Ônus processuais.....	430
467.	Efeito da citação. Interrupção da prescrição	430
468.	Citação pessoal. Citação pessoal por edital e citação no procedimento edital.....	432
469.	Citação de incapazes. Nascituro	433
470.	Citação das pessoas jurídicas.....	433

471.	Citação através de procurador.....	433
472.	Citação a mandatário, administrador, feitor ou gerente. Hipótese admissível.....	434
473.	Citação a locador ausente do país.....	435
474.	Lugar da citação. Militar de residência não conhecida.....	435
475.	Citações anuláveis. Cultos religiosos. Cônjuge nos sete dias seguintes ao falecimento do outro. Pessoas em luto. Noivos nos três primeiros dias de bodas. Exceções.....	436
476.	Impossibilidade de recebimento de citação. Nomeação de curador.....	437
477.	Citação por mandado. Requisitos.....	438
478.	Lugar da citação. Comarca contígua.....	440
479.	Cumprimento do mandado. Leitura e contrafé. Certidão. Fé pública.....	441
480.	Citação com hora certa. Requisitos e cumprimento.....	441
481.	Citação pelo correio. Direitos patrimoniais e direitos in- disponíveis. Cumprimento.....	443
482.	Citação por edital. Citando incerto e desconhecido. Lugar incerto e não sabido. Inacessibilidade absoluta e relativa. Efeitos da citação edital. Quando se procede. Informação dolosa do autor. Citação por edital indevidamente feita pelo autor e oficial de justiça. Efeitos. Requisitos formais. Revelia.....	443
INTIMAÇÃO.....		448
483.	Conceito e finalidade.....	448
484.	Destinação. Parte, terceiros e advogados.....	448
485.	Revel. Intimação. Comparecimento nos autos.....	448
486.	Intimação de ofício. Impulso oficial.....	449
487.	Formas de intimação. Escrivão e oficial de justiça.....	449
488.	Intimação por despacho.....	449
489.	Intimação das partes e dos advogados. Oficial de justiça e jornal. Órgão oficial e órgãos de publicação de atos oficiais.	449
490.	Intimação do advogado por escrivão. Carta com AR. Ciente, desnecessidade.....	451
491.	Certidão de intimação. Fé pública.....	452

CAPÍTULO 24

NULIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS

492.	Atos jurídicos, atos inexistentes e nulidades em direito material.....	454
------	---	-----

493.	Nulidades no direito processual. Atos inexistentes e inexistência do processo.....	455
494.	Falta ou nulidade de citação. Existência do processo e eficácia relativa da coisa julgada.....	456
495.	Atos inexistentes expressamente referidos na lei.....	456
496.	Nulidade absoluta no processo. Impossibilidade de sanação. Incompetência absoluta e impedimento do juiz. Necessidade de declaração. Coisa julgada. Nulidades relativas, anulabilidades e irregularidades.....	456
497.	Nulidades relativas. Cominação de nulidade. Sanação. Retificação e ratificação. Ausência de prejuízo. Alcance de finalidade.....	458
498.	Anulabilidade. Provocação do interessado. Impossibilidade de decretação, quando por ato atribuível ao interessado. Ausência de prejuízo (nulidades não cominadas). Alcance das finalidades. Legitimidade e interesse na reclamação	459
499.	Decretação das nulidades relativas e das anulabilidades. Atuação <i>ex officio</i> do juiz. Nulidades provocadas. Alegação intempestiva. Justo impedimento.....	460
500.	Irregularidades. Sanação.....	462
501.	Intimação do Ministério Público. Nulidade. Sanação. Ratificação de atos.....	463
502.	Efeito da declaração de nulidade. Atos posteriores. Atos complexos. Aproveitamento dos atos.....	463
503.	Nulidade radical. Extinção do processo. Nulidade apenas do ato processual, atos subsequentes, aproveitamento, retificação e repetição do ato, ausência de prejuízo. Aplicação do princípio em segundo grau	464
504.	Processo. Espécie. Procedimento e rito	465
505.	Procedimentos fungíveis. Procedimentos absolutamente infungíveis e procedimentos relativamente infungíveis. Cumulação de atos. Aproveitamento de atos	466

CAPÍTULO 25

CUMPRIMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS

506.	Lugar de cumprimento dos atos processuais. Requisição de atos	471
507.	Carta de ordem.....	471
508.	Carta rogatória	472
509.	Carta precatória.....	472
510.	Exceções para requisição de atos.....	472

511.	Caráter itinerante das cartas de ordem e precatória. Comarcas contíguas. Requisitos das cartas	473
512.	Competência funcional do juiz requisitado	474
513.	Assinatura do juiz deprecante e do escrivão. Trasladação de peças. Documentos originais.....	474
514.	Cartas de ordem e precatórias por telegrama, radiograma, telefone ou meio eletrônico.....	475
515.	Despesas e depósito prévios.....	475
516.	Prazo de cumprimento das cartas. Consequências.....	476
517.	Recusa do cumprimento da carta. Conflito de competência. Dúvida de autenticidade.....	477
518.	Precauções prévias aconselhadas no cumprimento das cartas. Atos manifestamente ilegais	478
519.	Complementação da carta.....	478
520.	Cumprimento de cartas rogatórias estrangeiras. <i>Exequatur</i> : Embargos no juízo deprecado	479

CAPÍTULO 26 FORMAÇÃO DO PROCESSO

521.	Processo. Natureza jurídica. Relação processual; características	480
522.	Iniciativa da parte. Atividade substitutiva da Jurisdição. Impulso oficial	480
523.	Impulso oficial e princípio dispositivo. Rápida solução dos litígios	481
524.	Formação do processo. Citação válida. Relação processual triangular e angular; efeitos.....	481
525.	Formação da relação processual e propositura da ação. Prescrição.....	482
526.	Relação processual. Direitos e deveres recíprocos de partes e juiz	482
527.	Estabilização da instância (relação processual). Princípio da inalterabilidade da causa de pedir e do pedido. Exceções. Fatos supervenientes. Substituição de partes	482

CAPÍTULO 27 SUSPENSÃO DO PROCESSO

528.	Crise do processo. Extinção e suspensão. Suspensão do processo e não do procedimento.....	485
529.	Realização de atos urgentes	486

530.	Suspensão voluntária do processo. Manifestação expressa das partes. Assistente simples e litisconsorcial. Efeito declaratório do pronunciamento judicial da suspensão. Limites da suspensão.....	486
531.	Suspensão voluntária e prazos peremptórios	486
532.	Suspensão necessária do processo. Morte da parte. Habilitação de sucessores. Extinção de pessoa jurídica	487
533.	Suspensão necessária. Perda de capacidade de estar em juízo. Falido e insolvente. Substituição obrigatória pelo administrador ou administrador judicial	487
534.	Suspensão necessária. Morte ou perda da capacidade de estar em juízo do representante ou assistente. Pessoa jurídica.....	487
535.	Suspensão necessária. Morte ou perda da capacidade postulatória do procurador.....	488
536.	Momento da suspensão. Audiência de instrução e julgamento. Fase conciliatória; não impedimento. Adiamento e prorrogação da audiência	488
537.	Comprovação do fato. Efeitos declaratórios. Fato ocorrido antes da audiência e comprovado depois; eficácia da decisão e coisa julgada. Fato ocorrido após o início da audiência; efeitos.....	488
538.	Morte ou incapacidade ocorridas durante a tramitação do recurso.....	489
539.	Coisa julgada e sucessores. Incapazes	490
540.	Morte do único procurador. Suspensão. Eficácia da sentença e coisa julgada. Ação rescisória.....	490
541.	Constituição de outro advogado em substituição ao falecido. Revelia. Advogado do autor. Extinção do processo, sem e com julgamento de mérito.....	490
542.	Suspensão do processo por oposição de exceções.....	491
543.	Suspensão por força maior. Prazos	491
544.	Casos especiais de suspensão	491
545.	Suspensão por dependência de julgamento de outras causas	491
546.	Suspensão pela existência de ação declaratória prejudicial em andamento (prejudicialidade externa).....	492
547.	Questão de estado como declaração incidente.....	492
548.	Prejudicial externa e andamento do processo	493
549.	Suspensão do processo para aguardar decisão que esclareça sobre as condições da ação.....	493
550.	Prazo de suspensão para as hipóteses do art. 265, IV	493
551.	Suspensão em decorrência de processo criminal em andamento. Casos de indenização e casos onde não se objetiva indenização pelo crime	494

552.	Suspensão em aguardo de verificação de fato	495
553.	Suspensão para produção de provas por carta	496

CAPÍTULO 28 PROCEDIMENTOS

554.	Procedimentos comuns e especiais. Aplicação geral. Subsidiariedade do procedimento ordinário	498
555.	Procedimento ordinário. Fases normais	498
556.	Procedimento sumário. Fases normais	498
557.	Forma de procedimentos especiais	499
558.	Antecipação dos efeitos da tutela pretendida (tutela antecipada). Tutela antecipada e tutela cautelar, diferenças. Antecipação e processo monitório, diferenças. Conteúdo da medida antecipativa e requisitos para seu deferimento. Impossibilidade da medida em razão de impossibilidade de reversão. Contra pessoas de direito público. Revogação. Execução	499
559.	Restrições à antecipação de tutela	517

CAPÍTULO 29 PETIÇÃO INICIAL

560.	Iniciativa da parte. Ação. Pretensão e demanda	520
561.	Petição oral e petição escrita	520
562.	Juiz ou tribunal a quem se dirige a petição inicial	521
563.	Individuação e qualificação de autor e réu	521
564.	Causa de pedir, fato e fundamentos jurídicos do pedido. Fato jurídico e fato simples, causa próxima e causa remota. Substanciação e individuação. Fato essencial	522
565.	Pedido. Limitação objetiva da lide. Interpretação restritiva. Exceções	524
566.	Modificação e omissão do pedido	525
567.	Objeto imediato e mediato do pedido. Julgamento <i>extra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>contra petita</i>	526
568.	Classificação das ações em reais e pessoais. Nome das ações, impropriedade e irrelevância. Importância exclusiva do pedido	526
569.	Pedido com suas especificações. Pedido certo e determinado	528
570.	Pedido genérico. Determinação da generalidade. Universalidade de fato e de direito. Consequências do ato ilícito.	

	Atos geradores de obrigações. Ato a ser praticado pelo réu.	
	Pedido genérico subsidiário	528
571.	Pedido alternativo. Escolha do credor. Escolha do devedor. Alternatividade decorrente do contrato ou da lei. Cumulação de pedidos. Subsidiariedade ou sucessividade	530
572.	Prestações periódicas.....	531
573.	Preceito cominatório. Multa. Limites. Obrigação de fazer e de não fazer. Impossibilidade em outras espécies de obrigação. Execução da multa.....	532
574.	Solidariedade ativa e indivisibilidade da obrigação.....	534
575.	Cumulação de pedidos. Conexão pela causa de pedir. Pluralidade de lides. Subsidiariedade. Pedido consequente de outro. Cumulação, sem necessidade de conexão — mesmo réu. Pedidos incompatíveis. Competência e adequação de procedimentos. Adoção do procedimento ordinário. Fungibilidade de procedimentos. Processo de execução	535
576.	Valor da causa. Importância de fixação. Competência. Admissibilidade de recurso. Procedimento sumário. Honorários advocatícios. Critério de valor mínimo. Cobrança de dívida. Cumulação de pedidos, simples e alternativa. Existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de negócio jurídico. Alimentos. Demarcação e divisão. Reivindicatória e possessória. Despejo. Inventário e partilha. Embargos do executado e de terceiros.....	538
577.	Impugnação do valor da causa. Alteração de ofício pelo juiz. Recurso	540
578.	Indicação de provas.....	541
579.	Pedido de citação do réu	541
580.	Documentos indispensáveis. Documento substancial e documento fundamental. Providência preliminar, quando não se junta o documento. Documentos que podem ser juntados após a petição inicial	541
581.	Indeferimento da petição inicial. Atividade saneadora do juiz. Pressupostos processuais e condições da ação. Ilegitimidade e falta de interesse processual manifestos. Impossibilidade jurídica do pedido. Petição inicial inepta e petição inicial simplesmente defeituosa. Inocorrência da conclusão pelos fatos narrados; improcedência <i>prima facie</i> . Pedidos incompatíveis. Falta de causa de pedir ou de pedido. Complementação da petição inicial: casos possíveis. Petição inepta indeferida. Petição defeituosa, cuja correção não se determinou. Endereço do advogado. Improriedade	

	do procedimento. Decadência e prescrição: casos de reconhecimento liminar, com indeferimento da inicial; intimação do réu.....	542
582.	Despacho da petição inicial. Mandado citatório. Advertência dos efeitos da revelia.....	549
583.	Recurso contra o indeferimento da petição inicial. Possibilidade de provimento pelo próprio juiz. Subida imediata. Ordem do processo no tribunal. Indeferimento parcial	550

CAPÍTULO 30 RESPOSTA DO RÉU

DEFESAS ESPECÍFICAS.....		552
584.	Prazo de resposta. Contagem do prazo. Juntada do mandado. Vários réus. Citação edital. Desistência com relação a um dos litisconsortes. Litisconsortes com diferentes procuradores.....	552
585.	Forma escrita da resposta.....	553
586.	Espécies de resposta. Contestação, exceção e reconvenção...	553
587.	Exceção de incompetência.....	554
588.	Exceção de suspeição.....	554
589.	Exceção de impedimento.....	555
590.	Ação declaratória incidental interposta pelo réu.....	555
CONTESTAÇÃO.....		555
591.	Presunção de verdade nas alegações do autor. Princípio da verdade real e o direito de defesa.....	555
592.	Impugnação dos fatos. Oposição de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Negativa dos efeitos jurídicos pretendidos	555
593.	Negação específica dos fatos alegados pelo autor	555
594.	Fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor. Objeções e exceções substanciais. Questões. Coisa julgada.....	556
595.	Questões. Alegação obrigatória da parte, exceções. Questão de fato, objeções e exceções substanciais. Fato simples.....	557
596.	Questões de direito.....	557
597.	Impugnação dos fatos simultaneamente com a oposição de fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor. Princípio da eventualidade.....	557

598.	Não impugnação dos fatos. Ausência total de impugnação. Revelia. Revelia e contumácia	558
599.	Efeitos comuns da revelia e da não impugnação dos fatos. Presunção de verdade dos fatos alegados pelo autor, critério subsidiário do princípio da verdade real. Contradição da não impugnação dos fatos com a defesa, considerada em seu conjunto	558
600.	Contestação de litisconsorte e efeito da revelia. Fatos comuns. Aplicação do princípio da não impugnação específica do fato	559
601.	Revelia e não impugnação específica do fato. Instrumento público indispensável à prova do alegado.....	560
602.	Revelia e não impugnação precisa dos fatos. Direitos indisponíveis absolutos e relativos. Impossibilidade relativa de confissão e ocorrência dos efeitos da revelia e da não impugnação do fato. Pessoa jurídica de direito privado, massa falida, massa da insolvência, espólio. Herança jacente (indisponibilidade relativa).....	560
603.	Revelia e não impugnação dos fatos. Advogado dativo e curador especial. Ministério Público	562
604.	Prazos contra o revel. Intimação. Interveniência posterior.	562
605.	Revelia. Modificação do pedido ou da causa de pedir. Nova citação. Ação declaratória incidental.....	563
606.	Revelia e julgamento antecipado da lide.....	563
607.	Defesa. Matéria de processo e matéria referente à ação. Preliminares. Princípio da eventualidade. Matéria de ordem pública, conhecimento pelo juiz, de ofício	563
608.	Inexistência ou nulidade de citação	564
609.	Incompetência do juiz. Incompetência absoluta como preliminar. Incompetência relativa, como exceção	565
610.	Petição inicial inepta.....	565
611.	Perempção. Perempção, decadência e prescrição.....	565
612.	Litispendência. Identidade das ações. Parte, causa de pedir e pedido. Forma de identificação. A lide informada pelo pedido e causa de pedir. Contestação e ação declaratória negativa inversa. Momento da litispendência. Citação válida.....	566
613.	Coisa julgada. Bem jurídico garantido com definitividade	568
614.	Conexão e continência. Interpretação ampliativa da jurisprudência e doutrina. Identificação de questões e não da causa de pedir. Juiz competente no caso de conexão e continência. Reunião de processos	569

615.	Incapacidade de parte, defeito de representação e falta de autorização. Pressupostos processuais de ordem subjetiva relacionados com as partes.....	570
616.	Convenção de arbitragem. Não conhecimento de ofício	571
617.	Carência de ação. Condições da ação. Matéria de ordem pública. Reconhecimento de ofício pelo juiz. Inocorrência de preclusão	571
618.	Prestação de caução ou de outro fato obrigatório. Possibilidade de reconhecimento posterior de ofício	572
619.	Conhecimento de ofício de toda a matéria preliminar, à exceção da convenção de arbitragem. Alegação necessária do réu. Responsabilidade por alegação: casos em que ocorre	572
620.	Alegações do réu posteriores à contestação. Preclusão, exceções: direito superveniente, conhecimento de ofício pelo juiz. Questões de fato, questões que o juiz pode conhecer de ofício. Matéria processual, matéria referente à ação e matéria de mérito. Matéria que pode ser deduzida em qualquer tempo e juízo. Sanções por alegação tardia ...	573

CAPÍTULO 31 RECONVENÇÃO

621.	Ação do réu contra o autor. <i>Conventio e reconventio</i> . Natureza jurídica da reconvenção.....	575
622.	Autonomia da reconvenção. Petição inicial. Preparo. Extinção do processo principal	575
623.	Indeferimento liminar da reconvenção	576
624.	Requisitos da reconvenção. Causa de pedir e pedido. Reconvenção e matéria própria de contestação, falta de interesse	576
625.	Conexão com a causa principal. Causa de pedir, pedido e fundamento da defesa	577
626.	Reconvenção como matéria essencial de defesa do réu. Não ocorrência de revelia	578
627.	Não obrigatoriedade da reconvenção. Ação autônoma. Reunião de processos.....	579
628.	Interpretação restritiva para a reconvenção. Cumulação de pedidos reconventionais. Conexão com a ação e não com a reconvenção. Litisconsórcio, quando admissível	579
629.	Procedimentos onde a reconvenção pode ser interposta. Procedimentos especiais. Execução. Processo cautelar. Reconvenção à reconvenção	580

630. Citação. Não impugnação à reconvenção. Inocorrência de revelia.....	581
--	-----

CAPÍTULO 32 DECLARAÇÃO INCIDENTE

631. Limites da lide. Questões da lide. Questões de fato e de direito.....	583
632. Questão prejudicial	583
633. Questões prejudiciais e limites da lide. Ação declaratória incidental	584
634. Prazo para requerer a declaração incidente. Autor e réu.....	585
635. Questão prejudicial em razão de impugnação pelo fato impeditivo, modificativo ou extintivo, alegado pelo réu	585
636. Interesse para a ação declaratória incidental.....	585
637. Ação declaratória incidental. Questão de fato, impossibilidade, exceção.....	586
638. Ação declaratória incidental, questões processuais e condições da ação. Impossibilidade.....	587
639. Abrangência da coisa julgada no pedido. Premissas necessárias. Reivindicação e proteção possessória.....	587

CAPÍTULO 33 MARCHA PROCEDIMENTAL — PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

640. Fases do procedimento. Fase postulatória, de instrução e julgamento. Fase recursal.....	589
641. Revelia. Julgamento antecipado da lide. Designação de audiência, quando se faz necessária. Comparecimento do réu, produção de provas	589
642. Providências preliminares. Questão prejudicial. Fato impeditivo, extintivo e modificativo. Alegações preliminares. Audição do autor, juntada de documentos.....	590
643. Matéria que pode ser conhecida pelo juiz após a fase postulatória. Atividade saneadora do juiz. Matéria sujeita à preclusão e matéria não sujeita à preclusão. Pressupostos processuais positivos e negativos. Condições da ação. Extinção do processo sem julgamento do mérito.....	591
644. Extinção do processo por renúncia do direito. Reconhecimento do pedido. Transação. Prescrição e decadência. Rejeição da prescrição e decadência, momento próprio.....	592

645.	Atividade saneadora do juiz. Inexistência de fase própria de saneamento. Matérias não sujeitas à preclusão.....	593
646.	Inexistência de fase própria de saneamento. Julgamento antecipado da lide. Extinção do processo, sem julgamento de mérito. Audiência autônoma de conciliação. Fixação de pontos controvertidos. Deferimento de provas. Designação de audiência de instrução e julgamento	594
647.	Julgamento antecipado da lide. Questão de direito. Questão de direito e de fato. Questão de fato com desnecessidade de prova. Sentido obrigatório de antecipação. Fato relevante. Processo onde se realiza perícia	596
648.	Julgamento antecipado da lide em razão de revelia. Inocorrência do efeito da revelia. Direitos indisponíveis. Curador especial. Revelia, reconhecimento da procedência do pedido e confissão; diferenças. Prosseguimento do processo, quando o fato resultar duvidoso	598

CAPÍTULO 34

PROVAS

PRINCÍPIOS GERAIS	601	
649.	Fundamento de fato e de direito do pedido. Presunção de verdade que decorre de toda alegação do autor à ausência de oposição do réu. Fatos alegados pelo réu, inexistência de presunção, quando não há oposição do autor.....	601
650.	Princípio da verdade real ou da máxima probabilidade. Matéria civil e criminal. Critérios subsidiários.....	601
651.	Princípio do livre convencimento. Não prevalência de um meio de prova sobre outro. Presunções legais. Motivação da sentença.....	602
652.	Princípio dispositivo. Complementação de prova, atuação de ofício pelo juiz.....	602
653.	Valoração da prova. Forma procedimental obrigatória.....	603
654.	Meio probatório moralmente legítimo, não previsto em lei. Fitos cassetes. Gravações	603
655.	Presunção e indício. Presunção absoluta e relativa.....	604
656.	Regras de experiência comum. Critério subsidiário. Prova direta	606
657.	Regras de experiência técnica.....	606
658.	Regras de experiência comum na apreciação da prova, de maneira geral.....	606

659.	Fatos notórios. Fatos confessados. Fatos incontroversos. Fatos sobre os quais milita presunção legal de verdade.....	607
660.	Ônus da prova. Princípio subsidiário da verdade real. Fato constitutivo do direito. Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito. Importância do ônus da prova com relação a quem alega o fato. Prova das negativas. Ônus da prova, juízo de maior probabilidade e regra de experiência.....	608
661.	Inversão do ônus da prova. Direitos indisponíveis. Dificuldade da prova na inversão. Relação de consumo.....	610
662.	Prova de direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário. Efeito de pura colaboração. Aplicação do direito, sem alegação.....	611
663.	Colaboração de terceiro na prova. Peritos. Informação de fatos. Testemunhas. Informação oral sem compromisso. Exibição de coisas. Diferentes espécies de colaboração.....	612
664.	Deveres da parte. Comparecimento em juízo. Dever de dizer a verdade. Inspeção judicial. Sanções para o descumprimento de deveres processuais.....	613

DEPOIMENTO PESSOAL 613

665.	Comparecimento da parte. Determinação de ofício e a requerimento.....	613
666.	Confissão judicial provocada. Incapazes. Representante da pessoa jurídica de direito privado e de direito público. Procurador.....	614
667.	Local onde se presta o depoimento. Cartas.....	615
668.	Pena de confesso. Provas em contrário.....	615
669.	Escusa de depor. Fatos torpes, criminosos e sobre os quais se deva guardar sigilo. Exceções.....	616
670.	Evasivas e recusa de depor. Fatos torpes e criminosos. Avaliação própria do juiz.....	617
671.	Forma de interrogatório da parte. Consulta a notas.....	617

CONFISSÃO..... 618

672.	Conceito. Confissão tácita e confissão ficta (impropriedades). Confissão e reconhecimento do pedido. Confissão e fato incontroverso. Confissão e procedência do pedido.....	618
673.	Confissão e litisconsórcio, inoperabilidade. Apreciação do mesmo fato na sentença. Valor da confissão como prova...	619
674.	Confissão do cônjuge nas ações de pretensão real.....	620
675.	Confissão e direitos indisponíveis. Valor probatório. Indisponibilidade absoluta e relativa.....	620

676.	Indivisibilidade da confissão.....	621
677.	Confissão judicial e extrajudicial; diferenças. Confissão judicial provocada e espontânea	621
678.	Confissão extrajudicial. Confissão antes de proposta a ação, valor documental. Confissão a terceiro. Confissão oral.....	622
679.	Confissão nula e anulável. Confissão do absolutamente incapaz e do relativamente incapaz. Formas procedimentais próprias de se declarar a nulidade da confissão. Confissão falsa, falsidade material e ideológica. Arguição de falsidade; possibilidade	622
DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA		624
680.	Requerimento a outra parte. Demonstração de interesse. Pedido incidental.....	624
681.	Pedido de exibição de documentos indispensáveis e dispensáveis	625
682.	Procedimento do pedido de exibição de parte à parte. Exibição e alegação da parte de não ter o documento. Consequências da não exibição; incapazes, réu preso, citado por edital ou com hora certa	625
683.	Casos de obrigatoriedade de exibição pela parte, sem possibilidade de escusa. Obrigação legal de exibição, alusão ao documento, documento comum	626
684.	Escusa ilegítima. Consequências. Ônus processual	627
685.	Momento da exibição. Fase instrutória. Ausência de preclusão. Decisão	627
686.	Pedido de exibição a terceiro. Ação autônoma. Competência. Interesse e legitimidade.....	628
687.	Interesse em razão de dúvida a respeito do documento.....	628
688.	Petição inicial contra terceiro. Fundamento do pedido. Procedimento. Defesas. Escusas.....	629
689.	Alegação de não ter a coisa em seu poder. Sentença, natureza e recurso. Cumprimento da sentença. Caracterização do crime de desobediência. Frustração da ordem, consequências	629
690.	Motivos comuns de escusa. Negócios de família. Dever de honra. Desonra da parte ou do terceiro e parentes. Perigo de ação penal. Outros motivos justos.....	630
PROVA DOCUMENTAL		631
691.	Conceito de documento. Forma e conteúdo. Instrumento e documento. Documento público e particular	631

692.	Documento público. Origem. Certidão. Traslado. Reprodução mecânica. Quando é da substância do ato. Oficial competente e oficial incompetente. Valor do documento lavrado por oficial incompetente. Extratos digitais e reproduções digitalizadas	632
693.	Documento particular. Elaboração. Autor do documento particular. Assinatura; quando se dispensa	634
694.	Cartas e registros domésticos. Suprimento de título. Assinatura. Datilografia. Anotações no documento	635
695.	Data do documento particular. Prova. Presunção e terceiros.	636
696.	Telegrama e radiograma. Reconhecimento de firma	636
697.	Reprodução mecânica. Autenticação necessária.....	636
698.	Documento particular nos autos. Certidão fornecida pelo escrivão	637
699.	Cópia do documento particular. Impugnação e conferência. Defeitos parciais na cópia. Impossibilidade de a cópia retratar o documento. Inspeção. Fotografia. Impossibilidade de conferência. Livre apreciação do documento	638
700.	Livros comerciais. Presunções contra e a favor do comerciante. Indivisibilidade da escrituração contábil. Exibição plena e parcial dos livros comerciais. Pedido pelo sócio. Exibição determinada de ofício pelo juiz.....	638
701.	Entrelinhas, emendas, rasuras e borrões no documento	640
702.	Declaração de ciência no documento particular. Documento e confissão extrajudicial. Declaração de terceiro: testemunho escrito e documento (eficácia probatória, limites)..	640
703.	Autenticidade dos documentos. Conceito. Inautenticidade, falsidade material. Falsidade ideológica.....	641
704.	Documento particular. Presunção de autenticidade. Impugnação. Conteúdo e assinatura, ônus da prova.....	641
705.	Documento em branco. Preenchimento abusivo.....	642
706.	Prazo de impugnação do documento particular. Preclusão e presunção de autenticidade	642
707.	Indivisibilidade das declarações contidas no documento.....	642
708.	Presunção de autenticidade. Documentos públicos e particulares. Reconhecimento de firma, com declaração do tabelião. Forma de impugnação do documento particular que não se reputa autêntico. Documento reputado autêntico, necessidade de sentença declaratória de falsidade. Ação declaratória comum e incidental (arguição de falsidade) ...	643
709.	Falsidade material e ideológica. Arguição de falsidade: possibilidade apenas para a falsidade material. Alegação de falsidade ideológica; forma. Atos anuláveis, necessida-	

	de de ação própria. Documento autêntico, mas nulo por defeito comum dos atos jurídicos	644
710.	Documento que goza de presunção de autenticidade. Documento que não goza de presunção de autenticidade. Impugnação de conteúdo e firma; ônus da prova	645
711.	Disciplina sobre autenticidade e falsidade documental estendida a outros instrumentos. Confissão extrajudicial	645
712.	Ação declaratória comum e incidental. Necessidade de sentença para declaração de falsidade material de documento reputado autêntico. Arguição de falsidade. Falsidade ideológica: impossibilidade de arguição de falso.....	645
713.	Documentos não reputados autênticos. Admissibilidade da arguição de falsidade. Ônus da prova	646
714.	Arguição de falsidade. Momento de ser proposta. Legitimidade e interesse. Falsidade de certidões, laudos, memoriais, autos e termos. Juntada posterior de documentos, prazo da arguição. Arguição anterior e posterior à instrução. Indeferimento liminar. Fase recursal. Procedimento. Extinção anormal, com a retirada do documento. Decisão conjunta com a sentença principal. Recurso. Coisa julgada e seus limites objetivos. Preclusão quando não arguida. Não influência da ação comum.....	647
715.	Produção de prova documental. Documentos indispensáveis e dispensáveis. Documentos substanciais e fundamentais. Momento da juntada.....	650
716.	Defesa. Documentos indispensáveis e dispensáveis	650
717.	Não juntada de documento indispensável com a inicial. Prazo de juntada obrigatório. Complementação pelo réu de sua defesa, em razão de igualdade. Reconvensão.....	651
718.	Juntada de documentos indispensáveis para prova de fatos supervenientes.....	651
719.	Juntada de documentos. Audição da parte contrária. Alegação de nulidade, preclusão	652
720.	Pedido de requisição de documentos: quando se faz necessário. Interesse. Impossibilidade de negativa pelos agentes do Poder Público.....	652
721.	Requisição de procedimentos administrativos. Executivos fiscais	653
	PROVA TESTEMUNHAL	653
722.	Testemunha. Conceito. Testemunha de fato e instrumentária. Testemunha e perito.....	653

723.	Testemunhas técnicas.....	654
724.	Dispensa de prova testemunhal. Prova documental e exame pericial. Confissão.....	654
725.	Prova exclusivamente testemunhal. Quando é permitida. Prestação de fato. Efeitos concretos de contratos orais. Contratos que se concretizam com a efetiva entrega da coisa	655
726.	Prova do contrato exclusivamente testemunhal e outras provas: inconfundibilidade. Confissão e depoimento pessoal..	656
727.	Prova testemunhal complementar. Início de prova escrita..	656
728.	Admissão de prova testemunhal exclusiva para o contrato. Impossibilidade ou dificuldade do contrato escrito	656
729.	Prova testemunhal. Pagamento. Remissão de dívida	657
730.	Contratos simulados. Simulação maliciosa e inocente. Simulação em relação a terceiros. Quando pode ser arguida pelo próprio contratante	657
731.	Vícios do consentimento	659
732.	Capacidade geral de ser testemunha	659
733.	Fatos sobre os quais a testemunha não está obrigada a depor. Grave dano e sigilo obrigatório. Comparecimento obrigatório da testemunha	659
734.	Dever do terceiro. Sua colaboração com a Justiça. Direitos da testemunha.....	660
735.	Incapacidade para ser testemunha. Interdito. Enfermidade física ou mental. Maior de dezesseis anos. Cego e surdo	660
736.	Testemunhas impedidas e suspeitas. Testemunhas informantes	662
737.	Causas de impedimento. Parentesco e afinidade, exceção. Exceção de impedimento e testemunha informante. Partes, litisconsortes. Representantes de incapazes e de pessoas jurídicas. Juiz e advogado e outras pessoas que assistam ou tenham assistido as partes	663
738.	Causas de suspeição. Amizade ou inimizade com a parte. Interesse no litígio. Pessoa de má fama e condenado por falso testemunho	665
739.	Rol de testemunhas. Contagem regressiva de prazo. Número de testemunhas. Substituição	665
740.	Local onde depõe a testemunha. Exceção, antecipação.....	667
741.	Intimação da testemunha. Prazo. Não comparecimento: despesas e multa.....	667
742.	Comparecimento independente de intimação	667
743.	Funcionário público e militar. Requisição	668

744.	Qualificação da testemunha. Contradita. Testemunhas da contradita	668
745.	Procedimento de audição das testemunhas	669
746.	Forma do depoimento. Redução a termo. Assinatura. Negativa da testemunha.....	670
747.	Ordem dos depoimentos. Inversão.....	671
748.	Testemunhas referidas.....	671
749.	Acareação.....	672
750.	Testemunhas que são ouvidas em sua residência e onde exercem sua função.....	672
PROVA PERICIAL.....		672
751.	Perícia. Conceito. Conhecimentos técnicos e especializados. Dificuldades de observação pessoal	672
752.	Perito e testemunha. Responsabilidade.....	673
753.	Perícia e princípio do livre convencimento. Não prevalência de meios de prova.....	673
754.	Espécies de perícia. Exame, vistoria e avaliação. Abrangência de mais de uma espécie de perícia.....	674
755.	Perícia e pareceres técnicos extrajudiciais. Valor	674
756.	Deferimento e indeferimento da prova pericial. Desnecessidade por falta de utilidade prática. Questões de direito. Fatos confessados e incontroversos. Prova documental suficiente. Desaparecimento de vestígios; relatividade. Danificação de coisa, substituição da perícia por orçamentos idôneos	675
757.	Perícia de ofício e a requerimento da parte. Fundamentação	676
758.	Momento de se requerer prova pericial. Preclusão	676
759.	Nomeação do perito. Estabelecimento oficial. Perícia realizada por carta.....	677
760.	Assistente técnico. Indicação, momento. Indicação no caso de litisconsórcio. Função do assistente técnico	677
761.	Intimação do perito e presença do assistente técnico. Honorários, adiantamento.....	678
762.	Escusa do perito. Impedimento e suspeição. Motivos particulares. Falta de conhecimento técnico ou especializado. Momento da escusa.....	678
763.	Apresentação do laudo. Substituição do perito pela não apresentação do laudo. Efeitos quanto ao não cumprimento do encargo pelo assistente técnico	679
764.	Substituição do perito e nova perícia	679

765.	Nomeação obrigatória de profissionais habilitados. Exceções. Perícia impraticável	680
766.	Substituição do perito pelo não cumprimento do encargo. Penalidade	680
767.	Quesitos. Conceito. Quem pode formulá-los: partes, juiz, Ministério Público e assistentes	680
768.	Quesitos impertinentes. Indeferimento	681
769.	Prazo de apresentação de quesitos. Quesitos suplementares..	681
770.	Esclarecimento da perícia. Parecer. Valor prático da prova pericial. Princípio do livre convencimento. Laudo do perito e do assistente técnico: valor qualitativo idêntico.....	682
771.	Nova perícia. Determinação de ofício e a requerimento da parte; recurso. Nova perícia e esclarecimentos complementares. Objeto de nova perícia. Nova perícia, completa ou parcial; limites. Quando se faz necessária. Valor da nova perícia. Nova perícia e perícia nula.....	682
772.	Direção dos trabalhos periciais. Designação de dia e hora. Prazo de entrega do laudo	684
773.	Prerrogativas e poderes do perito e do assistente técnico. Poderes indelegáveis. Audição de testemunhas. Terceiro, obrigação de colaborar com a Justiça. Solicitação de documentos. Posição da parte e terceiros. Conceito de documento, para fins de restrição. Requisição a repartições públicas para apurar autenticidade ou falsidade de assinatura. Colheita de material em audiência.....	684
774.	Realização da perícia. Averiguação conjunta. Conferência reservada do perito e assistentes. Laudo pericial, requisitos..	686
775.	Função do perito. Limites da perícia. Pedido de esclarecimento. Audiência. Julgamento conforme o estado do processo. Determinação de esclarecimentos por escrito, de ofício ou a requerimento	687

INSPEÇÃO JUDICIAL

776.	Conceito. Conveniência	688
777.	Objeto da inspeção. Incidência: pessoas, lugares ou coisas. Pessoa, restrições, recusa e consequências	689
778.	Assistência por perito.....	689
779.	Local da inspeção.....	690
780.	Reconstituição de fatos	690
781.	Assistência pelas partes. Possibilidade de se fazer inspeção, sem intimação das partes.....	690
782.	Auto de inspeção, desenho, gráfico e fotografia.....	691

CAPÍTULO 35 DA AUDIÊNCIA

783.	Audiência de instrução e julgamento. Conceito. Princípio da oralidade. Julgamento antecipado da lide	692
784.	Publicidade da audiência	692
785.	Unidade e continuidade da audiência. Adiamento e prorrogação. Distinções práticas	692
786.	Adiamento da audiência por convenção das partes. Restrições. Suspensão do processo. Prorrogação por convenção das partes.....	693
787.	Adiamento e prorrogação por ausência justificada do perito, assistente técnico, partes e testemunhas	693
788.	Falta justificada e injustificada do advogado. Justificativa anterior e posterior à audiência.....	694
789.	Ministério Público. Ausência justificada. Atuação como parte e como fiscal da lei. Não justificação; consequências .	694
790.	Curador especial. Ausência. Nomeação de outro	695
791.	Despesas do adiamento.....	695
792.	Direção do processo. Juiz. Colheita de provas. Dever de urbanidade. Exortação às partes.....	695
793.	Poderes de polícia do juiz. Manutenção da ordem e do decoro. Retirada de partes e procuradores. Requisição de força policial	695
794.	Designação e abertura da audiência. Pregões. Não comparecimento de partes e advogados. Dispensa de prova	696
795.	Fixação dos pontos controvertidos.....	696
796.	Ordem de inquirição na audiência. Possibilidade de inversão. Proibição de apartes. Reinquirição de peritos e testemunhas	697
797.	Final da fase de instrução e início da fase do julgamento. Preclusão para provas. Exceções	697
798.	Fase de julgamento. Debates. Memoriais	698
799.	Proferimento da sentença. Publicação em audiência e fora dela	699
800.	Termo de audiência. Lavratura. Livro contendo folhas soltas. Assinatura, falta. Cópia do termo nos autos	699
801.	Conciliação. Conceito. Conteúdo. Quando pode ocorrer. Direitos patrimoniais e direitos indisponíveis. Incapazes. Causas de família. Formas admissíveis.....	700
802.	Intimação para a conciliação. Não comparecimento da parte. Intimação do advogado. Advogados com poderes expressos de transação, reconhecimento ou renúncia.....	701

803.	Ausência de proposta de conciliação. Caso de simples anulabilidade. Necessidade de reclamação tempestiva.....	701
804.	Termo de conciliação. Sentença meramente homologatória.	702
805.	Conciliação e título executivo.....	702

CAPÍTULO 36

A EXTINÇÃO DO PROCESSO E A COISA JULGADA

EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO	703
806. Finalidade do processo. Julgamento do mérito.....	703
807. A ação como direito. Sujeito passivo. Condições de seu exercício.....	704
808. Possibilidade jurídica. Impossibilidade jurídica absoluta e relativa. Impossibilidade jurídica manifesta e não manifesta.....	704
809. Legitimação para a causa. Legitimação ativa e passiva. Nomeação à autoria. Ilegitimidade manifesta e não manifesta	706
810. Interesse processual. Manifesta falta de interesse e falta de interesse não manifesta	710
811. Carência de ação	711
812. Pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Pressupostos subjetivos e objetivos. Defeitos sanáveis e não sanáveis do processo.....	711
813. Perempção, litispêndência e coisa julgada. Pressupostos processuais de ordem negativa.....	713
814. Convenção de arbitragem. Pressuposto processual de ordem negativa	713
815. Intransmissibilidade da pretensão. Pressuposto processual de ordem negativa	713
816. Confusão	713
817. Outros casos de extinção do processo.....	714
818. Condições da ação e pressupostos processuais, como matéria de ordem pública. Conhecimento de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, sem ocorrência de preclusão. Responsabilidade por alegação tardia.....	714
819. Indeferimento da petição inicial. Falta manifesta das condições da ação. Julgamento de mérito. Decadência e prescrição. Impossibilidade jurídica relativa. Petição incompreensível. Outros motivos.....	716
820. Abandono do processo pelo autor. Direito do réu ao rápido andamento do processo. Direito do réu à sentença de mérito. Perempção	717

821. Paralisação do processo por mais de um ano. Iniciativa judicial	718
822. Desistência da ação.....	719
823. Abandono. Paralisação e desistência. Decisões preclusíveis por não constituírem pressupostos processuais	720

EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM JULGAMENTO DE MÉRITO. COISA JULGADA MATERIAL

824. Conceito de mérito. Mérito, lide e pedido	720
825. Extinção do processo por reconhecimento do pedido pelo réu	721
826. Renúncia de direito	722
827. Transação	722
828. Coisa julgada formal. Conceito	723
829. Coisa julgada material. Conceito. Imutabilidade e indiscutibilidade das sentenças de mérito	723
830. Limites objetivos da coisa julgada. Conceito de lide. Pedido e causa de pedir. Lide parcial e lide integral. Exclusão dos pressupostos processuais e das condições de ação. Questões da lide	724
831. Questão. Conceito. Razão da pretensão. Questões e limites objetivos da coisa julgada.....	725
832. Pedidos alternativos e limitação da lide.....	726
833. Motivação e verdade dos fatos. Limitação da lide.....	726
834. Questão prejudicial. Ação declaratória incidental. Interesse. Campo de incidência. Questões referentes à ação ao processo (exclusão). Mesma competência do juiz.....	727
835. Coisa julgada e relações jurídicas continuativas. Modificação de estado de fato ou de direito	730
836. Identificação das causas. Fato simples e fato jurídico	731
837. Ocorrência de coisa julgada, sem identificação rigorosa de causas. Objetivos da coisa julgada. Garantia de um bem da vida. Pedidos alternativos. Pedido abrangido por outro. Contrariedade do bem jurídico garantido, sem identificação de causas. Bem jurídico garantido e nova apreciação em outra causa. Alegações e defesas não deduzidas, consideradas como questões decididas. Diversidade de causa de pedir	732
838. Limites subjetivos da coisa julgada. Eficácia da sentença e coisa julgada. Casos em que o terceiro não consegue subtrair-se aos efeitos definitivos da sentença.....	733

839.	Direitos potestativos pertencentes a diversas pessoas. Proibição de coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> . Benefício de terceiro em razão da relação de direito material. Integração de terceiros no processo; impossibilidade.....	734
840.	Benefício de terceiro em razão de resultado já definido contra a outra parte. Ausência do prejuízo pela definição de responsabilidade sua onde não foi parte	735
841.	Sucessão das partes, substituição processual e coisa julgada	736
842.	Ação de estado e coisa julgada com referência a terceiros. Litisconsórcio necessário unitário. Casos específicos de investigação de paternidade	736
843.	Questões processuais sujeitas à preclusão. Conceito de preclusão. Questões não sujeitas à preclusão. Preclusão para as partes e preclusão para o juiz.....	737
844.	Coisa julgada material, pressupostos processuais e condições da ação. Inocorrência	738
845.	Coisa julgada. Litispendência e perempção. Impossibilidade de renovação do pedido. Interesse público.....	739
846.	Coisa julgada e execução. Nulidade da execução e repetição do indébito.....	739
847.	Execução. Condições da ação e pressupostos processuais .	739
848.	Processo Cautelar e coisa julgada.....	740
849.	Sentenças sujeitas ao reexame obrigatório	740

CAPÍTULO 37

DA COISA JULGADA CRIMINAL NO JUÍZO CÍVEL

850.	Sentença penal condenatória. Obrigação de indenizar. Efeito secundário da sentença e não coisa julgada cível	744
851.	Sentença absolutória criminal. Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular do direito. Não influência no juízo cível. Limites subjetivos da coisa julgada. Diversidade de lides.....	744
852.	A vítima ou interessados como assistentes na ação penal pública e coisa julgada cível; inocorrência. Aplicação das regras da assistência. Diversidade de lides	745
853.	Ação penal privada. Diversidade de apreciação da prova ..	746
854.	Prova da inexistência do fato e da autoria. Não influência no juízo cível.....	746
855.	Suspensão do processo cível, quando correr processo criminal	747

856.	Sentença cível contrária à sentença criminal condenatória, proferida anteriormente. Ineficácia da coisa julgada para evitar os efeitos da condenação.....	747
------	---	-----

CAPÍTULO 38

RECURSOS

857.	Conceito de recurso. Princípio do duplo grau de jurisdição e princípio do duplo exame. Natureza dos recursos	748
858.	Recurso como ônus processual. Renúncia, desistência e aceitação da decisão.....	749
859.	Recurso, preclusão, coisa julgada formal e material	750
860.	Substituição da decisão pela do órgão recursal. Eficácia da decisão recorrida. Natureza da decisão recorrida.....	751
861.	Classificação dos atos judiciais: sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Recursos de primeiro grau	752
862.	Preparo do recurso. Relevação. Dispensa. Complementação	755
863.	Apelação. Conceito. Campo de abrangência. Requisitos. Prazo e procedimento. Apelação total e parcial. Conhecimento de matéria de ordem pública pela instância recursal. Questões anteriores à sentença final. Questões suscitadas e discutidas no processo. Fundamento do pedido ou da defesa não apreciado. Efeitos da apelação. Recurso recebido erradamente. Recurso recebido apenas no efeito devolutivo e não no suspensivo. Não recebimento da apelação. Execução provisória. Preparo e deserção	756
864.	Agravo. Conceito. Indeferimento pelo relator, recurso inominado. Efeito do recurso. Trânsito em julgado da sentença. Ordem de julgamento no tribunal.....	764
865.	Agravo retido. Renúncia tácita. Apreciação pelo próprio juiz. Petição e agravo oral	775
866.	Agravo em audiência. Procedimentalidade própria	776
867.	Mandado de segurança para impedir efeitos da decisão interlocutória de primeiro grau, impossibilidade. Efeito ativo concedido pelo relator, possibilidade.....	777
868.	Correição parcial em autos. Natureza. Incidência	778
869.	Recursos ordinários e extraordinários.....	779
870.	Embargos infringentes de primeiro grau. Conceito de embargos infringentes. Execução fiscal e causas da Justiça Federal, de até 50 ORTNs. Mandado de segurança e recurso extraordinário	780

871. Colegiados de primeiro grau para julgamento de recursos nos Juizados Especiais	781
872. Embargos infringentes na instância superior. Limitação do recurso, apelação e ação rescisória. Pressuposto do recurso: voto divergente. Condições de admissibilidade. Pressupostos processuais e condições da ação; não conhecimento de ofício. Indeferimento liminar e recurso respectivo. Distribuição e preparo. Prazo. Embargos infringentes e sentenças sujeitas ao duplo grau de jurisdição. Embargos infringentes no Supremo Tribunal Federal	781
873. Embargos declaratórios. Sentenças e acórdãos.....	787
874. Recurso extraordinário. Conceito e natureza. Campo de incidência. Requisitos para interposição. Procedimento. Admissibilidade do recurso e preparo. Deserção. Efeito do recebimento. Casos que não admitem recurso extraordinário; exceções: ofensa à Constituição Federal; divergência com a súmula do Supremo e repercussão da questão federal. Arguição de relevância da questão federal. Arguição de relevância. Não recebimento do recurso. Agravo. Simultaneidade do recurso extraordinário e relevância da questão federal	790
875. Recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.....	794
875a. Recurso especial por amostragem	794
876. Procedimento comum do recurso extraordinário e do recurso especial. Recurso retido contra as decisões interlocutórias.....	796
877. Questão constitucional e questão federal. Prequestionamento	799
878. Interposição concomitante dos recursos extraordinário e especial. Admissão de ambos.....	802
879. Não admissão dos recursos extraordinário ou especial. Agravo. Julgamento antecipado do recurso especial pelo relator	803
880. Embargos de divergência	805
881. Recursos ordinários para o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.....	806
882. Recurso adesivo. Campo de incidência. Condições de admissibilidade	806
883. Reclamação	808
884. Fungibilidade dos recursos. Erro escusável e boa-fé	810
885. Interesse e legitimidade na interposição de recursos. Parte vencida, terceiro prejudicado e Ministério Público	811
886. Recurso do litisconsorte e do devedor. Aproveitamento de recurso. Solidariedade.....	812
887. Contagem de prazo. Critério. Interrupção de prazo.....	813
888. Abuso de recorrer.....	814

889.	Remessa dos autos ao tribunal. Protocolo. Numeração de folhas.....	816
890.	Distribuição. Publicidade e alternatividade. Sorteio. Câmaras e turmas	817
891.	Funcionamento de câmara e turma. Relator e revisor. O terceiro juiz (vogal).....	817
892.	Preparação do julgamento. Publicação da pauta. Anulabilidade em razão da não observância de formalidades. Memoriais	819
893.	Julgamento. Exposição do relator. Sustentação oral. Adiamento	819
894.	Ordem do julgamento. Questões preliminares e mérito. Mérito do recurso. Suscitação de questões preliminares. Irregularidades, nulidades, suprimento. Quando se anulam as sentenças. Suprimento das irregularidades por determinação do próprio relator. Julgamento do mérito do recurso. Resultado do julgamento. Lavratura do acórdão.....	820
895.	Negativa de seguimento dos recursos e julgamento antecipado pelo relator. Agravo inominado e penalidades	823
896.	Julgamento da causa, para composição ou prevenção de divergência, por órgão especial.....	826

CAPÍTULO 39

INCIDENTE DO JULGAMENTO NOS TRIBUNAIS

UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA	829	
897.	Divergência interpretativa. Questões de fato e questões de direito. Matéria de prova.....	829
898.	Divergência entre juízes que participam do julgamento. Divergência entre câmaras ou turmas. Incidente de uniformização	830
899.	Momento de se suscitar o incidente. Legitimidade e modo de fazê-lo. Razões do recurso, petição avulsa e embargos infringentes	830
900.	O pedido de uniformização como direito da parte.....	831
901.	Competência para julgamento da divergência. Supremo Tribunal Federal. Tribunais estaduais. Câmaras, Turmas e Seções	831
902.	Reconhecimento da divergência. Lavratura do acórdão. Julgamento. Audição do Ministério Público. Votação. Retomada do julgamento. Súmula da jurisprudência dominante ...	832

903.	Arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo no Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais de Justiça ...	833
904.	Eficácia do julgamento de procedência e de improcedência do julgamento da ação declaratória de inconstitucionalidade. Coisa julgada	834
905.	Procedimento da ação direta de declaração de inconstitucionalidade	835
906.	Cautelar e medida antecipatória na ação direta de inconstitucionalidade.....	838
907.	Ação declaratória de constitucionalidade. Legitimidade e interesse. Parte passiva. Procedimento	840
908.	Eficácia da decisão que julga o pedido de declaração de constitucionalidade. Coisa julgada	840
909.	Procedimento da ação declaratória de constitucionalidade.....	841
910.	Medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade.....	842
911.	Ação de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Distrito Federal e Territórios	842
912.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	843
913.	A inconstitucionalidade em caso concreto. Aplicação do direito	850
914.	Lei e ato normativo. Condições de aplicação da lei. Regulamentação	850
915.	Regime federativo. Hierarquia das leis. Legislação federal, estadual e municipal.....	851
916.	Respeito à hierarquia das leis. Ilegalidade e inconstitucionalidade. Características da inconstitucionalidade. Competência e formalidades constitucionais não observadas	851
917.	Arguição de inconstitucionalidade. Constituição Federal e Estadual. Juízo de primeiro grau e instância recursal	852
918.	Forma de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais. Legitimidade e interesse	852
919.	Rejeição da arguição. Não conhecimento e improcedência. Recurso extraordinário e embargos infringentes.....	853
920.	Acolhimento da arguição. Acórdão. Acolhimento pelo órgão competente para julgá-la. Maioria absoluta	854
921.	Competência. Supremo Tribunal Federal. Justiça Estadual	854
922.	Julgamento. Acolhimento ou não da inconstitucionalidade. Prosseguimento do julgamento no juízo do recurso, ou da ação rescisória.....	854

CAPÍTULO 40
AÇÃO RESCISÓRIA

923.	Coisa julgada formal e material. Sentença de mérito. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.....	856
924.	Imutabilidade e indiscutibilidade da sentença de mérito transitada. Projeção <i>ad futurum</i> . Rescisão de sentença trântita. Conceito de ação rescisória.....	857
925.	Natureza da ação rescisória. Não suspensividade da execução da sentença. Possibilidade de medida cautelar inominada para suspensão da execução. Tutela antecipada, como efeito de procedência. Ação rescisória e recurso. Diferença e efeitos	857
926.	Rescisão de sentença e novo julgamento. Juízo rescindente e juízo rescisório. Coincidência de julgamentos, mesmo com procedência da rescisória. Casos de incompetência absoluta	858
927.	Casos de ação rescisória. Interpretação restritiva. Injustiça da decisão, irrelevância	859
928.	Prazo da ação rescisória. Contagem. Sentença trântita: quando ocorre prazo decadencial (efeitos)	859
929.	Causa de ação rescisória. I. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz. Órgãos colegiados. Sentença confirmada, mas proferida por prevaricação, concussão ou corrupção.	860
930.	Causa de ação rescisória. II. Juiz impedido. Nulidade absoluta e coisa julgada. Juízos colegiados. Impedimento e suspeição. Suspeição, prevaricação, concussão e corrupção.	861
931.	Causa de ação rescisória. II. Incompetência absoluta. Incompetência absoluta e relativa. Sentença nula e sentença inexistente	862
932.	Causa de ação rescisória. III. Dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida. <i>Iudicium rescindens e iudicium rescissorium</i>	863
933.	Causa de ação rescisória. III. Colusão das partes para fraudar a lei. Processo fraudulento e processo simulado. Instauração obrigatória de processo. Alegação das partes e de terceiro. Exclusividade do juízo rescindente	864
934.	Causa de ação rescisória. IV. Ofensa à coisa julgada. Eficácia da última decisão. Exclusividade do juízo rescindente.	865
935.	Causa de ação rescisória. V. Violação à literal disposição de lei. Conceito de lei. Alcance da rescisória. Dispositivo legal escrito. Decisões controvertidas. Formas de violação à literal disposição de lei: negativa de vigência de disposi-	

	tivo legal ou de aplicação; fundamentação em normas não mais em vigor; fundamentação em dispositivo ilegal ou inconstitucional.....	866
936.	Causa de ação rescisória. VI. Prova falsa. Prova falsa criminal. Prazo de propositura quando há revisão criminal. Apreciação de prova falsa no próprio juízo da rescisória. Má apreciação da prova. Falsa prova e erro de fato.....	868
937.	Causa de ação rescisória. IX. Erro de fato. Condições, não existência de controvérsia.....	869
938.	Causa de ação rescisória. VII. Obtenção de documento novo. Conceito de documento e quando se considera “novo”. Condições da rescisória.....	870
939.	Atos judiciais que não dependem de sentença e sentenças meramente homologatórias. Sentenças jurisdicionais homologatórias e não simplesmente homologatórias. Sentenças de jurisdição voluntária. VIII. Confissão, desistência e transação. Reconhecimento do pedido e renúncia.....	871
940.	Rescisória de ação rescisória.....	873
941.	Competência para ação rescisória. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Federal de Recursos. Tribunais estaduais....	873
942.	Legitimidade para a rescisória. Parte, interesse. Sucessores a título universal e a título singular. Legitimidade passiva.....	874
943.	Terceiro juridicamente interessado, legitimação ativa. Legitimação passiva: litisconsórcio necessário e unitário e litisconsórcio facultativo unitário. Processo simulado e fraudulento, legitimidade de terceiro. Substituição processual...	875
944.	Ministério Público. Parte e fiscal da lei. Interesse. Processo simulado ou fraudulento.....	878
945.	Petição inicial. Requisitos. Rescisão e pedido de nova decisão. Valor da causa. Impugnação.....	878
946.	Depósito obrigatório. Casos de isenção: União, Estado ou Município. Complementação do depósito.....	879
947.	Documentos obrigatórios.....	880
948.	Procedimento da ação rescisória. Distribuição. Indeferimento liminar da petição inicial; recurso. Complementação da inicial. Prazo de resposta. Revelia. Ação declaratória incidental e reconvenção. Fatos modificativos, impeditivos e extintivos do pedido. Matéria do art. 301. Produção de provas. Decisões interlocutórias e agravo.....	880
949.	Julgamento da ação rescisória. Natureza desconstitutiva da decisão rescindenda. Novo pedido: declaração, condenação ou constitutividade. Coincidência de julgamento, embora	

procedente o pedido rescindente. Inadmissibilidade e im- procedência da rescisória. Reversão do depósito. Sucum- bência. Efeitos da sentença. Recursos	881
--	-----

CAPÍTULO 41

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

950. Sentença, acórdão. Coisa julgada	884
951. A sentença estrangeira. Eficácia no Brasil. Princípios de ordem pública, de direito processual e de direito material. Executividade e eficácia da sentença. Necessidade de ho- mologação, inclusive de sentenças declaratórias de esta- do. Finalidade da homologação	884
952. Requisito para a homologação: competência	885
953. Requisito para a homologação: correta formação da rela- ção processual. Citação e revelia. Efeitos da revelia	885
954. Requisito para a homologação: trânsito em julgado da sen- tença e requisitos de executividade	886
955. Requisito para a homologação: ausência de ofensa à sobe- rania nacional	886
956. Requisito para a homologação: ausência de ofensa à or- dem pública e aos bons costumes	886
957. Requisitos procedimentais: autenticação da sentença pelo cônsul e tradução oficial	887
958. Natureza da sentença homologatória de sentença estrangei- ra. Atividade de jurisdição voluntária. Função administra- tivo-integrativa da Justiça brasileira. Sentença de delibera- ção. Contraditório	887
959. Ação rescisória e homologação. Rescisão de sentença es- trangeira	888
960. Litispêndência e causa proposta no estrangeiro. Sentença já proferida no estrangeiro, pedido de homologação e pos- sibilidade de suspensão do processo no Brasil	888
961. Legitimidade para requerer homologação. Partes e tercei- ros. Interesse de puro fato do terceiro; legitimidade	889
962. Sentenças de processo cautelar	889
963. Sentenças de jurisdição voluntária	889
964. Procedimento da homologação. Competência do Presidente e da Corte Especial. Recurso	890
965. Pedido de homologação. Petição inicial. Documentos. Complementação. Citação. Quem deve ser citado. Litis-	

	consortes necessários. Litisconsórcio necessário unitário. Revelia. Curador especial	890
966.	Contestação. Matéria própria. Audição do interessado e do Procurador-Geral da República.....	891
967.	Inteligência da sentença. Fundamentação. Homologação e executividade.....	891
968.	Execução das sentenças homologadas. Justiça Federal. Carta de sentença. Execução imprópria	892

CAPÍTULO 42

PROCEDIMENTO SUMÁRIO

969.	Processo. Conceito. Procedimento. Formação e movimentação do processo	893
970.	Procedimento ordinário.....	893
971.	Procedimentos especiais. Diferentes marchas procedimentais	894
972.	Procedimento sumário. Redução de atos. Modalidade de procedimento comum, mas especial. Subsidiariedade do procedimento ordinário para os procedimentos sumário e especiais	894
973.	Procedimento sumário. Petição inicial. Complementação da inicial. Rol de testemunhas, pedido de perícia e documentos. Pedido de exibição de documentos.....	895
974.	Designação de audiência inicial. Conciliação. Comparecimento obrigatório das partes. Ausência do autor e revelia. Defesa e pedido do réu.....	895
975.	Citação do réu. Prazo. Fazenda Pública, prazo em dobro. Citação em prazo inferior: comparecimento apenas para reclamar; não comparecimento: adiamento da audiência; realização da audiência, trânsito em julgado da sentença, rescindibilidade	898
976.	Exceções de impedimento e suspeição	899
977.	Exceção de incompetência. Decisão. Indeferimento liminar	899
978.	Prova produzida por carta precatória	899
979.	Impugnação do valor da causa e controvérsia	899
980.	Assistência. Intervenção de terceiros. Declaração incidente..	900
981.	Conciliação	901
982.	Colheita de depoimentos. Documentação.....	901
983.	Debates e sentença. Publicação em audiência	901
984.	Prazo para ulatimação do processo. Julgamento antecipado	902

985.	Adoção do procedimento sumário em razão do valor da causa. Salário mínimo e salário-referência. Determinação <i>ex officio</i> para que se siga o procedimento sumário. Impugnação do réu ao procedimento ordinário em razão do valor da causa: aproveitamento da fase de defesa, se houver. Impugnação do réu ao procedimento sumário em razão do valor da causa: aproveitamento de defesa, se houver; ratificação expressa e tácita, aditamento	902
986.	Adoção do procedimento em razão do valor da causa quando há previsão de procedimento especial. Procedimento especial fungível e relativamente fungível.....	903
987.	Impossibilidade de adoção do procedimento sumário. Ação de estado ou de capacidade das pessoas.....	903
988.	Procedimento sumário em razão da matéria: posse ou domínio de coisas móveis ou de semoventes. Possibilidade de adoção do procedimento especial relativamente à posse	904
989.	Arrendamento rural e parceria agrícola. Causas relacionadas com o contrato. Defesa da posse pelo procedimento especial.....	904
990.	Causas relativas a condomínio. Ação executória, quando se permite. Condomínio comum e condomínio horizontal.....	905
991.	Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico. Conceito de prédio	905
992.	Acidente de veículo de via terrestre. Conceito de veículo de via terrestre. Acidente de veículo e acidente em veículo...	906
993.	Cobrança de seguro por acidente de veículo.....	906
994.	Profissional liberal, cobrança de honorários. Salário. Justiça Trabalhista. Contrato escrito, título executivo. Exclusão do conceito de honorários do que é devido à empresa que explora o ramo de serviço específico de profissional liberal...	906
995.	Honorários de advogado. Estabelecidos em sentença: título executivo judicial. Ajustamento por contrato escrito: título extrajudicial. Arbitramento: ação acessória.....	907
995a.	Ações que versem sobre revogação de doação	908
996.	Adjudicação compulsória. Imóveis loteados e não loteados..	908
997.	Discriminação de terras. Ação discriminatória. Terras devolutas	908
998.	Acidente do trabalho.....	909
999.	Usucapião especial. Procedimento especial, quando, cautelarmente, se quer proteção possessória	909

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1.000. Juizado Especial Cível. Conciliação, arbitramento, julgamento e execução de causas de menor complexidade. Composição dos Juizados. Conciliadores, juízes leigos e juiz togado.....	910
1.001. Competência de jurisdição e de juízo por opção do autor ..	913
1.002. Causas que podem ser submetidas ao Juizado Especial. Valor da causa e competência em razão da matéria. Causas que têm por objeto relação de crédito	913
1.003. Causas excluídas do Juizado Especial em razão da matéria: natureza alimentar, falimentar, fiscal e interesse da Fazenda Pública, relativas a resíduos, estado e capacidade das pessoas	916
1.004. Competência para execução de acordo extrajudicial homologado e para execução de título extrajudicial de acordo referendado pelo Ministério Público.....	918
1.005. Causas excluídas em razão da pessoa: incapaz, preso, pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas da União, massa falida e insolvente civil.....	919
1.006. Capacidade especial para ser parte no Juizado Especial. Pessoa natural. Microempresa. Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIP — Sociedade de Crédito do Microempreendedor.....	919
1.007. Intervenção de terceiro e assistência, proibição	921
1.008. Admissibilidade do litisconsórcio	921
1.009. Intervenção do Ministério Público	921
1.010. Propositura da ação: comparecimento pessoal. Petição escrita ou oral. Defesa escrita ou oral. Máxima simplicidade e informalidade	922
1.011. Assistência facultativa e obrigatória de advogado. Direito à assistência gratuita, quando ocorre	922
1.012. Competência de foro. Critério territorial, regras gerais. Incompetência relativa. Arguição. Extinção do processo ...	922
1.013. Princípios básicos do Juizado Especial. Atos processuais. Publicidade, realização e redução a escrito ou gravação dos atos.....	923
1.014. Petição inicial (pedido): requisitos. Pedido oral, redução a escrito. Fichas e formulários. Causa de pedir. Pedido. Valor. Pedido genérico, sentença líquida. Pedido alternativo. Cumulação de pedidos, requisitos. Registro e designação de audiência	925

1.015. Citação do réu. Necessidade do recebimento “em mão própria”. Pessoa jurídica. Citação por oficial de justiça, informalidade. Proibição de citação por edital. Citação com hora certa, permissão. Requisitos da citação. Comparecimento espontâneo do réu	926
1.016. Audiência. Conciliação. Juiz togado, juiz leigo e conciliador	927
1.017. Juízo arbitral. Informalidade. Árbitro. Decisão por equidade. Homologação do laudo. Decisão irrecurável.....	928
1.018. Unidade da audiência. Adiamento e prorrogação. Instrução e julgamento	929
1.019. Revelia, efeitos. Julgamento de plano.....	929
1.020. Apresentação de defesa. Contestação e exceção. Reconvenção e pedido reconventional	930
1.021. Comparecimento conjunto das partes. Dispensa de contestação. Pedidos contrapostos.....	931
1.022. Meios de prova. Determinação de ofício pelo juiz. Limitação de provas. Meios moralmente permitidos. Colheita informal de provas. Perícia e inspeção judicial. Exibição de coisa ou documento. Testemunhas. Depoimento pessoal	931
1.023. Marcha da audiência. Audição de partes e testemunhas. Sentença. Incidentes. Apresentação de documentos	932
1.024. Prova oral, dispensa de escrito.....	933
1.025. Prova requisitada. Informalidade	933
1.026. Nulidades	933
1.027. Registro dos atos essenciais. Gravação dos atos instrutórios	934
1.028. Sentença. Finalidade da lei. Fundamentação da sentença. Dispensa de relatório. Breve resumo dos fatos relevantes. Admoestação para o cumprimento da decisão. Juiz leigo, decisão e homologação pelo juiz togado	934
1.029. Sentença condenatória que exceder o limite de alçada. Ineficácia parcial	935
1.030. Sentenças em causas não autorizadas ao Juizado Especial. Ineficácia total.....	935
1.031. Sucumbência. Não condenação em honorários	936
1.032. Execução de sentença	936
1.033. Medidas cautelares no Juizado Especial.....	940
1.034. Extinção do processo sem julgamento de mérito: não comparecimento do autor à audiência; inadmissibilidade do procedimento; incompetência territorial; falta de capacida-	

de especial de ser parte; fato superveniente; falecimento do autor, sem habilitação dos sucessores; falecimento do réu, sem a providência da habilitação	940
1.035. Recurso. Recurso inominado. Impossibilidade de embargos infringentes e recurso extraordinário. Composição do órgão recursal. Julgamento na própria sede. Representação obrigatória de advogado. Efeitos, suspensividade determinada pelo juiz, dano irreparável. Mandado de segurança.....	941
1.036. Recebimento do recurso.....	942
1.037. Procedimento do recurso. Gravação de fitas. Intimação prévia das partes.....	943
1.038. Julgamento do recurso. Dispensa de súmula própria no caso de confirmação. Publicação do acórdão	943
1.039. Sucumbência no recurso. Custas e honorários advocatícios.....	943
1.040. Embargos declaratórios. Forma de interposição. Forma escrita e forma oral	944
1.041. Intimações. Informalidade	944
1.042. Execução por título extrajudicial	944
1.043. Conservação de peças do processo	946

CAPÍTULO 44

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS

1.044. Juizados Especiais Federais Cíveis e princípios orientadores	947
1.045. Parte ativa e representação	948
1.046. Parte passiva e representação. Legitimidade para conciliar, transigir e desistir.....	948
1.047. Competência jurisdicional absoluta	949
1.048. Competência material	949
1.049. Competência territorial	950
1.050. Citações.....	951
1.051. Intimações.....	952
1.052. Privilégio em prazos e reexame necessário. Impossibilidade.....	952
1.053. Conciliação-audiência.....	952
1.054. Medidas cautelares e antecipação da tutela	953
1.055. Recursos e Turmas Recursais	954
1.056. Uniformização de jurisprudência.....	954
1.057. Recurso extraordinário.....	955

1.058. Execução de obrigação de fazer, não fazer, de entrega de coisa, por sentença transitada em julgado.....	955
1.059. Execução por quantia certa por sentença transitada em julgado	955
1.060. Execução por título extrajudicial — impossibilidade	956

CAPÍTULO 45

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA — FAZENDA ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL, TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS

1.060a. Juizados Especiais da Fazenda Pública – Estado, Distrito Federal e Municípios. <i>Vacatio legis</i> . Prazo de instalação.	957
1.060b. Sistema Geral dos Juizados Especiais. Juizados Cíveis. Fazenda Federal, Municipal, Distrital, dos Territórios e Municípios	958
1.060c. Conciliadores e juízes leigos	958
1.060d. Competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública. Critério e exclusões	959
1.060e. Medida cautelar e antecipatória. Recurso.....	963
1.060f. Partes. Sujeitos ativos	963
1.060g. Partes. Sujeitos passivos.....	964
1.060h. Citações e intimações	965
1.060i. Requisição de documentos e exame técnico para conciliação e julgamento	965
1.060j. Procedimento. Instrução. Reconvênção, impossibilidade. Pedido contraposto. Sentença. Recursos	965
1.060k. Julgamento do recurso. Turmas recursais. Uniformização de jurisprudência. Retenção de recursos.....	967
1.060l. Execução. Obrigação de fazer ou não fazer. Obrigação de pagar quantia certa. Precatório e dispensa.....	969

CAPÍTULO 46

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1.061. Custas e despesas processuais. Pagamento e adiantamento...	972
1.062. Impossibilidade de pagamento de custas e despesas. Assistência judiciária. Responsabilidade da assistência judiciária, Estado, União e Ordem dos Advogados do Brasil. Impossibilidade de transferência dos benefícios.....	972
1.063. Alcance do benefício de assistência judiciária: taxas, selos, emolumentos e custas. Usucapião especial, registro de	

imóveis. Imprensa privada, editais. Testemunhas, indenização. Custas e despesas de todas as instâncias. Medidas cautelares e execução. Possibilidade de pagamento parcial das custas e despesas do processo. Recebimento proporcional dos credores de custas	973
1.064. Honorários advocatícios. Pagamento pelo Estado. Vitória do patrocinado. Exclusivo direito de execução do advogado contra a parte contrária. Direito do advogado de cobrar de seu patrocinado, quando houver proveito, restrições. Fixação dos honorários. Impossibilidade de reembolso ao vencido, revogação parcial da Lei n. 1.060/50	974
1.065. Revogação do benefício	975
1.066. Isenção dos ônus da sucumbência ao beneficiado. Condenação obrigatória do vencido, mesmo se beneficiário da assistência judiciária. Possibilidade de cobrança posterior; prescrição. Apuração da condição de solvabilidade	975
1.067. Opção pelo benefício. Informalidade. Nomeação de advogado. Opção especial nas ações de alimentos. Juiz competente para receber a opção. Sanção por declaração falsa. Impugnação	976
1.068. Indicação de advogado. Órgão de assistência judiciária. Ordem dos Advogados do Brasil. Falta de nomeação a tempo, justa causa para prática de atos que já sofrem os rigores da preclusão. Estagiários, restrições e faculdades. Procuração, quando se dispensa. Recusa do advogado. Não cumprimento de deveres pelo advogado, multa	977
1.069. Indeferimento do pedido no curso do processo. Recurso próprio	979
1.070. Concessão de assistência sem que o processo esteja em curso. Expedição de portaria	980
1.071. Impugnação da parte contrária; recurso	980
1.072. Pedido formulado no curso do processo. Intimação da parte contrária. Impugnação	980
1.073. Apensamento dos autos do pedido em separado e da impugnação	981
1.074. Impossibilidade de o juiz da causa revogar o benefício de ofício, bem como por denúncia de interessados	981

CAPÍTULO 47

SÚMULA VINCULANTE

1.075. Conceituação de súmula vinculante	982
--	-----

1.076. Controvérsia na questão federal.....	983
1.077. Publicação da súmula.....	983
1.078. Legitimidade para a provocação da elaboração de súmula.....	983
1.079. Requisito para a provocação. Desnecessidade de processo específico em andamento.....	984
1.080. Restrição dos efeitos da súmula.....	984
1.081. Revisão e cancelamento da súmula.....	984
1.082. Súmula vinculante e processos em curso.....	984
1.083. Reclamação no âmbito administrativo.....	985

CAPÍTULO 48 PROCESSO ELETRÔNICO

1.084. Procedimento de movimentação eletrônica	986
1.085. Assinatura e credenciamento eletrônico	986
1.086. Atos processuais eletrônicos	987
1.087. Atos de comunicação eletrônica	987
1.088. Citação. Credenciamento do usuário	987
1.089. Acesso ao procedimento de movimentação eletrônica	988
1.090. Prazo para prática de atos no procedimento de movimentação eletrônica	988
1.091. Equipamentos eletrônicos. Disponibilidade	988
1.092. Documentos	989
1.093. Conceito extensivo de documento	989
1.094. Desenvolvimento do procedimento de movimentação eletrônica	990
1.095. Pedido de exibição de documentos	990
1.096. Recursos e remessa de peças para outro juízo	991
1.097. Reversão para autos escritos	991
1.098. Autos em curso. Digitalização	991
1.099. Sistemas de informatização	991
1.100. Identificação das partes.....	992
<i>Índice Alfabético e Remissivo</i>	<i>993</i>

Índice Sistemático

<i>Nota do Autor</i>	45
<i>Apresentação da 15ª Edição</i>	47
<i>Apresentação da 14ª Edição</i>	49

CAPÍTULO 1

NOÇÕES GERAIS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

1. Atividade substitutiva da jurisdição no processo executório. Cumprimento de obrigações através de normas processuais preestabelecidas	51
2. Caracterização da atividade executória. Efetivação do que já foi objeto de accertamento	52
3. Processo de conhecimento e cumprimento da sentença. Processo de conhecimento e título executivo judicial. Execução em prosseguimento	53
4. Princípios do processo de conhecimento e do processo de execução. Princípio do contraditório, forma de manifestação em um e outro. Impugnação e embargos do executado, como meio de defesa	53

CAPÍTULO 2

PRETENSÃO EXECUTÓRIA

5. Ação de conhecimento e ação de execução	56
--	----

6. Obrigatoriedade de o juiz recusar execução que não se fundamenta em causa reconhecida em lei. Títulos executivos. Requisito formal e requisito substancial	57
---	----

CAPÍTULO 3

TÍTULOS EXECUTIVOS

7. Títulos executivos. Quem os define	58
8. Execução e justiça da pretensão. Indeferimento de plano, quando é obrigatório	58
9. Reconhecimento de nulidade da execução, mesmo após a extinção do processo. Repetição do indébito, recuperação de coisa e indenização	58
10. Ideia de acerto definitivo no título executivo. Formalização rigorosa	59
11. Requisitos substanciais dos títulos executivos: certeza, liquidez e exigibilidade	59
12. Certeza. Aparência do título. Casos em que se exige a propositura de nova ação	60
13. Liquidez. Deduções aritméticas e acessórias, valores conhecidos. Liquidez na execução para entrega de coisa, prestação ou abstenção de fato	60
14. Exigibilidade. Cumprimento da obrigação. Exigibilidade e inadimplemento. Títulos que preveem obrigações sujeitas a condição ou a termo	61
15. Antecipação de vencimento de dívidas. Falência e insolvência. Crédito com garantia real, penhora de bens, interpretação do art. 333, II, do Código Civil de 2002, em face da lei processual, opções do credor. Intimação da penhora ou insuficiência da garantia, vias ordinárias	61
16. Nulidade da execução por defeito do título. Desconstituição do título por defeito da relação obrigacional	62

CAPÍTULO 4

TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS

17. Títulos judiciais e extrajudiciais. Sentenças	64
18. Classificação das sentenças	64
19. Sentenças condenatórias	64
20. Sentença penal condenatória	64
21. Transação	64

22. Conciliação	64
23. Sentença arbitral	64
24. Sentença estrangeira	65
25. Formal de partilha.....	65
26. Acordo extrajudicial homologado	65
27. Execução fundada em título judicial. Impugnação.....	65
28. Embargos do devedor em execução por título judicial. Não existem mais	65
29. Impugnação. Falta de citação ou citação nula no processo de conhecimento.....	65
30. Sentença penal condenatória. Impugnação.....	65
31. Sentença estrangeira. Homologação. Impugnação	65
32. Inexigibilidade do título. Reconhecimento de ofício. Inexigibilidade aparente e não aparente.....	65
33. Ilegitimidade de partes.....	65
34. Cumulação indevida de execuções	65

CAPÍTULO 5

EXECUÇÃO POR TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

35. Título executivo extrajudicial, conceito. Relação com o título executivo judicial. Enumeração exaustiva. Inexistência de título extrajudicial ilícido.....	66
36. Letra de câmbio	67
37. Nota promissória	67
38. Duplicata mercantil. Triplicata. Duplicata sem aceite. Substitutos da duplicata. Duplicata de prestação de serviços, substitutos. Duplicata rural	68
39. Cheque	72
40. Prescrição da letra de câmbio, nota promissória, duplicata e cheque	73
41. Cobrança de dívidas representadas por título executivo nas vias ordinárias, processo de conhecimento.....	73
42. Debênture	74
43. Escritura pública, documento público, ou documento particular assinado por duas testemunhas. Complementação do título. Título que pode ser referente a qualquer obrigação. Dívidas de dinheiro e coisas fungíveis. Obrigação de fazer e de não fazer. Entrega de coisas, bens móveis e imóveis.....	75
44. Contrato de hipoteca.....	79
45. Contrato de penhor	80
46. Contrato de anticrese	80

47. Contrato de caução	81
48. Contrato de seguro de vida. Prova da existência do fato	81
49. Contrato de enfiteuse, empraçamento ou aforamento: foro, laudêmio	81
50. Crédito decorrente de encargo de condomínio. Cobrança pelo locador. Síndico. Condomínio fechado. Associação. Despesas	82
51. Aluguel	84
52. Crédito de serventuário, perito, intérprete ou tradutor. Aprovação judicial	85
53. Certidão da dívida ativa, requisitos. Corresponsáveis, apuração devida. Crédito não tributário. Créditos das autarquias. Anuidades e mensalidades das autarquias corporativistas	85
54. Outros créditos. Cédula rural e industrial. Honorários advocatícios. Transação referendada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores	87
55. Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros	89
56. Interpretação restritiva dos títulos extrajudiciais	89
57. Acertamento dos títulos executivos. Presunção de validade até sua desconstituição. Ação declaratória de nulidade do título, não influência na execução	90
58. Embargos do devedor contra execução por títulos extrajudiciais. Matéria que pode ser discutida	90
59. Não suspensividade dos embargos. Pedido de anulação do título em vias ordinárias, não suspensividade da execução. Embargos parciais, prosseguimento da execução. Execução contra mais de um devedor	99
60. Não oposição de embargos, não formação de coisa julgada. Repetição de indébito. Coisa julgada, limitação aos embargos	100
61. Nulidade da execução. Execução absolutamente nula. Título executivo formalmente válido. Nulidade da obrigação e nulidade do título. Embargos do devedor e ação de conhecimento comum	100
62. Competência para execução de títulos extrajudiciais e respectivos embargos. Incompetência absoluta e relativa. Execução por carta	102

CAPÍTULO 6

PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS DO DEVEDOR E MATÉRIA DE DEFESA

63. Prazo dos embargos. Desnecessidade de segurança do juízo	104
--	-----

64. Nulidade da execução e oposição de pré-executividade.....	105
65. Rejeição liminar dos embargos. Recurso e efeitos.....	106
66. Efeitos. Apelação. Impossibilidade de tutela antecipada. Intimação do exequente. Impugnação. Inocorrência de revelia.....	107
67. Audiência, dispensa. Provas.....	109
68. Ação declaratória incidental. Reconvenção. Impossibilidade.....	110
69. Denúnciação à lide. Chamamento ao processo. Nomeação à autoria e oposição, impossibilidade.....	110
70. Assistência, possibilidade.....	110

CAPÍTULO 7

REQUISITOS FORMAIS PARA A PROPOSITURA DA EXECUÇÃO

71. Sentenças ilíquidas.....	112
72. Apresentação do título e demonstrativo do débito.....	112

CAPÍTULO 8

PARTES NA EXECUÇÃO E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

73. Autonomia da relação processual.....	114
74. Legitimação ativa no processo executório. Credor, substituto processual, Ministério Público, espólio, herdeiros, viúva-meeira, legatário, cessionário, sub-rogado. Terceiro interessado e não interessado. Sub-rogação convencional.....	115
75. Legitimação passiva. Devedor, espólio, citação do inventariante ou dos herdeiros (quando se faz necessária), legatários. Novação subjetiva antes e no curso do processo. Fiador convencional e judicial. Benefício de ordem.....	116
76. Responsável tributário. Responsabilidade do sócio, quando ocorre, por dívidas sociais.....	119
77. Responsabilidade patrimonial. Obrigação e responsabilidade. Bens do devedor. Sucessor nas obrigações de entrega de coisa.....	120
78. Bens que passaram para terceiro, após sentença trânsito.....	121
79. Bens do sócio. Benefício de ordem. Execução regressiva. Empresa individual de responsabilidade limitada.....	122
80. Bens do cônjuge. Comunhão parcial e comunhão universal. Regime de separação de bens. Bens reservados. Meação.....	123
81. Entidade familiar por união estável. Reflexos patrimoniais.....	125
82. Fraude de execução. Ineficácia de alienação e oneração de bens. Posição do terceiro. Pendência de ação real. Demanda que	

reduz o devedor à insolvência. Ineficácia do ato e suas consequências. Sobejo das expropriações. Fraude de execução e fraude contra credores. Fraude de execução e venda ou oneração de bens penhorados. Desnecessidade de inscrição da ação ou penhora	125
---	-----

CAPÍTULO 9

DEFINITIVIDADE DA EXECUÇÃO POR TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS

83. Interposição de embargos. Recurso. Prosseguimento da execução, após julgamento. Definitividade.....	130
84. Efeitos da expropriação de bens, quando ainda pendente o processo de recurso.....	131
85. Execução provisória.....	132

CAPÍTULO 10

INADIMPLEMENTO E PROPOSITURA DA AÇÃO EXECUTÓRIA

86. Inadimplemento	133
87. Cumprimento espontâneo da obrigação e consignação em pagamento por títulos extrajudiciais.....	134
88. Cumprimento forçado das obrigações de fazer, previstas em título extrajudicial. Consignação, quando é possível	134
89. Liquidação de sentença proposta pelo devedor	134
90. Requisitos da petição inicial de execução. Título executivo. Documentos que provam a verificação de condição. Prova de condição nos títulos extrajudiciais.....	134
91. Prova de ocorrência de termo nos títulos extrajudiciais. Conceito de termo	135
92. Meios diversos de se fazer execução. Princípio da menor onerosidade do devedor	135
93. Medidas cautelares urgentes.....	136
94. Prova de adimplemento de prestação que caiba ao credor nos contratos bilaterais	136
95. Contraprestação representada por título extrajudicial	137
96. Prestação a ser realizada pelo credor. Exoneração do devedor pelo depósito	137
97. Obrigações alternativas. Escolha do credor e escolha do devedor.....	137

98. Cumulação de execuções. Competência. Impossibilidade de cúmulo de execução definitiva com provisória. Impossibilidade de cumulação de execução por título judicial com execução por título extrajudicial. Diversidade de partes, litisconsórcio passivo, quando é possível a execução e quando não é. Identificação de procedimentos. Prestação de fato fungível e prestação de fato infungível	138
99. Cumulação subjetiva ativa	139
100. Deferimento da petição inicial de execução. Fixação de honorários advocatícios. Títulos judiciais e extrajudiciais	139
101. Indeferimento liminar da petição inicial.....	139
102. Complementação da petição inicial. Falta de documentos ou de elemento essencial para a execução.....	140
103. Correção intempestiva. Efeitos.....	140
104. Deferimento da petição inicial defeituosa. Complementação provocada, inclusive, por embargos. Efeitos relativos à prescrição. Documentos essenciais à execução e documentos relacionados com a formação de processo válido	141
105. Prescrição intercorrente	141
106. Momento de interrupção da prescrição, propositura da ação, ajuizamento, promoção de citação, atraso não atribuível ao exequente	142

CAPÍTULO 11

EXECUÇÃO NULA E EXECUÇÃO INJUSTA

107. Execução instaurada sem título executivo ou fundamentada em título sem certeza, liquidez e exigibilidade.....	144
108. Nulidade da execução e nulidade ou anulabilidade do título executivo, diferenças básicas e efeitos	144
109. Execução nula por falta de realização de condição ou de ocorrência do termo	145
110. Nulidade da execução por falta ou nulidade da citação no próprio processo executório. Convalidação de citação. Comparecimento espontâneo	145
111. Classificação das nulidades processuais: nulidades absolutas, relativas e anulabilidades. Convalidação das nulidades processuais pela coisa julgada. Execução, inoccorrência de coisa julgada, por não haver sentença. Nulidade da execução como um todo e reconhecida após seu final	146
112. Nulidades absolutas e relativas reconhecidas no curso do processo, efeitos. Interposição de embargos e coisa julgada. Nulidades relativas, reconhecimento em ação autônoma	146

113. Execução injusta e execução nula, efeitos. Ação autônoma. Incidência de perdas e danos	147
---	-----

CAPÍTULO 12

EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL PARA ENTREGA DE COISA CERTA E INCERTA

114. Entrega de coisa. Sentenças executivas <i>lato sensu</i> . Ação reivindicatória	149
115. Procedimento. Petição e despachos iniciais	149
116. Entrega da coisa, termo. Pagamento de custas. Liquidação de frutos e perdas e danos	150
117. Citação. Prazo de entrega. Embargos, prazo. Efeitos	150
118. Embargos parciais. Embargos parcialmente recebidos com efeito suspensivo. Prosseguimento da execução. Custas e honorários advocatícios	151
119. Execução com mais de um devedor. Comunicabilidade ou não de fundamentos dos embargos, ou de seu recebimento	151
120. Negativa de entrega. Imissão de posse e busca e apreensão. Embargos, prazo	152
121. Alienação de coisa litigiosa. Execução. Sujeição do terceiro ao julgado. Embargos de terceiro	152
122. Benfeitorias. Indenização. Previsão no título extrajudicial	152
123. Benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias. Possuidor de má-fé e indenização por benfeitorias necessárias a que tem direito	153
124. Embargos de retenção. Possuidor de boa-fé, benfeitorias necessárias e úteis. Prazo, depósito	153
125. Construções e plantações. Embargos de retenção	154
126. Ações executivas <i>lato sensu</i> , momento de pleitear o direito de retenção. Ações condenatórias	154
127. Requisitos da petição inicial dos embargos de retenção. Valorização da coisa por construções, possibilidade de levantamento pelo possuidor de boa-fé. Recebimento dos embargos. Impugnação. Procedimento	154
128. Artigos de liquidação de frutos e danos para compensação, apresentados pelo credor, nos embargos de retenção	156
129. Pagamento de benfeitorias, caução ou depósito, imissão de posse. Diferenças entre o preço e o valor dos frutos e dos danos, liquidação. Opção do credor no pagamento das benfeitorias, respeito à correção monetária	156

130. Efeitos de julgamento de procedência ou de improcedência dos embargos de retenção	157
131. Opção do credor em receber indenização, quando não for encontrada a coisa ou já estiver em poder de terceiro, valor líquido e valor ilíquido	157
132. Execução sobre coisas determinadas pelo gênero e quantidade. Coisas fungíveis e infungíveis.....	157
133. Coisas incertas. Entrega por escolha do devedor, impugnação ou aceitação do credor. Sentença, recurso.....	158
134. Coisas incertas. Escolha do devedor que opta por embargos, depósito, decisão sobre o incidente, interlocutória	159
135. Coisas incertas. Escolha do credor. Impugnação da escolha, prazo, efeito suspensivo. Decisão do incidente, recurso, prosseguimento do feito.....	159

CAPÍTULO 13

EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER

136. Obrigações de fazer e de não fazer, conceito.....	161
137. Execução específica das obrigações de fazer e de não fazer. Obrigações fungíveis e infungíveis por natureza ou convenção. Perdas e danos.....	161
138. Obrigação de fazer ou de não fazer. Sentença com tutela específica. Títulos extrajudiciais.....	162
139. Obrigações de fazer infungíveis. Execução e embargos do devedor, procedimento. Recurso e efeitos. Perdas e danos, liquidação	162
140. Cominação de multa na execução de obrigações infungíveis. Sentido coercitivo, diferença das perdas e danos, momento de fixação. Facultatividade do pedido de cominação. Obrigações infungíveis <i>intuitu personae</i> . Obrigação infungível por natureza. Obrigações em que a execução se torne impossível, inaplicabilidade da multa. Liquidação das perdas e danos, cessação da multa	163
141. Cobrança da pena pecuniária. Prova do não cumprimento da obrigação	164
142. Momento da fixação da pena pecuniária	165
143. Execução de obrigações fungíveis e embargos do devedor. Descumprimento da obrigação, opção por perdas e danos. Execução <i>in natura</i> , procedimento. Adiantamento do arrematante pelo credor, execução por quantia certa contra o devedor.....	165

144. Prestação de fato pelo arrematante. Impugnação das partes, interesse. Decisão da impugnação. Obra incompleta, defesa do contratante	166
145. Multa na execução por título extrajudicial	167
146. Execução de promessas de venda, adjudicação compulsória.....	167
147. Promessas de contratar em geral, execução <i>in natura</i> , requisitos do contrato preliminar	167
148. Oferta de contrato de trabalho mediante concurso, execução específica. Administração pública e empresas privadas.....	167
149. Concorrências públicas e de empresas privadas	167
150. Execução específica da promessa de contratar. Cláusula de exclusão. Multa. Possibilidade de a sentença substituir a manifestação de vontade.....	167
151. Promessa de contratar com contraprestação pelo credor. Casos de inexigibilidade. Depósito preparatório da contraprestação, impropriedade da consignação em pagamento. Fato que depende da cooperação do devedor	167
152. Condenação para que o réu emita declaração de vontade. Sentido mais amplo do que a simples promessa de contratar. Efeitos específicos da manifestação de vontade suprida	168
153. Natureza da sentença que supre manifestação de vontade ou que substitui o contrato.....	168
154. Obrigações de não fazer. Execução, procedimento, embargos. Desfazimento do ato, casos de impossibilidade. Cominação de multa	168
155. Embargos parciais e prosseguimento da execução	169
156. Pluralidade de embargantes. Comunicabilidade ou não de fundamentos	169

CAPÍTULO 14

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

157. Objeto da execução por quantia certa. Agressão ao patrimônio do devedor. Apuração de dinheiro. Alienação de bens, adjudicação e usufruto, como formas de pagamento	170
158. Execução por quantia certa contra devedor solvente e contra devedor insolvente.....	171
159. Penhora, conceito. Depósito, créditos e outros direitos patrimoniais	171
160. Bens penhoráveis. Impenhorabilidade. Direito de usufruto, frutos penhoráveis. Uso e habitação	172

161. Penhorabilidade da coisa usucapida	173
162. Penhorabilidade das ações de sociedade e das quotas de sociedade de pessoas	173
163. Penhorabilidade de direito à indenização por danos materiais e por desfalque de patrimônio. Sub-rogação e arrematação.....	174
164. Bens absolutamente impenhoráveis. Cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade. Bens excluídos da execução. Bem de família. Móveis e vestuário. Ganhos do trabalho. Pensão e montepios. Livros. Máquinas. Ferramentas. Utensílios. Instrumentos profissionais. Seguro de vida. Obras em andamento. Pequena propriedade. Recursos públicos para educação, saúde ou assistência social. Caderneta de poupança. Impenhorabilidade relativa.....	174
165. Impenhorabilidade de imóvel residencial e móveis que garantem a residência. Imóvel rural	179
166. Impenhorabilidade relativa. Frutos e rendimentos de bens inalienáveis. Imagens e objetos de culto religioso.....	182
167. Penhora de bens absolutamente impenhoráveis, nulidade de pleno direito. Arrematação, desfazimento	182
168. Ação executória. Procedimento. Requisitos específicos da petição inicial. Descrição do título e da quantia em dinheiro. Demonstrativo. Honorários advocatícios. Comissão de permanência, taxa selic e juros compensatórios. Indicação de bens a serem penhorados. Admoestação para indicação de bens. Cobrança de multa e indenização.....	182
169. Citação do devedor. Penhora, intimação, prazo de embargos. Opção por pagamento. Desnecessidade de liquidação, auxílio do contador. Admoestação ao devedor. Depósito da importância, extinção da execução, recursos. Pagamento a qualquer tempo, independentemente de representação por advogado.....	185
170. Requisitos da certidão de citação. Dia e hora. Prazo para pagamento. Penhora	187
171. Penhora. Ordem preferencial. Dinheiro, saldo bancário. Veículos de via terrestre. Bens móveis em geral. Bens imóveis. Navios e aeronaves. Ações de sociedades empresariais. Percentual de faturamento de empresa devedora. Plantações e edificações. Pedras e metais preciosos. Títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal e títulos de crédito com cotação em bolsa. Outros direitos.....	188
172. Eficácia da penhora. Desobediência à gradação legal. Crédito pignoratício, anticrético ou hipotecário. Desobediência a lei ou	

a ato judicial. Bens retidos. Bens reservados. Bens não situados no foro da execução. Bens penhorados, hipotecados, empenhados ou dados em anticrese. Bens insuficientes	192
173. Nova penhora ou complementação e substituição no curso da execução. Bem imóvel em substituição. Consentimento do cônjuge. Momento da substituição da penhora. Fiança bancária e seguro em garantia. Substituição pedida pelo devedor.....	193
174. Penhora por oficial de justiça. Apreensão e depósito. Existência de mais de uma penhora. Requisitos do auto de penhora, omissões que não o invalidam. Local da penhora. Penhora em outra comarca. Penhora insuficiente. Descrição de bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor. Arrombamento. Força policial. Crime de resistência, lavratura de auto. Obrigação do executado. Indicação dos bens penhorados	195
175. Intimação do devedor da penhora. Intimação do cônjuge do executado, no caso de bens imóveis; embargos do cônjuge em substituição ao outro, e embargos de terceiro pelo outro, diferenças. Intimação do marido, quando a penhora recair em bens reservados da mulher. Prazo dos embargos. Execução contra mais de um devedor, interesse de embargar	198
176. Penhora de imóveis. Registro. Presunção absoluta de conhecimento por terceiros. Registro de distribuição de ajuizamento da execução.....	199
177. Penhora de imóvel por apresentação de certidão de matrícula	201
178. Intimação do devedor e do cônjuge. Embargos do devedor e cônjuge como terceiro	201
179. Penhora anulável, convalidação, e penhora absolutamente nula. Autonomia do prazo de embargos	201
180. Insuficiência de bens penhorados, nova penhora. Nova penhora e complementação. Não influência no prazo de embargos ..	202
181. Audição do credor sobre a penhora	202
182. Nomeação de depositário. O devedor como depositário. Dinheiro, pedras e metais preciosos, móveis e imóveis. Ato de administração. Extensão do depósito de acordo com a posse. Depósito e posse indireta. Remuneração e responsabilidade do depositário. Nomeação do credor. Prisão do depositário infiel. Coisas imóveis, entrega, desnecessidade de ação contra o depositário	202
183. Penhora sobre percentual de faturamento de empresa e estabelecimento comercial, industrial ou agrícola. Empresa e estabelecimento. Estabelecimento e instrumento de trabalho. Admi-	

nistração. Diferença entre penhora de empresa ou estabelecimento e usufruto. Função, responsabilidades do administrador. Forma de administração. Audição das partes, decisão, recurso. Despesas da administração, adiantamento. Empresas concessionárias do serviço público ou autorizadas pelo Governo	204
184. Penhora de navios ou aeronaves. Permissibilidade de continuarem em atividade. Seguro	208
185. Penhora de direito do devedor. Apreensão de documento. Guarda do título. Intimação do devedor ou do terceiro, cujo crédito é penhorado. Necessidade da intimação, fraude de execução. Depósito do terceiro em juízo, exoneração de responsabilidade. Negativa da dívida, possibilidade de conluio. Provas que o juiz pode determinar. Direito disputado em juízo, averbação no rosto dos autos. Especialização dos bens. Direito à sucessão aberta e dívida do espólio. Não averbação, consequências. Penhora sobre obrigação de entrega ou restituição de coisa. Sub-rogação do credor nos direitos do devedor, natureza da sub-rogação, alienação do direito.....	208
186. Devedor não encontrado. Lugar incerto e não sabido. Citação por edital. Procura do devedor para intimação. Citação por edital, requerimento e promoção da citação. Intimação de outras pessoas da penhora. Curador especial ao citado por edital que não comparecer aos autos, função	211
187. Possibilidade de citação com hora certa.....	212
188. Citação por edital.....	212
189. Interposição de embargos, efeitos, suspensão da execução. Embargos julgados improcedentes e embargos rejeitados liminarmente, recurso, efeitos. Prosseguimento normal do processo	212
190. Embargos parciais. Prosseguimento da execução. Custas e despesas processuais.....	213
191. Execução contra mais de um devedor. Embargos. Comunicabilidade ou não de fundamentos.....	213
192. Prosseguimento da execução. Fase expropriatória. Oficial de justiça e nomeação de perito.....	213
193. Dispensa de avaliação. Aceitação do exequente dos valores apresentados pelo executado. Títulos e mercadorias com cotação em bolsa. Bens de pequeno valor. Fixação do valor pelo juiz para a arrematação	214
194. Ato de avaliação. Laudo. Proibição de avaliação conjunta de bens. Imóvel que permite divisão cômoda, divisão em partes iguais. Avaliação de quinhões. Impossibilidade de avaliação	

do imóvel em partes ideais. Casos possíveis de desmembramento	215
195. Redução ou substituição da penhora. Iniciativa do pedido.....	215
196. Ampliação da penhora.....	216
197. Pedido de ampliação e redução da penhora, quando pode ser feito. Procedimento. Audições necessárias, recurso. Impossibilidade de novos embargos	216
198. Repetição da avaliação, fundamentação. Erro ou dolo do avaliador. Erro de avaliação e erro de preço. Erro escusável ou não, novo avaliador. Diminuição ou aumento de preço. Determinação de ofício. Recursos	217
199. Formas de expropriação. Ordem preferencial	218
200. Adjudicação. Conceito. Adjudicação pelo exequente. Adjudicação a credores. Adjudicação de parentes. Supressão da remição. Momento do pedido de adjudicação. Adjudicação por outros credores. Disputa de preferência. Decisão das questões. Auto de adjudicação. Carta e entrega do bem	219
201. Alienação por iniciativa particular.....	222
202. Arrematação. Conceito de arrematação: praça e leilão. Bens imóveis e outros bens.....	223
203. Local da arrematação, leiloeiro e oficial porteiro.....	224
204. Editais de arrematação.....	224
205. Modificação da forma de publicidade	226
206. Bens de pequeno valor. Dispensa de editais. Transferência de dia de arrematação. Responsabilidade.....	229
207. Preço vil. Não aceitação	229
208. Pagamento da arrematação	230
209. Arrematação a prazo.....	230
210. Realização da praça ou leilão. Pregões. Transferência da arrematação, por sobrevir a noite.....	231
211. Intimação do senhorio direto, de credores com garantia real, de outros credores e usufrutuários. Desfazimento da arrematação.....	232
212. Aquisição de bem imóvel a prestações	236
213. Arrematação por rede de computadores	237
214. Arrematação pelo exequente.....	237
215. Arrematação pelo credor hipotecário e por outros exequentes	238
216. Legitimidade para arrematar.....	238
217. Ilegitimidade para arrematar relativa a certos bens	239
218. Auto de arrematação. Embargos de desistência	239
219. Assinatura do auto de arrematação. Desfazimento.....	240
220. Nulidade da arrematação. Legitimidade para requerer.....	241

221. Arrematação a prazo. Desfazimento.....	242
222. Preço vil. Rejeição.....	243
223. Intimação de senhores e credores	243
224. Suspensão da arrematação, quando o produto da alienação basta para o pagamento	243
225. Arrematação de diversos bens. Alienação parcial, cobertura da dívida. Preferência pela arrematação integral, aferição. Decisão sobre o pedido de preferência, intervenção do juiz. Preferência por praça, quando a arrematação for de imóveis e móveis.....	244
226. Imóvel de incapaz, proteção. Espólio onde houver herdeiros incapazes.....	244
227. Arrematação de vias férreas, intimação da Fazenda Pública, interesse no desfazimento da arrematação.....	246
228. Carta de arrematação e registro	246
229. Bem locado ou gravado	247
230. Bens móveis. Entrega. Tributação	248
231. Nulidades absolutas, relativas e anulabilidades. Nulidade de execução como um todo. Rescisão de atos alienatórios. Alega- ção de nulidades absolutas e relativas, a qualquer tempo. Alegação de anulabilidades ocorridas até a penhora, preclusão. Impossibilidade de interposição de embargos entre a penhora e a arrematação. Anulabilidades ocorridas após a penhora, momento de alegação	248
232. Embargos à arrematação ou à adjudicação fundados em causa extintiva, impeditiva ou modificativa da obrigação. Desconsti- tuição do título executivo, embargos do devedor, título execu- tivo judicial, embargos à arrematação, causa posterior à sentença. Embargos à arrematação ou à adjudicação, causa posterior à penhora. Execução nula e execução injusta.....	250
233. Prescrição, não alegação nos embargos à penhora. Prescrição intercorrente, alegação a qualquer tempo no processo de exe- cução. Impossibilidade de repetição de indébito.....	252
234. Parte passiva nos embargos à arrematação e à adjudicação, credor. Arrematante, assistente simples. Licitação, credor que está penhorando a execução e credor-adjudicatário, litiscon- sórcio necessário unitário (art. 46). Adjudicação por outro credor que não o da execução, alegações do embargante.....	253
235. Entrega de dinheiro penhorado. Pagamento ao credor. Execu- ção não embargada. Improcedência dos embargos, levantamen- to do dinheiro e prestação de caução. Não recebimento liminar dos embargos, recurso e efeitos. Efeito suspensivo determina- do pelo relator da apelação	254

236. Levantamento do produto de bens arrematados, momento próprio, embargos à arrematação, efeito suspensivo. Levantamento, quando apenas o exequente penhora. Privilégios e preferências sobre o bem. Hipoteca judicial, incorrência de preferência. Privilégio, título certo. Direitos reais de garantia, impedimento de levantamento, sub-rogação de garantia. Levantamento pelo credor preferencial, obrigatoriedade de penhora. Levantamento do sobejo pelo credor da execução, concurso de preferência ou declaração de insolvência, medida cautelar. Atividade auxiliar do contador. Quantia a ser levantada. Quitação nos autos. Sobejo. Sentença extintiva do processo. Prosseguimento da execução. Recurso..... 254
237. Concurso de preferências. Penhora do mesmo bem arrematado. Participação do credor privilegiado ou com garantia real. Execução definitiva e provisória. Execução suspensa. Ordem de pagamento no concurso de preferências. Custas e despesas. Crédito trabalhista, crédito tributário, crédito com garantia real, crédito com privilégio especial e geral, credor da primeira penhora. Exequente, quando tem preferência. Concurso de preferência e concurso universal de credores. Diferença prática relacionada com o crédito privilegiado e com o de garantia real no concurso de preferências. Juízo do concurso de preferências. Penhora sobre o mesmo bem na Justiça do Trabalho e na Justiça Comum, juízo competente. Justiça Federal e Justiça Comum. Caso de execução de sentença proveniente de ação rescisória. Obrigatoriedade do concurso, na duplicidade de penhora. Crédito tributário e concessão de preferências. Cautela do credor que penhorou, quando houve duplicidade de penhora. Procedimento do concurso. Intimações, não incidência de efeitos da revelia. Discussão entre credores, matéria própria. Não participação do devedor. Assistência. Decisão, recurso..... 257
238. Usufruto de imóvel ou de móvel. Pagamento por usufruto. Decisão que o institui, recurso. Eficácia, bem já penhorado. Insolvência do devedor. Quem pode requerer o usufruto. Possibilidade na execução provisória..... 262
239. Usufruto de imóvel, assentimento do devedor. Desnecessidade. Nomeação de perito para cálculo de rendimentos, decisão, carta de usufruto. Avaliação e cálculo do tempo para pagamento da dívida. Sentença de constituição de usufruto, eficácia. Registro de Imóveis. Imóvel sobre que recai o usufruto, alienação judicial, respeito ao ônus. Usufruto sobre quinhão de condômino. Pagamento do credor 263

240. Usufruto de empresa.....	264
241. Usufruto de imóvel locado.....	264
242. Usufruto de bem móvel, possibilidade	265
243. Extinção do usufruto. Extinção da execução. Obrigação do devedor pelo que não foi pago.....	266

CAPÍTULO 15

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

244. Impenhorabilidade dos bens públicos, sujeição da Fazenda Pública à execução. Citação apenas para oferecimento de embargos.....	267
245. Oferecimento de embargos. Suspensão da execução. Sentença de improcedência sujeita ao duplo grau de jurisdição	267
246. Fundamentos dos embargos da Fazenda Pública.....	268
247. Não oposição de embargos ou julgamento de improcedência. Requisição de pagamento, através do Presidente do Tribunal de Justiça. União, autarquias e empresas públicas federais. Comarcas que não estão sob a jurisdição do Tribunal.....	278
248. Requisitos da requisição. Regimentos internos dos tribunais. Confirmação da sentença executada. Títulos extrajudiciais. Sentença homologatória de cálculo. Requisição em quantia certa	278
249. Ordem dos pagamentos. Inclusão da verba em orçamento. Mandado de segurança	279
250. Crédito de natureza alimentar. Preferência.....	280
250a. Idosos e portadores de doença grave. Preferência	281
250b. Créditos de pequeno valor. Requisição.....	281
251. Consignação da importância da dívida ao Poder Judiciário	283
252. Desobediência da ordem de apresentação dos precatórios. Sequestro de quantias	283
253. Execução contra autarquias e execução contra empresas públicas e de economia mista	284

CAPÍTULO 16

EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA

254. Possibilidade de estabelecer obrigação alimentar em título executivo extrajudicial. Execução comum	285
255. Formas de execuções especiais.....	285

CAPÍTULO 17

EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE ATO ILÍCITO

256. Forma de prestação alimentar. Constituição de capital. Imóveis e títulos da dívida pública. Relatividade da impenhorabilidade. Alteração da prestação. Substituição da constituição de capital por caução. Registro da cláusula de inalienabilidade de bens imóveis..... 286

CAPÍTULO 18

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

257. Insolvência, devedor não comerciante e sociedades civis. Falência. Sociedades anônimas 287
258. Ocorrência de insolvência. Insolvência real e presumida. Falta de bens livres e desembargados, arresto. Alienação de bens de raiz. Requisitos para o arresto..... 287
259. Pressupostos específicos da execução contra devedor insolvente. Pedido de insolvência. Impossibilidade de declaração de ofício. Pedido formulado pelo credor. Credor com garantia real, renúncia. Desnecessidade de execução prévia. Instrução do pedido formulado pelo credor. Citação do devedor. Embargos, amplitude da defesa. Superioridade do ativo. Procedimento, não ocorrência de efeitos da revelia. Sentença, recurso e efeitos 288
260. Declaração de insolvência, quando não houver bens arrecadáveis no patrimônio do devedor, divergências doutrinárias 290
261. Depósito elisivo da insolvência 290
262. Insolvência de ambos os cônjuges. Defesa da meação..... 290
263. Auto de insolvência. Devedor e seu espólio. Petição inicial. Desnecessidade de citação dos credores. Declaração de insolvência e natureza da decisão. Rescisão da sentença 290
264. Competência para declaração de insolvência. Requerimento pelo credor, competência relativa. Requerimento pelo devedor, competência absoluta..... 291
265. Efeitos da sentença declaratória de insolvência. Vencimento antecipado das dívidas. Arrecadação de bens. Perda do direito de administração dos bens pelo devedor. Perda do direito de disposição 291

266. Universalidade do juízo da insolvência. Consequências de todos os credores. Execução em andamento. Praça e leilão designados	292
267. Perda da preferência estabelecida pela penhora. Pedido do credor para reconhecimento da insolvência, possibilidade de medida cautelar	292
268. Nomeação de administrador. Critério administrativo. Termo de compromisso. Posse dos bens. Arrecadação de bens. Medidas judiciais. Alienação dos bens	293
269. Representação da massa, contratação de advogado. Atos conservatórios de direito. Cobrança de dívidas ativas	293
270. Contas da gestão e remuneração do administrador	294
271. Convocação dos credores. Edital, publicação. Sujeição dos credores aos efeitos da insolvência. Execução de coobrigados. Fazenda Pública, não sujeição ao concurso universal. Execuções individuais, remessa ao juízo da insolvência	294
272. Autuação das habilitações e intimação dos credores e do devedor para alegação de preferência e impugnação. Defesas possíveis. Autuação das impugnações e decisões individuais, recurso	295
273. Quadro geral de credores. Julgamento definitivo das impugnações. Concorrência de apenas credores quirografários. Ordem de preferência: créditos trabalhistas; créditos relativos à massa; créditos com garantia real; créditos com privilégio especial; créditos com privilégio geral; créditos quirografários. Preferência do crédito tributário e não tributário, quando concorrem com crédito trabalhista, restrições. Concurso de preferências entre órgãos da Fazenda Pública. Quadro geral organizado antes ou depois da expropriação de bens. Aprovação do quadro, sentença, recurso. Pagamento dos credores, recurso	295
274. Credor retardatário. Disputa de preferência e rateio. Rateio final, direito do retardatário	298
275. Extinção do processo de insolvência. Pagamento integral dos credores e liquidação da massa, diferenças. Não extinção das relações processuais, recurso	298
276. Arrematação de bens adquiridos pelo insolvente, após o julgamento da liquidação	299
277. Declaração de insolvência, interrupção da prescrição, créditos habilitados e não habilitados. Extinção das obrigações	299
278. Declaração da extinção das obrigações, requerimento. Publicação de editais. Impugnação do devedor. Publicação da sentença, editais	300

279. Concordata civil. Acordo dos credores e devedor. Posição doutrinária que permite a concordata civil, ainda contra a vontade dos credores, interpretação analógica com a Lei de Falências. Procedimento	301
280. Arbitramento de pensão ao devedor. Procedimento, decisão e recurso	302
281. Remição e execução contra devedor insolvente	302

CAPÍTULO 19

SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

282. Título executivo. Força executória. Suspensão da execução	304
283. Efeitos dos embargos. Não suspensividade como exceção.....	304
284. Morte da parte. Habilitação de sucessores. Pessoa jurídica	305
285. Perda da capacidade processual. Falido e insolvente, substituição	305
286. Morte ou perda da capacidade processual do representante ou assistente. Pessoa jurídica.....	306
287. Morte ou perda da capacidade postulatória do procurador.....	306
288. Suspensão da execução por convenção das partes. Prazo de suspensão simples e prazo para cumprimento de obrigação. Transação. Alteração do objeto da execução. Prosseguimento da execução, vício da convenção	306
289. Falta de bens penhoráveis. Devedor solvente e insolvente.....	307
290. Exceções de impedimento, suspeição e incompetência.....	307
291. Proibição de prática de atos processuais, durante a suspensão. Atos acautelatórios	308
292. Outras causas de suspensão	308

CAPÍTULO 20

EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

293. Atendimento ao preceito executório. Pagamento direto e pagamento consignado. Dúvidas sobre acessórios, recursos. Proposta de pagamento parcelado	309
294. Cumprimento forçado da obrigação. Dúvidas sobre acessórios, recursos	311
295. Transação. Alteração da obrigação. Transação para prorrogação de prazo. Novação, remissão de dívida e renúncia do direito...	311

296. Sentença declaratória de extinção da execução, efeitos. Rescisão das sentenças. Cumprimento das obrigações. Coisa julgada.....	312
297. Outras formas de extinção do processo executório	312
298. Desistência da execução. Extinção dos embargos, questões processuais, custas e honorários. Matéria referente à execução em si, concordância do embargante	312

CAPÍTULO 21

EXECUÇÃO FISCAL

299. Dívida tributária e dívida não tributária. Atualização e acessórios.....	315
300. Constituição de crédito tributário. Decadência. Lançamento do tributo. Defesa na esfera administrativa. Inscrição da dívida ...	316
301. Prescrição para a cobrança da dívida ativa. Constituição definitiva do crédito. Prazo prescricional. Suspensão de cento e oitenta dias após a constituição. Prescrição intercorrente. Casos de suspensão do processo e da prescrição. Arquivamento provisório dos autos.....	316
302. Créditos não tributários. Inscrição. Favores da lei especial. Constituição do crédito não tributário. Prescrição, regras comuns.....	317
303. Entidades autárquicas. Inscrição e prescrição	318
304. Inscrição da dívida ativa. Requisitos	318
305. Não sujeição da dívida ativa à falência, liquidação e insolvência. Preferência do crédito trabalhista.....	319
306. Competência. Foro do domicílio do devedor. Residência. Lugar onde foi o devedor encontrado. Opção da Fazenda Pública	319
307. Sujeitos passivos da execução fiscal. Devedor, espólio e sucessores. Adquirente ou remitente, aquisição em hasta pública, não sujeição. Incorporação ou fusão de empresas. Responsável tributário e fiador. Benefício de ordem.....	319
308. Responsabilidade do administrador judicial, liquidante, inventariante e administrador. Benefício de ordem.....	321
309. Dívida inscrita. Presunção de liquidez e certeza. Mandado de Segurança, Repetição do Indébito e Ação Anulatória. Depósito, inconstitucionalidade. Prejudicialidade da via administrativa	321
310. Petição inicial da execução fiscal. Pedido e causa de pedir. Certidão da Dívida Ativa, parte integrante da petição inicial. Produção de provas (dispensa). Valor da causa. Isenção de despesas prévias.....	322

311. Despacho de deferimento da inicial. Ordem para citação, penhora, arresto, registro de penhora e avaliação dos bens. Prazo para pagamento ou garantia da execução	323
312. Formas de citação. Correio. Oficial de justiça e edital	323
313. Arresto, quando se faz. Forma do arresto	324
314. Interrupção da prescrição. Despacho ordinatório de citação	324
315. Depósito da importância pelo devedor. Depósito e pagamento, diferenças. Levantamento do depósito. Atualização monetária	324
316. Fiança bancária, forma	325
317. Nomeação de bens à penhora, gradação. Requisitos. Não obediência à gradação. Redução a termo. Devolução do direito de nomeação à credora. Indicação de bens de terceiro, aceitação da Fazenda Pública, dispensa	325
318. Pagamento parcial.....	326
319. Penhora feita pelo oficial de justiça. Gradação. Bens absolutamente impenhoráveis, exceção. Auto de penhora. Depositário	326
320. Intimação da penhora. Comarca da capital e comarcas do interior. Casos obrigatórios de intimação pessoal. Intimação do cônjuge. Valor dos bens	327
321. Impugnação da avaliação feita pelo devedor, pelo oficial de justiça ou pelo serventuário	328
322. Registro de penhora	328
323. Substituição e reforço de penhora. Insuficiência.....	328
324. Embargos do devedor. Prazo, intimação. Substituição ou reforço de penhora, não abertura de novo prazo. Penhora nula, novo prazo. Interposição anterior à garantia à execução. Execução por carta, oferecimento de embargos no juízo deprecado e no juízo deprecante. Matéria dos embargos. Reconvencção e compensação. Possibilidade de compensação, quando não se tratar de dívida fiscal	328
325. Exceção de incompetência, de impedimento e de suspeição. Exceções impróprias.....	331
326. Cancelamento da Dívida Ativa antes do encerramento do processo. Isenção de ônus para a execução e não para os embargos.....	331
327. Emenda ou substituição da Certidão da Dívida Ativa	331
328. Procedimento dos embargos. Recebimento e impugnação. Audiência, dispensa. Recurso. Apelação, dispensa de revisor. Reexame necessário. Embargos infringentes. Embargos declaratórios. Agravo, vedação, quando se proíbe a apelação. Apresentação de cópias e certidões do procedimento administrativo.	

Requisição, apresentação e traslado de peças do procedimento administrativo	332
329. Intimações e prazos da Fazenda Pública	333
330. Julgamento de procedência dos embargos, duplo grau de jurisdição	333
331. Fase expropriatória dos bens. Leilão público. Despesas da arrematação. Edital, prazo. Intimação da Fazenda Pública. Intimação de terceiro, quando prestou garantia real, responsabilidade tributária.....	334
332. Terceiro que prestou garantia fidejussória. Instauração de nova execução.....	335
333. Adjudicação de bens pela Fazenda Pública, antes e depois do leilão. Diferença, depósito, discordâncias, decisão judicial e recurso.....	335
334. Embargos à arrematação e à adjudicação	336
335. Concurso de preferências entre as entidades públicas.....	336
336. Alienação antecipada de bens.....	337
337. Reunião de processos	337
338. Intervenção do Ministério Público	337
339. Publicação dos atos processuais	337
340. Prazo de diligência e responsabilidade do auxiliar de justiça ..	338

CAPÍTULO 22

ATOS ATENTATÓRIOS À DIGNIDADE DA JUSTIÇA

341. Princípio da lealdade e boa-fé. Processo de conhecimento e de execução. Diversidade de atos atentatórios. Atos comissivos e omissivos. Fraude de execução.....	339
342. Princípio da lealdade. Execução e embargos.....	340
343. Atividade judicial. Comparecimento das partes. Advertência. Pena pelo ato atentatório. Recurso, efeitos. Relevação da pena, fiança, medida cautelar	340

CAPÍTULO 23

PROCESSO CAUTELAR — NOÇÕES GERAIS

344. Atividade jurisdicional substitutiva. Atividades jurisdicionais. Processo. Processo de cognição e de execução.....	342
345. Medida cautelar, fundamentação. Atividade jurisdicional substitutiva.....	343

346. Acessoriedade e autonomia da medida cautelar. Identificação do pressuposto. Lide cautelar, ação cautelar e processo cautelar. Antecipação de medidas satisfativas	344
347. Medida cautelar e processo cautelar. Medidas cautelares de ofício, autorização expressa da lei	345
348. Característica básica e fundamental da medida cautelar: acautelamento a outro processo. Medidas não cautelares tratadas no processo cautelar. Procedimento e processo cautelar	345
349. Medidas cautelares em procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	345
350. Pretensão satisfativa e pretensão cautelar. Medida satisfativa e medida cautelar. Objeto do processo de conhecimento ou de execução e objeto do processo cautelar. Princípios informativos diversos	346
351. Primeiro pressuposto da medida cautelar: <i>fumus boni iuris</i> . Não influência no processo de conhecimento ou de execução. Reconhecimento de prescrição e decadência, efeito secundário da sentença (exceção).....	347
352. Segundo pressuposto da medida cautelar: <i>periculum in mora</i> . Possibilidade de existência de lesão.....	348
353. Mérito e processo cautelar. Coisa julgada. Condições de ação no processo cautelar. Impossibilidade jurídica de medidas atípicas. Partes legítimas. Interesse processual, previsões especiais. Condições da ação do processo de conhecimento ou de execução como questão de mérito no processo cautelar. <i>Fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i> como matéria de mérito do processo cautelar	348
354. <i>Fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i> nas medidas cautelares de ofício. Medidas cautelares com necessidade de ocorrência do <i>fumus boni iuris</i> e do <i>periculum in mora</i> , e medidas antecipatórias que os dispensam, nos procedimentos especiais.....	351
355. Natureza instrumental do processo cautelar com relação a outro processo. Cautela e procedimento de jurisdição voluntária	351
356. Procedimento arbitral e medida cautelar	352
357. Competência para o processo cautelar. Competência excepcional. Prevenção de competência pelas medidas cautelares. Medidas acessórias e medidas não cautelares. Prevenção.....	352
358. Medidas preparatórias e ação cautelar proposta no curso do processo a que ela se refere. Apensamento.....	353
359. Medida cautelar concedida no próprio processo, na forma da medida antecipada.....	354

CAPÍTULO 24

PETIÇÃO INICIAL NO PROCESSO CAUTELAR

360. Petição inicial. Requisitos formais	356
361. Requisito especial da medida cautelar preparatória: indicação da lide e seu fundamento. Lide do processo a que a cautela vai referir-se. Conceito de lide. Caducidade de medida cautelar por não se propor a ação de conhecimento ou de execução, conforme lide indicada.....	356
362. Exposição sumária do direito ameaçado (<i>fumus boni iuris</i>) e receio de lesão (<i>periculum in mora</i>)	358
363. Indicação de provas. Utilidades práticas	358
364. Citação do requerido.....	359
365. Valor da causa.....	359

CAPÍTULO 25

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO DO PROCESSO CAUTELAR E PRINCÍPIOS GERAIS

366. Procedimento ordinário e procedimentos especiais.....	360
367. Concessão liminar da medida pleiteada. Audição do requerido. Justificação e medida antecipada. Critérios para concessão. Fundamentação necessária da decisão. Prestação de caução para danos causados pela liminar (contracautela), requisitos e momento. Cessação da cautela liminar. Possibilidade de manutenção na fase recursal	360
368. Contestação, prazos. Exceções. Impossibilidade de reconvenção. Defesas preliminares, impossibilidade de influência no processo de conhecimento ou de execução. Impossibilidade da denunciação à lide e chamamento ao processo. Possibilidade de nomeação à autoria. Indicação de provas.....	362
369. Subsidiariedade do processo de conhecimento. Instrução e julgamento de plano.....	363
370. Revelia. Presunção de verdade dos fatos alegados	363
371. Sentença final de deferimento, natureza. Sentenças condenatórias. Embargos na execução. Sentença mandamental ou executiva <i>lato sensu</i> , impossibilidade de embargos	363
372. Fungibilidade da medida cautelar. Substituição por caução. Critérios objetivos a serem observados. Momento da substituição, medida liminar e medida definitiva. Medida preparatória	

e medida concedida no curso do processo. Processo em grau de recurso.....	364
373. Coisa julgada. Ocorrência de coisa julgada formal. Obrigatoriedade de nova ação para se conciliarem efeitos da medida já concedida com sentença trânsito. Ilegalidade da revogação que não atende forma processual adequada, mandado de segurança. Conteúdo possível das alterações e substituições ...	365

CAPÍTULO 26

CESSAÇÃO DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES E RESPECTIVAS RESPONSABILIDADES

374. Cessação de eficácia da medida. Perda de finalidade.....	367
375. Medida preparatória. Obrigatoriedade de propositura da a�o a que se refere, prazo. Impossibilidade de se propor a a�o de conhecimento ou de execu�o, prazo.....	367
376. Não cessa�o da eficácia de medida não constrictiva	368
377. Medidas não cautelares, disciplinadas no Processo Cautelar; quando se sujeitam a prazos preclusivos	368
378. Medida cautelar preparatória concedida liminarmente. Não propositura da a�o de conhecimento ou de execu�o: cessa�o e impossibilidade de restaura�o da medida.....	368
379. Prazo decadencial, restabelecimento da medida. Férias: processo que nelas não corre. Propositura de a�o pela parte contrária	368
380. Não execu�o da medida, prazo, inércia da parte.....	369
381. Improcedência e procedência do pedido. Extin�o do processo e manuten�o da medida até execu�o. Prazo. Improcedência e revoga�o expressa da cautelar	369
382. Efeito preclusivo da cessa�o da eficácia da medida. Impedimento de propositura de nova a�o.....	370
383. Responsabilidade da medida cautelar. Medida pleiteada de má-fé: responsabilidade objetiva. Pedido principal julgado improcedente. Falta de cita�o do requerido no prazo. Não propositura da a�o de conhecimento ou de execu�o. Decisão desfavorável. Reconhecimento de prescri�o ou decadência. Liquida�o da indeniza�o. Prova de prejuízos.....	371
384. Custas e honorários, improcedência do pedido de cautela. Julgamento de procedência, ato de anormalidade jurídica atribuível ao requerido e atos normais da atividade jurídica do requerido: quando se defere a condena�o para o processo de conhecimento ou de execu�o	372

CAPÍTULO 27

MEDIDAS TÍPICAS OU NOMINADAS E MEDIDAS NÃO CAUTELARES QUE RECEBEM SUBSIDIARIAMENTE APLICAÇÃO DE PRINCÍPIOS E NORMAS DO PROCESSO CAUTELAR

385. Medidas típicas ou nominadas, pressupostos fáticos. Impossibilidade de concessão por falta de pressupostos, ainda que haja alteração do nome ou nome não se lhes dê 374
386. Medida possível com denominação diversa. Possibilidade de deferimento 375
387. Necessidade do *fumus boni iuris* e *periculum in mora* nas medidas nominadas. Presunção do *periculum in mora*, quando ocorre 375
388. Medidas não cautelares catalogadas no Processo Cautelar. Razões plausíveis de inclusão 376

CAPÍTULO 28

ARRESTO

389. Conceito de arresto. Arresto e penhora 377
390. Objeto do arresto. Bens indicados, caráter de mera referência. Indeterminação do objeto 377
391. Arresto de ofício na execução 378
392. Bens próprios para o arresto. Desnecessidade de obediência à ordem gradativa. Bens da Fazenda Pública, impenhorabilidade. Direito de crédito. Impossibilidade de sub-rogação. Empresas e estabelecimentos. Direito de uso 378
393. Persistência do arresto. Execução de bens dados em caução e em bens do fiador 378
394. Caducidade do arresto por falta de propositura da ação de conhecimento ou de execução no prazo certo. Transformação em penhora antes da sentença cautelar. Dívidas ainda não exigíveis, prazo para a propositura da ação 379
395. Dívida líquida e certa. Título executivo, desnecessidade. Conceito de direito material. Sentenças declaratórias e constitutivas 379
396. Dívida não fundamentada em prova literal. Interpretação dominante da doutrina e jurisprudência. Possível entendimento contrário 381
397. Arresto fundado em acórdão ou sentença não transitados. Desnecessidade de liquidez da dívida. Efeitos secundários da sentença 383

398. Previsão de arresto no Código de Processo Penal, para indenização de danos causados por crime	384
399. Dispensa do requisito da exigibilidade da dívida. Inexigibilidade e inexistência da dívida. Legitimação de avalista, fiador e titular de direito regressivo.....	384
400. <i>Periculum in mora</i> no arresto. Situações fáticas definidas. Intenção de ausência de pessoa com domicílio incerto. Sociedades de responsabilidade limitada apenas em aparência. Alienação de bens por devedor sem domicílio certo, ou não pagamento da dívida. Devedor com domicílio certo: ausência ou tentativa de ausência furtiva. Insolvência com alienação de bens. Dívidas extraordinárias, bens em nome de terceiros. Artifícios para fraudar execução ou credores. Alienação ou gravação de bens de raiz. Casos expressos, enumeração não casuística.....	384
401. Petição inicial. Documentos. <i>Periculum in mora</i> , justificacão. Sentença não trãnsita, certidãõ.....	387
402. Competência. Competência relativa	388
403. Liminar, especialidade do procedimento. Indeferimento da liminar e do pedido como atos indissociáveis. Justificacão, informalidade, segredo absoluto. Dispensa de justificacão, privilégio da Fazenda Pùblica. Prestacão de caucão pelo particular. Fundamentacão da decisãõ. Recurso, mandado de segurancã	388
404. Indeferimento da liminar e do pedido. Deferimento e citacão.....	390
405. Contestacão e revelia	390
406. Sentença de plano ou com instruçãõ. Sentença de procedênciã e sentença de improcedênciã, desconstituiçãõ do arresto já concedido. Honorários advocatícios.....	390
407. Recurso, efeitos. Manutençãõ ou nãõ da liminar.....	390
408. Inocorrênciã de coisa julgada material. Execuçãõ.....	391
409. Fungibilidade do procedimento. Adoçãõ do ordinário, possibilidade.....	391
410. Substituiçãõ do arresto por dinheiro ou caucão	391
411. Cessacão do arresto por extincãõ da obrigaçãõ	392
412. Outros casos de extincãõ	392

CAPÍTULO 29

SEQUESTRO

413. Conceito de sequestro. Sequestro e arresto. Sequestro e busca e apreensãõ.....	394
---	-----

414. Legitimidade para a causa do pedido reivindicatório, como requisito do <i>fumus boni iuris</i> . Declarações prejudiciais. Declaração de nulidade ou de rescisão contratual.....	395
415. Objeto do acautelamento. Execução para entrega de coisa. Sentença executiva <i>lato sensu</i>	395
416. Prazo para a propositura da ação de conhecimento ou de execução.....	396
417. Objeto do sequestro. Litigiosidade do bem, qualquer que seja a natureza. Fazenda Pública. Títulos de crédito, força executiva.....	396
418. <i>Fumus boni iuris</i> . Rixa e danificação do bem, possibilidade de ocorrer. Frutos e rendimentos do imóvel, depois de condenação recorrida. Bens do casal. Casos expressos. Bens litigiosos, enumeração exemplificativa.....	396
419. Previsão de sequestro e arresto na legislação esparsa.....	397
420. Procedimento especial do sequestro. Deferimento liminar como de substância do procedimento. Indeferimento da liminar indissociável do indeferimento do pedido. Justificação, contestação, revelia. Sentença, efeitos. Recursos, efeitos.....	397
421. Nomeação de depositário dos bens sequestrados. A parte como depositária. Caução, substituição do objeto do sequestro, casos especialíssimos. Depositário, deveres e remuneração.....	398

CAPÍTULO 30

BUSCA E APREENSÃO

422. Busca e apreensão e sequestro. Apreensão de documento.....	400
423. Objeto: coisas e pessoas.....	400
424. Consideração da busca e apreensão como medida atípica. Confusões com medidas satisfativas: reivindicação de coisas móveis e de pessoas. Caráter provisório da medida, requisito do <i>fumus boni iuris</i> . Busca e apreensão cautelar e busca e apreensão referente a venda com alienação fiduciária.....	400
425. Urgência da medida. Deferimento liminar. Impossibilidade de substituição por caução. Substituição por outra medida.....	401
426. Legitimidade de partes; propositura <i>inter partes</i> . Terceiros, procedimentos específicos.....	401
427. Petição inicial, requisitos, valor da causa. Liminar, indeferimento. Justificação, segredo de justiça, se necessário. Estabelecimento do contraditório.....	402
428. Deferimento da busca e apreensão. Destino da coisa ou coisa. Recurso contra a decisão liminar.....	402

429. Cumprimento da medida. Oficiais de justiça e força policial. Arrombamento. Testemunhas. Direitos autorais, peritos. Inocorrência de prejuízos.....	403
430. Sentença. Procedência e improcedência. Natureza. Efeitos. Honorários advocatícios. Cessaçãõ da medida por atingimento de seus fins.....	404
431. Prazo para propositura da açãõ.....	404

CAPÍTULO 31

DO ARROLAMENTO DE BENS

432. Conceito de arrolamento cautelar de bens, diferença com relação ao sequestro. Depósito. Arrolamento atípico	406
433. Interesse já constituído da parte e direito a ser declarado. Situações preexistentes. Reserva de bens em inventário. Sequestro e arrolamento. Investigação de paternidade e estado de casado	406
434. Credor de herança jacente.....	408
435. Petição inicial e deferimento liminar do arrolamento. Indeferimento liminar e extinção do processo. Prova e justificação. Audição da parte contrária, dispensa justificada. Deferimento sem justificação, motivos probatórios	408
436. Depósito dos bens. Possuidor como depositário. Prerrogativas e deveres do depositário. Substituição do depósito por caução, quando é possível.....	409
437. Citação e defesa	409
438. Sentença: procedência e improcedência.....	409
439. Infungibilidade do procedimento	410

CAPÍTULO 32

CAUÇÃO

440. Caução, conceito. Caução negocial. Caução, direito a ela como potestativo.....	411
441. Caução cautelar. Condição de gozo de direitos processuais. Justificativas da caução. Exigências legais.....	411
442. Diferença entre caução que decorre do direito material e a que decorre do direito processual. Caução negocial e caução cautelar	412
443. Caução real e fidejussória. Depósito em dinheiro, papéis de crédito, títulos da União e dos Estados, pedras e metais precioso	

sos, penhor e fiança. Caução prestada com título de crédito, devedor e terceiros. Título dado em penhor e transferência <i>pro solvendo</i> . Garantia de terceiro. Garantia real, escritura pública ...	412
444. Parte legítima para pedir prestação de caução. Parte passiva ...	413
445. Petição inicial comum. Requisitos comuns e especiais: valor a caucionar, modo de prestar a caução, bem em garantia, fiador, estimativa dos bens, suficiência dos bens (avaliação). Idoneidade financeira do fiador	413
446. Citação do requerido beneficiário e procedimento. Aceitação da caução. Revelia, julgamento de plano. Contestação: impropriedade da caução, impugnação de oferta, de valor, de suficiência e de idoneidade do fiador. Sentença de procedência, prazo para prestação da caução. Recurso, efeitos	414
447. Ônus processuais no caso de requerimento do obrigado. Caução negocial e caução processual	414
448. Não prestação da caução nos prazos determinados, consequências	415
449. Requerimento do beneficiário da caução. Pedido sob cominação. Medida inominada. <i>Fumus boni iuris e periculum in mora</i> . Medida típica satisfativa	415
450. Modos de o beneficiário requerer a caução: existência de previsão e escolha do obrigado. Oferta do obrigado, aceitação do requerente. Recusa do requerente. Julgamento. Deferimento ou indeferimento. Sanções	415
451. Ônus processuais, quando o beneficiário é o requerente. Caução negocial e cautelar	416
452. Autor residente fora do Brasil ou ausente, custas processuais, quando é obrigado a prestação de caução. Necessidade de requerimento. Não atendimento: extinção do processo. Exceções .	416
453. Desfalque da garantia no curso do processo. Não atendimento de reforço. Extinção do processo, sem julgamento de mérito..	417

CAPÍTULO 33

EXIBIÇÃO DE COISA OU DOCUMENTO

454. Incidente probatório de exibição de coisa ou documento.....	418
455. Exibição de coisa ou documento como medida preparatória de averiguação de direito e interesse. Documento próprio ou comum. Sociedade, condomínio, relação de crédito. Documento em mão do terceiro interessado. Escrituração comercial por inteiro e parcial	418

456. Exibição como medida preparatória satisfativa e não cautelar. Exibição e produção antecipada de prova. Dispensa do requisito do <i>periculum in mora</i>	419
457. Parte passiva na exibição. Não identificação com qualquer lide futura. Desnecessidade de integração à lide de possível sujeito passivo de futuro processo.....	420
458. Procedimento: exibição incidental de terceiro.....	420
459. Petição inicial. Requisitos comuns e especiais. Demonstração de interesse. Parte passiva. Nomeação à autoria	421
460. Impossibilidade de liminar	421
461. Citação do réu. Atendimento do pedido. Auto. Reprodução. Busca e apreensão da coisa ou documento. Defesa do réu. Negativa de exibição, procedência, escusa. Demonstração de interesse do autor.....	421
462. Sentença de procedência, natureza condenatória, força executiva. Execução específica. Não aplicação de preceito comintório ...	422
463. Recurso e efeitos.....	422
464. Disciplina da exibição	422
465. Prova pericial, finalidade	423
466. Impossibilidade de, com a exibição típica, haver prevenção de competência de outro processo de conhecimento.....	423
467. Prevalência da medida no tempo	423
468. Exibição cautelar, possibilidade. <i>Periculum in mora</i> . Contra parte e contra terceiro. Possibilidade de liminar. Impossibilidade de aplicação de preceito cominatório. Execução. Lavratura de auto	423

CAPÍTULO 34

PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

469. Conceito de produção antecipada de provas. <i>Fumus boni iuris</i> ..	426
470. Produção antecipada de provas e justificação.....	426
471. <i>Fumus boni iuris</i> . Possibilidade de ser o requerente réu no processo de conhecimento	427
472. Interesse, ação de conhecimento ainda obstada.....	427
473. Prova antecipada e antecipação da instrução.....	427
474. Petição inicial. Interesse. Critérios de avaliação. Impossibilidade de depor. Justificação sumária. Questão de fato que exige prova	428
475. Possibilidade de contestação. Impossibilidade de produção de prova pelo requerido, a não ser que, fundamentadamente, também requeira	429

476. Designação de audiência	429
477. Decisão pela produção antecipada de prova. Agravo. Efeito suspensivo, concedido pelo relator	430
478. Sentença, conteúdo, recurso	430
479. Eficácia da prova antecipada no tempo	430
480. Prevenção de competência.....	430
481. Perícia: vistoria <i>ad perpetuam rei memoriam</i>	430

CAPÍTULO 35

ALIMENTOS PROVISIONAIS

482. Alimentos, conceito. Obrigação alimentar. Parentesco, cônjuges.	432
483. Transmissão de obrigação alimentar. Separação ou divórcio ...	434
484. Medida cautelar antecipatória. Alimentos provisórios	434
485. Alimentos provisionais, conceito e forma. Pedidos específicos	435
486. Cautela incidente sobre parte da renda.....	435
487. Requisitos para alimentos provisionais. Exposição das necessidades e possibilidade do alimentando, <i>periculum in mora</i> (justificativa).....	435
488. Pressuposto dos alimentos provisionais: simples existência de pedido de separação, divórcio ou anulação em curso ou a se instaurar. Cônjuges já separados de fato e cônjuges ainda não divorciados, possibilidade da ação. Pedido abrangendo também dependentes que ficam sob guarda e responsabilidade do alimentando	435
489. Ação cautelar de alimentos provisórios do próprio pedido de alimentos. Procedimento especial, quando constituída e provada a relação de matrimônio ou parentesco, obrigatoriedade da fixação de alimentos provisórios, caso não haja renúncia, critério de fixação	436
490. Investigação de paternidade cumulada com alimentos. Procedimento	437
491. Sucumbência em pedido de alimentos	437
492. Alimentos e filhos adulterinos ou incestuosos. Disciplina atual	437
493. Alimentos provisionais após sentença de procedência não trânsita em processo onde se concedem alimentos.....	437
494. União estável. Direito a alimentos. Provisionais	438
495. Indenização por ato ilícito. Forma alimentar como execução, impossibilidade de alimentos provisionais	438

496. Competência para conhecimento do pedido de alimentos provisionais, quando o processo estiver em grau de recurso....	438
497. Obrigatoriedade de propositura da ação de conhecimento, após o pagamento da primeira prestação.....	438
498. Petição inicial, requisitos, valor da causa.....	439
499. Fixação liminar dos alimentos. Critério para fixação dos alimentos provisórios no processo cautelar e critério para o arbitramento dos alimentos provisórios na ação de conhecimento.....	439
500. Fixação de alimentos, prestações exigíveis, irrevogabilidade. Prestações futuras.....	439
501. Execução de alimentos provisionais e de alimentos provisórios.....	440
502. Revogação dos alimentos provisionais.....	440
503. Julgamento de improcedência e ressarcimento de prejuízos de quem pagar alimentos provisionais; quando ocorre.....	441

CAPÍTULO 36

ATENTADO

504. Conceito de atentado.....	442
505. Violação de penhora, arresto, sequestro e imissão de posse.....	442
506. Prosseguimento em obra nova.....	443
507. Prática de inovação ilícita no estado de fato. Caracterização de inovação ilícita.....	443
508. Violação da liminar e atentado. Inovação ao estado de fato.....	443
509. Possibilidade de retorno ao <i>statu quo</i> por outros meios que não o atentado.....	444
510. Natureza cautelar do incidente de atentado.....	444
511. Petição inicial, requisitos comuns e especiais. Valor da causa.....	444
512. Procedimento. Citação, defesa. Impossibilidade de liminar. Suspensão do processo, quando se dá.....	444
513. Sentença de procedência, suspensão da causa. Efeito principal. Natureza da sentença, preceito cominatório.....	445
514. Perdas e danos, interpretação restrita.....	445
515. Recurso, efeitos. Execução provisória, extensão.....	445
516. Sucumbência. Vencido.....	446

CAPÍTULO 37

MEDIDA CAUTELAR FISCAL

517. Indisponibilidade de bens.....	447
-------------------------------------	-----

518. Créditos tributários e não tributários	447
519. Requisito fundamental. Prova literal da constituição do crédito fiscal	448
520. Sujeito passivo da obrigação fiscal. Legitimidade passiva para a medida cautelar	448
521. Responsabilidade tributária. Terceiros.....	448
522. Adquirentes de bens do devedor ou do responsável tributário.....	449
523. Motivação própria para a medida	450
524. Liminar. Indeferimento e recursos.....	450
525. Diferenças básicas entre a indisponibilidade de bens e o arresto	451
526. Defesa do requerido.....	451
527. Sentença final e recurso.....	451
528. Revogação da medida.....	452
529. Cessação de eficácia da medida.....	452
530. Medida cautelar fiscal e coisa julgada.....	452
531. Apensamento dos autos	452
532. Constitucionalidade da medida cautelar fiscal	453

CAPÍTULO 38

MEDIDAS CAUTELARES REFERENTES AO RESSARCIMENTO DE DANOS POR AGENTES PÚBLICOS E COPARTICIPANTES DOS ATOS RESPECTIVOS

533. Improbidade administrativa. Ressarcimento de danos	455
534. Medidas cautelares, concedidas no próprio processo ou autonomamente	456
535. Medidas específicas da ação de improbidade.....	456
536. O <i>fumus boni iuris</i> e o <i>periculum in mora</i>	457

CAPÍTULO 39

MEDIDAS CAUTELARES INOMINADAS OU ATÍPICAS

537. Função cautelar da jurisdição. Acautelamento do processo. Medidas cautelares típicas.....	459
538. Medidas cautelares atípicas, conceito. Poder Geral de Cautela	459
539. <i>Fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i>	461
540. Impossibilidade de antecipação da medida satisfativa com medida cautelar. Exceção: medida antecipatória, perdas e danos. Proteção ao direito à intimidade.....	461

541. Poder discricionário do juiz. Proibição a qualquer impedimento a exercício de direito do cidadão, recurso às vias judiciais. Apreensão irregular de títulos cambiais. Limites judiciais. Proibição de ato que importe em negativa de constituição de direito.....	462
542. Medidas típicas requeridas como atípicas, possibilidade	463
543. Processo de conhecimento, medidas cautelares no próprio procedimento: impossibilidade de cautela autônoma. Medidas satisfativas antecipatórias, possibilidade de cautela.....	463
544. Observações especiais sobre o <i>fumus boni iuris</i> . Interpretação do direito.....	464
545. Campo de aplicação das medidas inominadas. Perigo de lesão e <i>fumus boni iuris</i> . Medidas atípicas menos onerosas em substituição a medidas típicas, com os pressupostos destas	465
546. Procedimento para as medidas atípicas	465

CAPÍTULO 40

RESTRICÇÕES A MEDIDAS CAUTELARES CONTRA O PODER PÚBLICO

547. Constitucionalidade das restrições a medidas cautelares contra o Poder Público — Lei n. 8.437, de 30 de junho de 1992...	466
548. Proibição de liminares e de medidas antecipatórias	466
549. Proibição de liminar que antecipa a satisfação.....	467
550. Vedação de cautelares em pedidos assemelhados a mandado de segurança de competência originária dos tribunais	468
551. Suspensividade do recurso contra medidas que aditam vencimentos ou reclassificam cargos	468
552. Suspensão da liminar e da sentença cautelar pelo presidente do tribunal recursal, prazo e recurso.....	469
553. A apreciação de Medida Provisória antecedente (n. 173) pelo Supremo Tribunal Federal. O acesso à Justiça e o princípio da razoabilidade. A Medida Provisória n. 375, de 23 de novembro de 1993, suspensão parcial, caducidade	470

CAPÍTULO 41

MEDIDAS PROVISIONAIS NÃO CAUTELARES QUE AO JUIZ COMPETE ORDENAR OU AUTORIZAR

554. Disciplina de medidas cautelares típicas e atípicas. Medidas provisionais típicas, mas não cautelares.....	472
---	-----

555. Medidas previstas no art. 888 e poderes de direção do processo. Interesse público e particular. Medidas de ofício. Permissibilidade restrita, medida cautelar, exceção	473
556. Procedimento ordinário das medidas atípicas. Medida preparatória e medida requerida no curso do processo. Recursos próprios	473
557. Acessoriedade da medida. Prevenção de competência.....	474
558. Caducidade da medida constritiva	474
559. Obra de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida. Pedido cautelar da parte e simples pedido de autorização. Coisa judicialmente apreendida, determinação de ofício..	474
560. Entrega de bens de uso pessoal do cônjuge ou dos filhos. Conceitos de bens de uso pessoal. Medida satisfativa. Impossibilidade de concessão de ofício. Entrega de bem comum, medida satisfativa e cautelar.....	474
561. Posse provisória dos filhos nos casos de separação, divórcio ou anulação de casamento. Guarda e educação dos filhos. Direito de visita	475
562. Afastamento do menor autorizado a contrair casamento contra a vontade dos pais. Pedido, legitimação do menor, procuração ..	476
563. Depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente por seus pais, tutores ou curadores, ou induzidos à prática de atos contrários à lei ou à moral. Quem pode requerer. Medida preparatória.....	477
564. Afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal. Separação de corpos e afastamento de um dos cônjuges. Medida não cautelar. Medida concedida só em casos de matrimônio. Afastamento do cônjuge que o requereu para ele próprio, chancela de ato de vontade. Contestação possível. Condenação em honorários e custas. Pedido para afastamento do outro cônjuge, obrigação de fazer; rigorosidade da medida, provas, critério de conveniência. Medida satisfativa. Caráter temporário. Execução da medida. Impossibilidade de decretação de ofício	477
565. Interdição ou demolição de prédio para resguardar a saúde, segurança ou outro interesse público. Medida satisfativa e medida cautelar antecipatória. Legitimidade para a propositura da medida.....	479

CAPÍTULO 42

ATO ADMINISTRATIVO, ATO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E MATÉRIA DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA REGULADOS NO PROCESSO CAUTELAR. PROTESTO DE TÍTULOS

566. Protesto de títulos cambiais. Conceito de títulos cambiais e	
---	--

cambiariformes. Utilidade prática do protesto. Protesto e executividade da duplicata sem aceite. Protesto por falta de devolução da duplicata	481
567. Local do protesto. Competência	482
568. Procedimento do protesto. Quem deve ser intimado: sacado, aceitante ou emitente. Participação do juiz no protesto, quando se dá; jurisdição voluntária, decisão, recurso e efeitos, fornecimento de cópias	482
569. Cancelamento do protesto. Via administrativa e judicial.....	483
570. Apreensão de títulos. Entrega ao devedor do título para aceite ou pagamento, não devolução. Direito à recuperação. Interesse. Contraditório. Decretação de prisão. Dúvida de constitucionalidade. <i>Habeas corpus</i> . Citação do réu e busca e apreensão do título.....	483
571. Sentença, recursos, efeitos.....	485
572. Cessação da prisão. Pagamento e depósito. Não oferecimento da denúncia no prazo legal. Sentença fora do prazo de noventa dias.....	485
573. Soma de prisão civil com a criminal	485
<i>Índice Alfabético e Remissivo</i>	487

ERNANE FIDÉLIS DOS SANTOS

MANUAL DE DIREITO
**PROCESSUAL
CIVIL**

3

Procedimentos
Especiais Codificados e
da Legislação Esparsa,
Jurisdição Contenciosa
e Jurisdição Voluntária,
**Processo nos Tribunais
e Juizados Especiais**

15ª edição

2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1114-1 obra completa
ISBN 978-85-472-1243-8 volume 3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057



Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Sator B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-8117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues
Edição Eveline Gonçalves Denardi
Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Know-How Editorial

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Marti Rampim

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Santos, Ernane Fidélis dos

Manual de direito processual civil, volume 3 : procedimentos especiais codificados e da legislação esparsa, jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária, processo nos tribunais e juizados especiais / Ernane Fidélis dos Santos. – 15. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título II. Série.

16-0889

CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9
2. Processo civil : Direito civil 347.9

Data de fechamento da edição: 16-12-2016

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602452 CAE 603596

90611

Índice Sistemático

<i>Apresentação da 15ª Edição</i>	39
<i>Apresentação da 14ª Edição</i>	41

Primeira Parte

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

Capítulo I

PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTO ESPECIAL

1. Processo	45
2. Processo e procedimento	45
3. Procedimento especial	45
4. Procedimentos especiais fungíveis, absolutamente infungíveis e relativamente infungíveis	46
5. Procedimentos especiais. Código de Processo Civil e leis esparsas	46

Capítulo II

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

1. Depósito bancário extrajudicial	48
--	----

2.	Direito ao pagamento.....	49
3.	Coisa certa, incerta e quantia em dinheiro.....	50
4.	Dívida líquida, certa e exigível.....	50
5.	Facultatividade da consignação.....	51
6.	Legitimidade ativa. Devedor. Cônjuge. Terceiro interessado e terceiro não interessado.....	52
7.	Enfiteuse, aforamento ou emprazamento.....	52
8.	Procedimento da consignação. Infungibilidade.....	52
9.	Competência.....	52
10.	Petição inicial.....	53
11.	Citação do credor. Administrador do imóvel locado.....	54
12.	Recebimento pelo credor. Custas e honorários advocatícios....	54
13.	Depósito não realizado.....	54
14.	Prestações sucessivas.....	55
15.	Reconvenção.....	57
16.	Recusa e mora.....	57
17.	Recusa justa.....	57
18.	Depósito irregular.....	58
19.	Depósito não integral.....	58
20.	Pagamento de coisa indeterminada.....	59
21.	Procedimento comum. Revelia.....	60
22.	Sentença.....	60
23.	Dúvida no pagamento.....	60
24.	Comparecimento do pretendente.....	61
25.	Não comparecimento ou comparecimento de apenas um pretendente.....	61
26.	Comparecimento de mais de um pretendente.....	62
27.	Contestação de pretendente à consignação.....	62
28.	Consignação em pagamento sobre dúvidas relativas a dívidas tributárias.....	63
29.	Aluguéis e acessórios.....	64

Capítulo III PRESTAÇÃO DE CONTAS

1.	Conceito processual de lide. <i>Acertamento</i> como pressuposto da lide.....	67
2.	Objeto da prestação de contas.....	67
3.	Saldo apurado. Cumprimento de sentença.....	68
4.	Vínculo jurídico justificativo de prestação de contas.....	68
5.	Vínculo judicial.....	68
6.	Pretensão à prestação de contas.....	69
7.	Procedimento comum complementar da exigência de contas contestada ou não.....	69

8.	Fungibilidade do procedimento.....	70
9.	Atendimento do pedido pelo réu	70
10.	Sentença no pedido de contas acatado.....	71
11.	Sentença de procedência, natureza, conteúdo e recurso.....	72
12.	Julgamento das contas. Sentença, natureza. Recurso	73
13.	Direito a prestar contas.....	73

Capítulo IV POSSESSÓRIAS

1.	Posse	75
2.	Exceção de domínio	76
3.	Turbação e esbulho, vícios da posse	77
4.	Natureza dúplice da ação possessória. Liminar	78
5.	Desforço incontinenti	79
6.	Legitimidade ativa e passiva.....	79
7.	Atos de molestamento de posse.....	81
8.	Reversibilidade do pedido possessório	81
9.	Procedimento.....	81
10.	Cumulação de pedidos.....	82
11.	Sentença executiva e interdita	83
12.	Fundamentos básicos dos pedidos de proteção possessória	83
13.	Contestação.....	84
14.	Liminares possessórias.....	84
15.	Caução na liminar.....	86
16.	Liminar contra pessoas jurídicas de direito público.....	87
17.	Sentença de improcedência	87
18.	Molestamento coletivo da posse	88
19.	Interdito proibitório	89

Capítulo V DEMARCAÇÃO DE TERRAS

1.	Propriedade. Uso e gozo da coisa.....	92
2.	Direito real de gozo. Pretensão de demarcar	93
3.	Legitimidade do condômino para requerer demarcação	93
4.	Demarcação total ou parcial.....	93
5.	Cumulação do pedido demarcatório com o de divisão.....	93
6.	Demarcação de terras patrimoniais públicas. Bens públicos comuns e terras devolutas. Ação discriminatória	94
7.	Competência para o pedido demarcatório	94
8.	Petição inicial	94

9.	Recuperação de área.....	95
10.	Procedimento.....	95
11.	Sentença sobre o pedido de demarcar	97
12.	Fase executória. Início dos trabalhos de campo. Fixação de marcos.....	98
13.	Planta, memoriais e cadernetas de campo.....	98
14.	Conferência da linha.....	98
15.	Auto de demarcação	99
16.	Homologação da demarcação. Custas e recurso.....	99
17.	Demarcação amigável. Escritura pública e instrumento particular com homologação judicial	100

Capítulo VI

DIVISÃO DE IMÓVEL COMUM

1.	Propriedade comum, condomínio, copropriedade.....	101
2.	Parte ideal do condomínio.....	101
3.	Extinção do condomínio. Bens indivisíveis.....	102
4.	Divisão de terras. Procedimento.....	102
5.	Legitimação para o pedido de divisão.....	102
6.	Cônjuge	103
7.	Competência	103
8.	Cumulação de divisão e demarcação.....	103
9.	Petição inicial, requisitos	103
10.	Origem da comunhão	104
11.	Citação	105
12.	Contestação.....	105
13.	Natureza das sentença que julga a pretensão de dividir	106
14.	Perícia	106
15.	Operações da divisão.....	106
16.	Cumprimento da deliberação de divisão	108
17.	Auto da divisão e sentença homologatória	109
18.	Folha de pagamento.....	109
19.	Benfeitoria permanente do confinante atingida	109
20.	Invasão do terreno vizinho	110

Capítulo VII

DISSOLUÇÃO INTEGRAL E PARCIAL DE SOCIEDADE

1.	Sociedade.....	112
2.	Sociedades empresariais e simples. Associações	112

19.	Pretensão de ser herdeiro, meeiro ou legatário.....	143
20.	Reclamação contra nomeação de inventariante. Destituição e remoção.....	145
21.	Remoção do inventariante	146
22.	Bens de raiz. Valor cadastral	147
23.	Dispensa de avaliação. Valores do inventariante e valores do Fisco.....	148
24.	Avaliação dos bens	149
25.	Apuração de haveres e avaliação de quotas sociais.....	150
26.	Últimas declarações.....	151
27.	Cálculo do tributo e sentença homologatória	151
28.	Colaço	153
29.	Pagamento de dívidas	155
	Partilha	157
30.	Partilha e adjudicação.....	157
31.	Antecipação de uso e fruição de bem da herança.....	157
32.	Partilha em partes ideais. Falsa partilha	157
33.	Partilha amigável.....	158
34.	Partilha judicial, procedimento	158
35.	Deliberação da partilha e esboço.....	159
36.	Lançamento e homologação da partilha.....	159
37.	Formal de partilha	160
38.	Retificação da partilha	161
39.	Rescisão de partilha amigável	161
40.	Rescisão de partilha julgada por sentença.....	162
41.	Petição de herança. Partilha nula. Herdeiro aparente.....	162
	Arrolamento	163
42.	Arrolamento, espécies	163
43.	Arrolamento sumário	163
44.	Dispensa de avaliação. Pagamento do credor. Reserva de bens	164
45.	Taxas judiciárias e tributos. Liquidação administrativa.....	165
46.	Arrolamento em razão do valor dos bens.....	165
47.	Recebimento do PIS-PASEP, restituições de Imposto de Renda e outros tributos, saldos bancários, cadernetas de poupança ...	167
48.	Sobrepartilha	167
49.	Inventários cumulativos.....	168

Capítulo IX

EMBARGOS DE TERCEIRO

1.	Apreensão judicial de bens. Ordem de constrição.....	170
2.	Embargos de terceiro proprietário ou de possuidor. Proprietário fiduciário.....	171

3.	Alegação de domínio alheio	172
4.	Inabilidade da coisa para constrição em razão do título de aquisição	172
5.	Cônjuge	173
6.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	173
7.	Sentença de procedência. Natureza e definitividade. Coisa julgada	174
8.	Impugnação de reconhecimento de fraude à execução	174
9.	Momento dos embargos	175
10.	Distribuição dos embargos por dependência. Competência	176
11.	Petição inicial. Citações	177
12.	Deferimento de processamento dos embargos. Efeito necessário e liminares	178
13.	Caução das liminares	179
14.	Contestação, prazo, matéria de defesa	179
15.	Ônus de sucumbência	180
16.	Julgamento dos embargos	180
17.	Embargos do credor com garantia real	180

Capítulo X OPOSIÇÃO

1.	Oposição, autonomia e conexão	183
2.	Oposição, assistência e embargos de terceiro	184
3.	Oposição e credor hipotecário	184
4.	Processo onde é cabível a oposição	184
5.	Petição inicial, distribuição e competência	184
6.	Causa de pedir e pedido na oposição	185
7.	Litisconsórcio passivo necessário na oposição	186
8.	Reconhecimento do pedido	186
9.	Tramitação e julgamento da ação principal e da oposição	186

Capítulo XI HABILITAÇÃO

1.	Princípio da dualidade de partes	188
2.	Morte de uma das partes	188
3.	Suspensão do processo. Atos urgentes	188
4.	Habilitação. Sucessores e espólio	189
5.	Sucessão pelo cessionário ou adquirente	191
6.	Procedimento	191

Capítulo XII AÇÕES DE FAMÍLIA

1.	Ação de família no novo Código de Processo Civil	193
2.	Conciliação e mediação	194
3.	Tutela provisória e citação	195
4.	Citação	195
5.	Audiência de conciliação e mediação	196
6.	Procedimento comum	196
7.	Ministério Público	196
8.	Ação de alimentos	197
9.	Alimentos	197
10.	União estável	198
11.	Competência	198
12.	Distribuição	199
13.	Assistência judiciária, impugnação	199
14.	Requerimento inicial pela parte	199
15.	Advogado, ratificação	200
16.	Alimentos provisórios	200
17.	Despacho inicial e citação	202
18.	Audiência de conciliação, instrução e julgamento	202
19.	Sentença e coisa julgada	204
20.	Recurso	204
21.	Processo de iniciativa do devedor de alimentos	204
22.	Separação, divórcio, nulidade ou anulação de casamento	205
23.	Execução	205

Capítulo XIII AÇÃO MONITÓRIA

1.	Títulos executivos e não executivos	206
2.	Procedimento monitorio ou injuncional	207
3.	Objeto mediato do pedido no procedimento monitorio	207
4.	Natureza procedimento monitorio	208
5.	Prova escrita	209
6.	Petição inicial	210
7.	Despacho de deferimento	211
8.	Citação	212
9.	Pagamento parcelado	212
10.	Formação do título executivo judicial	212
11.	Inércia do devedor	213
12.	Embargos do devedor	214

13.	Efeitos e recurso	215
14.	Coisa julgada	216
15.	Ação rescisória	217
16.	Reconvenção	217
17.	Incapaz.....	218
18.	Pessoas de direito público.....	218
19.	Indenização por má-fé	218

Capítulo XIV

HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

1.	Penhor.....	220
2.	Penhor legal	220
3.	Natureza do procedimento de homologação do penhor legal...	221
4.	Apropriação do bem	221
5.	Competência	221
6.	Petição inicial e procedimento	221
7.	Contestação.....	222
8.	Pagamento	223
9.	Procedimento comum.....	223
10.	Homologação do penhor legal	223
11.	Coisa julgada	223
12.	Apelação	224
13.	Efeitos específicos da homologação	224
14.	Homologação do penhor legal por escritura pública	224

Capítulo XV

REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

1.	Avaria grossa	226
2.	Petição inicial e citações.....	226
3.	Regulador das avarias.....	227
4.	Laudo inicial do regulador.....	227
5.	Caução. Medida cautelar	227
6.	Julgamento do regulamento.....	228

Capítulo XVI

RESTAURAÇÃO DE AUTOS

1.	Autos.....	229
2.	Autos suplementares.....	229

3.	Restauração de autos desaparecidos	230
4.	Competência para a restauração	230
5.	Petição inicial. Valor da causa	230
6.	Citação, concordância e contestação	231
7.	Sentença.....	231
8.	Provas	231
9.	Custas e honorários, responsabilidade. Pedido julgado improcedente	232

Capítulo XVII ARBITRAGEM

1.	Arbitragem.....	233
2.	Partes e objeto.....	234
3.	Julgamento por direito ou equidade.....	234
4.	Bons costumes e ordem pública	235
5.	Princípios gerais de direito e bons costumes.....	235
6.	Regras internacionais de comércio	236
7.	Instauração do juízo arbitral.....	236
8.	Compromisso.....	236
9.	Cláusula compromissória	238
10.	Contrato de adesão. Cláusula compromissória.....	238
11.	Cumprimento da cláusula compromissória	239
12.	Ação judicial para dar cumprimento a cláusula compromissória	240
13.	Extinção do compromisso	241
14.	Árbitros	242
15.	Instituição da arbitragem	243
16.	Composição do compromisso.....	243
17.	Desenvolvimento procedimental do compromisso.....	244
18.	Sentença arbitral	245
19.	Declaração e esclarecimento	247
20.	Nulidades da sentença arbitral.....	247
21.	Cláusula compromissória. Coisa julgada e ação rescisória	249
22.	Sentença arbitral estrangeira	249

Capítulo XVIII DESAPROPRIAÇÃO

1.	Conceito de desapropriação	251
2.	Preço justo e pagamento prévio e em dinheiro.....	251
3.	Poderes desapropriantes	251
4.	Decreto de desapropriação	252

5.	Necessidade e utilidade pública.....	252
6.	Desapropriação administrativa.....	253
7.	Subrogação dos ônus e direitos sobre o preço.....	253
8.	Competência	253
9.	Juízes com prerrogativas de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.....	253
10.	Não suspensividade do processo, onde se pede desapropriação .	254
11.	Petição inicial	254
12.	Imissão provisória na posse do bem.....	254
13.	Imissão provisória de imóvel habitados pelo proprietário.....	256
14.	Levantamento do depósito. Condições	257
15.	Despacho inicial	258
16.	Contestação.....	258
17.	Concordância sobre o preço	259
18.	Perícia, procedimento	260
19.	Sentença.....	260
20.	Correção monetária	261
21.	Pagamento por precatório.....	261
22.	Desistência da ação, após imissão provisória.....	262
23.	Apelação contra a sentença.....	262
24.	Complementação do preço da imissão provisória	262
25.	Desapropriação para reforma agrária	263
26.	Procedimento para desapropriação de imóvel com fins de reforma agrária	264
27.	Desapropriação indireta. Usurpação, interditos possessórios e indenização	267

Capítulo XIX

AÇÃO DISCRIMINATÓRIA

1.	Terras devolutas	269
2.	Discriminação administrativa de terras devolutas.....	269
3.	Discriminação judicial.....	270
4.	Primeira fase do procedimento.....	271
5.	Fase executória	273
6.	Despesas processuais.....	274

Capítulo XX

MANDADO DE SEGURANÇA

1.	Tutela jurisdicional. Vias comuns e mandado de segurança	275
2.	Ato de autoridade.....	275

3.	Partidos políticos	277
4.	Autarquias.....	278
5.	Funções delegadas	278
6.	Fatos e situações impeditivos ao mandado de segurança.....	279
7.	Direito violado ou ameaçado.....	282
8.	Ilegalidade e abuso de poder	283
9.	Abuso de poder, caracterização.....	284
10.	Quem pode ser protegido pelo mandado de segurança	285
11.	Direito violado ou ameaçado pertencente a várias pessoas.....	285
12.	Direito que decorre de outro. Notificação	285
13.	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> . Liquidez e certeza.....	286
14.	Mandado de segurança e título executivo.....	288
15.	Mandado de segurança. Coisa julgada e preclusão	289
16.	Competência	291
17.	Prazo decadencial para o mandado de segurança. Justo receio	292
18.	Petição inicial	293
19.	Indeferimento da petição inicial. Recursos	295
20.	Liminar. Medida cautelar e antecipatória.....	296
21.	Restrição à medida liminar.....	298
22.	Caducidade da medida liminar.....	298
23.	Suspensão do ato liminar pelo Presidente do Tribunal	298
24.	Notificação da autoridade coatora.....	300
25.	Parte passiva no mandado de segurança.....	301
26.	Litisconsórcio	301
27.	Informações da autoridade e do litisconsorte.....	303
28.	Ministério Público	303
29.	Honorários advocatícios	304
30.	Comunicação da decisão	304
31.	Apelação e reexame necessário	305
32.	Revisão e sustentação oral na apelação e recurso ordinário.....	305
33.	Recurso ordinário e agravo de instrumento nos tribunais.....	306
34.	Cumprimento provisório de sentença.....	306
35.	Sentença mandamental. Execução <i>in natura</i>	307
36.	Auferimento de vantagens pecuniárias	308
37.	Mandado de segurança coletivo	308
38.	Partidos políticos e mandado de segurança coletivo	310
39.	Sindicatos, entidades de classe e associações.....	311
40.	Direito líquido e certo no <i>mandamus</i> coletivo	312
41.	Preferência e prioridade do mandado de segurança e de recursos no julgamento.....	312

Capítulo XXI
MANDADO DE INJUNÇÃO

1.	Finalidade do mandado de injunção.....	314
2.	Mandado de injunção e arguição de inconstitucionalidade por omissão	315
3.	Relação processual	315
4.	Competência	316
5.	Procedimento do mandado de injunção	317
6.	Decisão no mandado de injunção	318
7.	Sentença de procedência.....	319
8.	Eficácia da decisão e coisa julgada.....	320
9.	Recursos	321
10.	Mandado de injunção coletivo.....	322
11.	Ministério Público.....	323
12.	Partidos políticos	324
13.	Sindicatos, entidades de classe e associações.....	324
14.	Defensoria Pública.....	325
15.	Custas processuais. Isenção.....	325

Capítulo XXII
HABEAS DATA

1.	Registro de informações e banco de dados	326
2.	Legitimidade e interesse para o <i>habeas data</i>	326
3.	Ilicitude do registro de informações ou do banco de dados	327
4.	Retificação e complementação das informações e anotações ..	327
5.	Procedimento especial do <i>habeas data</i>	328
6.	Competência. Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais. Juízes federais e juízes estaduais. Competência recursal	330
7.	Isenção de custas	332

Capítulo XXIII
AÇÃO POPULAR

1.	Mandado de segurança e ação popular.....	333
2.	Atos lesivos ao patrimônio e moralidade administrativa	333
3.	Atos nulos ou anuláveis, equiparação.....	334
4.	Moralidade administrativa.....	335
5.	Atos nulos	336

6.	Atos anuláveis.....	337
7.	Prazo da ação popular	338
8.	Competência	338
9.	Petição inicial. Título de eleitor.....	338
10.	Parte passiva	339
11.	Litisconsórcio passivo na ação popular	340
12.	Possibilidade de a pessoa jurídica assumir a qualidade de parte ativa.....	341
13.	Assistência de terceiros. Litisconsórcio. Assistência litisconsorcial.....	341
14.	Ministério Público.....	341
15.	Requisição de documentos	342
16.	Suspensão liminar do ato impugnado.....	342
17.	Citações	342
18.	Contestação.....	343
19.	Julgamento de plano	343
20.	Julgamento de improcedência	344
21.	Coisa julgada. Eficácia <i>erga omnes</i>	344
22.	Sentença de procedência e cumprimento	346
23.	Cumprimento da sentença na pendência do recurso extraordinário e do especial	347
24.	Desistência.....	347
25.	Crime ou infração a contrato de trabalho.....	348

Capítulo XXIV AÇÃO CIVIL PÚBLICA

1.	Defesa judicial de interesses difusos	349
2.	Legitimação ativa	350
3.	Ação civil pública em defesa do patrimônio público e social	351
4.	Ministério Público	351
5.	Condenação em quantia e condenação em obrigação de fazer. Cumulação	353
6.	Cumprimento de obrigação <i>in natura</i>	353
7.	Legitimidade para a execução. Autor e Ministério Público	354
8.	Competência. Justiça Estadual	354
9.	Petição inicial e suspensão liminar.....	354
10.	Liminar	354
11.	Sentença de procedência e de improcedência, coisa julgada....	355
12.	Normas processuais do Código do Consumidor aplicáveis à ação civil pública comum	355

Capítulo XXV
PROCEDIMENTOS DO
CÓDIGO DO CONSUMIDOR

1.	Ações do consumidor	357
2.	Direitos e interesses difusos	358
3.	Direitos e interesses coletivos	358
4.	Interesses e direitos individuais homogêneos.....	358
5.	Facilitação de acesso à justiça. Ação individual.....	359
6.	Ações coletivas	359
7.	Competência. Justiça Federal e Estadual.....	360
8.	Proibição de denunciação da lide	360
9.	Provas na relação de consumo	361
10.	Liminar	362
11.	Sentença de procedência e cumprimento de sentença nas ações coletivas	363
12.	Custas e sucumbência	363
13.	Cumulação de ação individual e coletiva	363
14.	Coisa julgada	364
15.	Improcedência por insuficiência de provas. Coisa julgada.....	366
16.	Direitos e interesses homogêneos e coisa julgada	366
17.	Ação coletiva e ação individual concomitantes	367
18.	Ação coletivas de indenização de danos.....	367
19.	Ação coletiva de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços	367
20.	Liquidação de danos	368
21.	Competência para a liquidação e recurso	369
22.	Cumprimento de sentença individual e coletivo.....	370
23.	Despersonalização das sociedades responsáveis	370
24.	Preferência do crédito por danos ao consumidor com relação a qualquer ação civil pública	370

Capítulo XXVI
PROCEDIMENTOS
DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1.	Alienação fiduciária	372
2.	Comissão de permanência	372
3.	Multa contratual e honorários advocatícios.....	373
4.	Ação de busca e apreensão	373
5.	Busca e apreensão contra terceiro	374
6.	Petição inicial e documentos	375

7.	Deferimento da busca e apreensão	375
8.	Citação e contestação.....	376
9.	Sentença e recurso.....	376
10.	Alienação da coisa.....	377
11.	Prestação de contas.....	377
12.	Ação de depósito.....	377
13.	Ação de execução e executivo fiscal de dívida tributária e não tributária	378
14.	Título de crédito	378
15.	Falência do devedor. Pedido de restituição.....	379
16.	Alienação de coisa imóvel	379
17.	Ação do credor fiduciário para consolidação da propriedade ..	380
18.	Alienação do imóvel	381
19.	Acertamento jurisdicional da alienação do imóvel	382

Capítulo XXVII

REGISTRO TORRENS

1.	Valor absoluto do Registro Torrens	384
2.	Requerimento ao oficial do registro	385
3.	Procedimento misto. Citações pessoais e juízo provocatório...	385
4.	Litisconsórcio, natureza, eficácia da sentença.....	386
5.	Contestação, interesse. Alegação de domínio e usucapião. Impugnação total e parcial	386
6.	Ministério Público	387
7.	Procedimento comum.....	387
8.	Dúvida do oficial de registros.....	387

Capítulo XXVIII

DESPEJO

1.	Ação de despejo. Procedimento.....	389
2.	Sublocatários	390
3.	Concessão liminar de despejo	390
4.	Desfazimento da locação	392
5.	Sentença	392
6.	Locação residencial	393
7.	Uso próprio, de parente, cônjuge ou companheiro	394
8.	Despejo por falta de pagamento	395
9.	Purgação da mora	395
10.	Execução provisória.....	396
11.	Execução do despejo. Notificação. Interrupção do prazo	397
12.	Abandono do prédio pelo locatário. Imissão de posse	397

Capítulo XXIX
REVISIONAL DE ALUGUEL

1.	Revisão voluntária e ação revisional de aluguel	398
2.	Procedimento comum. Liminar.....	398
3.	Sentença.....	400
4.	Ação de despejo fundada no aluguel provisório.....	400

Capítulo XXX
RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO

1.	Locações comerciais e industriais. Locações mistas	402
2.	Fundo de comércio	402
3.	Legitimação para renovação	403
4.	Pressupostos do pedido de renovação.....	404
5.	Competência para a ação	405
6.	Petição inicial	405
7.	Contestação.....	406
8.	Sentença e arbitramento do aluguel.....	407
9.	Proposta de terceiro.....	408
10.	Aluguel provisório.....	409
11.	Indenizações do locatário.....	409
12.	Retomada para uso próprio, de ascendentes, descendentes, cônjuge ou companheiro.....	410
13.	Reformas e modificações do prédio	410
14.	Natureza dúplice da ação renovatória.....	411
15.	Prazo de renovação e registro da sentença	412
16.	Pedido de renovação e de retomada pelo locador.....	412

Segunda Parte
JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

Capítulo XXXI
PRINCÍPIOS GERAIS
DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

1.	Atividade de jurisdição voluntária.....	415
2.	Atividade administrativa do Poder Judiciário	415
3.	Jurisdição contenciosa e voluntária. Processo e procedimento	416
4.	Provocação para agir. Ação e requerimento	417
5.	Causa judicial	417

6.	Competência	418
7.	Capacidade de estar em juízo, princípios próprios	418
8.	Citação dos interessados, intimação do Ministério Público e da Fazenda Pública	419
9.	Manifestação dos interessados e Ministério Público.....	420
10.	Instrução e manifestação	420
11.	Apelação, abrangência	421
12.	Modificação da sentença trânsita	421
13.	Não observância do critério de legalidade estrita.....	421
14.	Procedimento comum e procedimentos especiais.....	422
15.	Enumeração exemplificada de procedimentos comuns.....	423

Capítulo XXXII

NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO

1.	Notificação e interpeação judiciais como procedimento de jurisdição voluntária	426
2.	Notificação e interpeação, institutos afins	426
3.	Notificação, interpeação e protesto	427
4.	Interpeação	428
5.	Protesto	428
6.	Indeferimento do pedido.....	429
7.	Conhecimento do público e de terceiros	431
8.	Intimação por edital, casos	431
9.	Protesto contra alienação de bens.....	431
10.	Protesto formado a bordo	432

Capítulo XXXIII

ALIENAÇÃO JUDICIAL

1.	Alienação judicial em execução e em jurisdição voluntária.....	434
2.	Causas de venda judicial.....	435
3.	Venda antecipada na execução, normas de jurisdição voluntária	435
4.	Decisão e requerimento	435
5.	Avaliação e arrematação. Preço vil	436
6.	Despesas	436
7.	Procedimentos admissíveis contra a alienação judicial.....	436

Capítulo XXXIV
DIVÓRCIO, SEPARAÇÃO, EXTINÇÃO
DE UNIÃO ESTÁVEL CONSENSUAIS E MODIFICAÇÃO
DO REGIME DE BENS NO CASAMENTO

1.	Sociedade conjugal, efeitos.....	437
2.	Divórcio litigioso e separação consensuais	438
3.	Separação e divórcio consensuais.....	438
4.	Petição inicial separação consensual e do divórcio	439
5.	Homologação	440
6.	Alimentos entre os cônjuges.....	441
7.	Renúncia e desistência de alimentos.....	441
8.	Partilha dos bens	442
9.	Diferença de valores, recolhimento de tributo	442
10.	Anulação de separação ou divórcio consensuais	442
11.	Procedimento.....	443
12.	Sentença homologatória.....	444
13.	Divórcio direto contencioso ou consensual	444
14.	Separação e divórcio consensual por escritura pública	444
15.	Alteração de regime de bens.....	445

Capítulo XXXV
TESTAMENTOS E CODICILOS

1.	Testamento e codicilo	447
2.	Aprovação de testamento.....	448
3.	Testamento cerrado.....	448
4.	Testamento público.....	449
5.	Testamento particular	449
6.	Aprovação do testamento cerrado e do público.....	449
7.	Publicação, apresentação e cumprimento do testamento particular.....	451
8.	Testamento marítimo e aéreo. Requisitos e aprovação.....	452
9.	Testamento militar.....	452
10.	Codicilo	453
11.	Nomeação de testamenteiro.....	453
12.	Execução do testamento	453
13.	Competência para aprovação de testamento.....	453

Capítulo XXXVI HERANÇA JACENTE

1.	Herança jacente.....	455
2.	Curador	455
3.	Arrecadação da herança jacente	456
4.	Procedimento.....	457
5.	Suspensão da arrecadação. Comparecimento de interessados .	457
6.	Publicação de editais. Convocação de sucessores	458
7.	Venda de bens	459
8.	Habilitação de sucessores, prazo	459
9.	Habilitação de herdeiro, testamentário ou cônjuge-meeiro	459
10.	Conversão da habilitação em inventário.....	460
11.	Encerramento do prazo de habilitação	460
12.	Vacância.....	460
13.	Ação direta, não empecilho de coisa julgada	461
14.	Incorporação dos bens ao patrimônio do Estado, Distrito Federal ou União. Ação dos interessados	461
15.	Habilitação de credores	462

Capítulo XXXVII DOS BENS DE AUSENTE

1.	Ausência	463
2.	Declaração judicial de ausência.....	463
3.	Competência para declaração de ausência.....	464
4.	Declaração da ausência e arrecadação de bens. Curador	464
5.	Publicação de edital, chamamento do ausente	465
6.	Habilitação de crédito.....	465
7.	Sucessão provisória	465
8.	Habilitação, procedimento.....	466
9.	Quadro sucessório provisório	467
10.	Inventário e partilha	467
11.	Sucessor provisório.....	467
12.	Conversão da sucessão provisória em definitiva	468
13.	Comparecimento do ausente após a abertura da sucessão provisória	468

Capítulo XXXVIII COISAS VAGAS

1.	Descoberta (invenção). Restituição de coisa achada.....	470
2.	Entrega da coisa achada à autoridade.....	470

3.	Publicação de edital.....	470
4.	Comparecimento do dono, reclamação. Prova da alegação. Decisão, recurso. Recompensa do inventor. Abandono.....	471

Capítulo XXXIX

INTERDIÇÃO, TUTELA E CURATELA

1.	Incapazes. Doentes mentais. Psicopatas. Toxicômanos.....	472
2.	Legitimação para requerer a interdição.....	473
3.	Tutela de menores.....	473
4.	Competência.....	474
5.	Curador do incapaz.....	474
6.	Entrevista do interditando.....	474
7.	Nomeação de curador provisório.....	475
8.	Impugnação do interditando.....	476
9.	Perícia médica do interditando. Audiência de instrução e julgamento.....	476
10.	Doença mental, conceito jurídico. Incapacidade relativa.....	477
11.	Sentença de interdição.....	477
12.	Inscrição da sentença e publicação de editais.....	478
13.	Pródigo.....	478
14.	Surdo-mudo.....	479
15.	Psicopatas.....	480
16.	Toxicômano.....	480
17.	Levantamento da curatela.....	481
18.	Disposições comuns a tutela e curatela.....	481
19.	Remoção do tutor e curador.....	482

Capítulo XL

ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

1.	Conceito de fundação.....	484
2.	Órgão fiscalizador das fundações.....	484
3.	Apresentação do estatuto ao Ministério Público.....	485
4.	Suprimento judicial.....	485
5.	Extinção das fundações.....	485

Capítulo XLI

RESTAURAÇÃO, RETIFICAÇÃO E SUPRIMENTOS DO REGISTRO CIVIL

1.	Restauração e retificação do registro civil.....	486
----	--	-----

2.	Suprimento de registro de Óbito.....	486
3.	Legitimidade para restaurar, retificar e suprir registro civil	487
4.	Citação dos interessados	487
5.	Procedimento.....	487
6.	Restauração de registro.....	488
7.	Retificação de registro civil.....	488
8.	Erro de filiação	488
9.	Competência. Retificação ou restauração por mandado	489
10.	Permanência dos autos em cartório. Restauração, retificação e justificação. Suprimento, entrega dos autos.....	489
11.	Corrigenda de erro que não dependa de indagação. Procedimento especialíssimo	489
12.	Outras intervenções judiciais na órbita dos registros civis.....	490
13.	Habilitação de casamento. Dispensa de proclamas	490
14.	Casamento nuncupativo.....	491

Capítulo XLII

DÚVIDA DO REGISTRO DE IMÓVEIS E RETIFICAÇÕES

1.	Negativa de registro de imóveis e averbação	492
2.	Protocolo. Prenotação e suscitação da dúvida	492
3.	Recurso de prejudicado. Limites da sentença.....	493
4.	Procedência da dúvida, devolução de documentos.....	493
5.	Requerimento feito pelo próprio interessado.....	494
6.	Retificação no registro de imóveis.....	494

Terceira Parte

OS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Capítulo XLIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

1.	Uniformização de jurisprudência	497
2.	Precedente e súmula	498
3.	Controle concentrado de constitucionalidade no STF.....	499
4.	Efeitos do julgado sobre o controle de constitucionalidade.....	500
5.	Procedimento da ação direta de declaração de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade	501
6.	Cautelar e medida antecipatória	505

7.	Eficácia da decisão que julga o pedido de declaração de constitucionalidade. Coisa julgada.....	507
8.	Ação de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Distrito Federal e Territórios.....	507
9.	Controle constitucional nos Estados.....	508
10.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	508
11.	Súmula vinculante	515
12.	Modulação dos efeitos da súmula.....	517
13.	Revisão e cancelamento da súmula	517
14.	Súmula vinculante e processos em curso	518
15.	Assunção de competência, demandas repetitivas em recurso extraordinário e especial.....	518
16.	Súmulas do STF, do STJ e orientação de plenário	519
17.	Precedentes vinculantes, ou obrigatórios	519
18.	Precedentes relativamente obrigatórios.....	520
19.	Precedentes de simples persuasão	521

Capítulo XLIV

TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

1.	Protocolo e distribuição.....	523
2.	Prevenção.....	524
3.	Desenvolvimento procedimental comum dos julgamentos	524
4.	Atribuições prévias do relator.....	525
5.	Pauta de julgamentos. Prazos e preferências	526
6.	Ordem dos julgamentos	527
7.	Sustentação oral.....	528
8.	Julgamento.....	529
9.	Nulidades supríveis e sentença nula	529
10.	Resultado do julgamento, elaboração e publicação do acórdão	531
11.	Composição e atuação do órgão colegiado.....	532
12.	Julgamento eletrônico.....	534

Capítulo XLV

ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

1.	Uniformização de jurisprudência e assunção de competência.	535
2.	Relevante questão de direito e repercussão social.....	536
3.	Órgão do tribunal para a assunção de competência	536
4.	Aceitação da competência em assunção de competência	536
5.	Eficácia da decisão em assunção de competência	537
6.	Prevenção e composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal	537

Capítulo XLVI
INCIDENTE DE ARGUIÇÃO
DE INCONSTITUCIONALIDADE

1.	A inconstitucionalidade em caso concreto	539
2.	Hierarquia das leis	540
3.	Arguição de inconstitucionalidade	541
4.	Inconstitucionalidade e ilegalidade. Direito e fato	541
5.	Rejeição da arguição.....	542
6.	Julgamento da arguição	544
7.	Competência	544
8.	Julgamento da questão de constitucionalidade	544

Capítulo XLVII
HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA
ESTRANGEIRA E EXEQUATUR

1.	Sentença e decisão interlocutória estrangeiras	546
2.	Competência	548
3.	Relação processual. Citação e revelia.....	548
4.	Eficácia da decisão estrangeira.....	548
5.	Ofensa à coisa julgada brasileira	549
6.	Ofensa à ordem pública	549
7.	Natureza da sentença homologatória de decisão estrangeira. Medidas de urgência.....	550
8.	Ação rescisória	550
9.	Litispendência por causa proposta no estrangeiro	551
10.	Legitimidade.....	551
11.	Sentenças de jurisdição voluntária	551
12.	Procedimento da homologação. Competência do Presidente e da Corte Especial. Recurso.....	552
13.	Petição inicial	552
14.	Contestação. Alteração de competência	553
15.	Recurso contra decisões monocráticas	554
16.	Cumprimento da sentença estrangeira homologada	554
17.	<i>Exequatur</i> . Decisões interlocutórias e medidas de urgência	554
18.	Divórcio consensual.....	555

Capítulo XLVIII
AÇÃO RESCISÓRIA

1.	Coisa julgada	556
2.	Ação rescisória	557

3.	Rescisória de questões não de mérito.....	558
4.	Atos judiciais que não dependem de sentença e sentenças meramente homologatórias.....	559
5.	Rescisória de ação rescisória.....	561
6.	Competência para ação rescisória. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Federal de Recursos. Tribunais estaduais.....	561
7.	Cumprimento da sentença rescindenda. Tutela provisória.....	562
8.	Juízo rescindente e juízo rescisório.....	563
9.	Interpretação restritiva de motivação da rescisória.....	563
10.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	564
11.	Impedimento do juiz.....	564
12.	Incompetência.....	565
13.	Dolo em detrimento do vencido.....	566
14.	Coação em detrimento do vencido.....	567
15.	Colusão das partes para fraudar a lei.....	568
16.	Ofensa à coisa julgada.....	569
17.	Violação manifesta de norma jurídica.....	570
18.	Prova criminal falsa.....	572
19.	Obtenção de nova prova.....	573
20.	Erro de fato.....	574
21.	Prazo para a ação rescisória.....	575
22.	Legitimidade.....	576
23.	Terceiro juridicamente interessado.....	576
24.	Ministério Público.....	579
25.	Petição inicial.....	579
26.	Depósito obrigatório.....	581
27.	Atos iniciais eventuais da ação rescisória.....	581
28.	Alteração de objeto da ação rescisória por incompetência.....	582
29.	Procedimento.....	583
30.	Julgamento da ação rescisória.....	584

Capítulo XLIX

INCIDENTE DAS DEMANDAS REPETITIVAS

1.	Coletivização dos procedimentos judiciais.....	587
2.	Demandas repetitivas.....	588
3.	Risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.....	588
4.	Formação de jurisprudência.....	589
5.	Provocação do incidente.....	589
6.	Providências administrativas do incidente.....	590
7.	Formação do incidente.....	591
8.	Suspensão de processos pendentes.....	591
9.	Instrução do incidente.....	592

10.	Audiência de julgamento	593
11.	Aplicação da <i>tese jurídica</i> aos processos em tramitação	593
12.	Aplicação da <i>tese jurídica</i> aos processos futuros.....	594
13.	Comunicação obrigatória de entidades controladora.....	594
14.	Recurso	594

Capítulo L RECLAMAÇÃO

1.	Constitucionalidade	596
2.	Natureza jurídica da <i>reclamação</i> e seu alcance	596
3.	Legitimidade para a reclamação e motivação	597
4.	Procedimento.....	599
5.	Julgamento.....	599

Capítulo LI RECURSOS

1.	Duplo grau de jurisdição e duplo exame. Recurso	601
2.	Efeitos do recurso	602
3.	Renúncia, desistência e aceitação da decisão	602
4.	Preclusão, coisa julgada formal e material	603
5.	Substituição da decisão pela do órgão recursal	603
6.	Sentenças e acórdãos	605
7.	Decisões interlocutórias.....	606
8.	Despachos	607
9.	Recursos de primeiro e graus superiores.....	608
10.	Interesse e legitimidade. Partes	608
11.	Recurso do litisconsorte e do devedor.....	609
12.	Adesão ao recurso (recurso adesivo)	609
13.	Terceiro prejudicado e Ministério Público	611
14.	Prazo do recurso	612
15.	Preparo do recurso.....	615
16.	Deserção por falta de preparo. Justo impedimento	616
17.	Julgamento e baixa dos autos	617
18.	Fungibilidade dos recursos. Erro escusável e boa-fé.....	617
19.	Abuso de recorrer	618

Capítulo LII APELAÇÃO

1.	Apelação. Conceito e abrangência.....	622
2.	Questões prévias da apelação	623

3.	Interposição da apelação.....	623
4.	Prazos e remessa dos autos.....	624
5.	Limites da apelação	624
6.	Questões prévias e prosseguimento do julgamento	626
7.	Efeito suspensivo	628
8.	Recebimento da apelação e julgamento.....	631

Capítulo LIII AGRAVO DE INSTRUMENTO

1.	Agravo	633
2.	Hipóteses do agravo de instrumento.....	634
3.	Interposição do agravo de instrumento.....	638
4.	Petição do agravo de instrumento.....	638
5.	Peças obrigatórias do agravo de instrumento	639
6.	Cópia de recurso nos autos. Possibilidade de retratação	640
7.	Inadmissibilidade do agravo de instrumento e antecipação da tutela	641
8.	Efeito suspensivo e antecipação de tutela no agravo de instrumento	642
9.	Intimações e pedido de dia para julgamento	642

Capítulo LIV AGRAVO INTERNO

1.	Decisão monocrática nos tribunais.....	644
2.	Procedimento do agravo	645
3.	Multa.....	645

Capítulo LV EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1.	Esclarecimentos da decisão	647
2.	Contradição e obscuridade	648
3.	Omissão de ponto ou questão	649
4.	Embargos declaratórios e efeito de infringência. Nulidade dos embargos	650
5.	Prequestionamento	650
6.	Correções materiais	651
7.	Procedimento.....	651
8.	Propositura dos embargos. Efeitos	652
9.	Multas	652

Capítulo LVI
RECURSO ORDINÁRIO

1.	Origem constitucional do recurso ordinário.....	654
2.	Elementos caracterizadores do <i>recurso ordinário</i>	655
3.	Competência recursal do <i>recurso ordinário</i>	655
4.	Casuísmo do <i>recurso ordinário</i>	656
5.	Recurso ordinário em razão da qualidade das partes.....	657
6.	Regras gerais dos recursos ordinários	658
7.	Procedimento.....	658

Capítulo LVII
RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL

1.	Classificação dos recursos. Critérios.....	659
2.	Recurso extraordinário	660
3.	Repercussão geral	661
4.	Influência do julgamento sobre processos em tramitação.....	663
5.	Recurso especial	664
6.	Dissídio jurisprudencial.....	665
7.	Interposição dos recursos e procedimento inicial	666
8.	Questão constitucional e questão federal. Prequestionamento.	667
9.	Negativa de seguimento do recurso extraordinário e especial .	670
10.	Encaminhamento para o juízo de retratação	671
11.	Recursos contra decisões de inadmissibilidade e de negativa de seguimento	671
12.	Agravo no recurso extraordinário e no especial.....	672
13.	Pedido de efeito suspensivo	672
14.	Interposição concomitante dos recursos extraordinário e especial	673

Capítulo LVIII
JULGAMENTO DOS RECURSOS
EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS REPETITIVOS

1.	Recursos repetitivos.....	676
2.	Requisitos do recurso repetitivo	677
3.	Seleção de processos de controvérsia de direito idêntica	677
4.	Afetação.....	679
5.	Julgamento dos recursos afetados.....	679
6.	Exclusão de processo da suspensão determinada.....	681

7.	Influência do julgamento dos recursos afetados sobre os não afetados.....	682
8.	Efeitos do recurso paradigma sobre os demais. Juízo de retratação	682

Capítulo LIX

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

1.	Recurso de revista e embargos de divergência	684
2.	Estrutura básica dos embargos de divergência	684
3.	Âmbito dos embargos de divergência.....	685
4.	Interposição dos embargos	686
5.	Procedimento.....	686

Capítulo LX

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1.	Juizado Especial Cível.....	688
2.	Conciliação e arbitramento. Julgamento e execução	689
3.	Composição do Juizado Especial	689
4.	Informalidade do Juizado Especial. Formas conciliatórias.....	690
5.	Competência de jurisdição e de juízo por opção do autor.....	691
6.	Causas excluídas do Juizado Especial	691
7.	Causas excluídas em razão da pessoa.....	693
8.	Causas que podem ser submetidas ao Juizado Especial.....	694
9.	A sentença no Juizado Especial.....	695
10.	Ineficácia da sentenças em causas não autorizadas ao Juizado Especial	697
11.	Cumprimento de sentença	697
12.	Execução de títulos extrajudiciais	701
13.	Acordo extrajudicial homologado e acordo referendado pelo Ministério Público. Competência	702
14.	Capacidade especial para ser parte no Juizado Especial.....	703
15.	Microempresa. Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público, OSCI, Sociedade de Crédito do Microempreendedor	704
16.	Intervenção de terceiro e assistência, proibição	705
17.	Admissibilidade do litisconsórcio	705
18.	Intervenção do Ministério Público	705
19.	Propositura da ação e desenvolvimento do processo.....	706
20.	Assistência facultativa e obrigatória de advogado e assistência gratuita.....	706

21.	Competência de foro	707
22.	Princípios básicos do Juizado Especial	708
23.	Petição inicial (pedido)	709
24.	Citação	710
25.	Audiência. Conciliação. Juiz togado, juiz leigo e conciliador	711
26.	Juízo arbitral	711
27.	Instrução e julgamento	712
28.	Revelia	714
29.	Defesa	714
30.	Comparecimento conjunto das partes	715
31.	Provas	715
32.	Prova oral.....	716
33.	Prova requisitada	717
34.	Nulidades	717
35.	Registro dos atos essenciais.....	717
36.	Sucumbência.....	718
37.	Medidas provisórias.....	718
38.	Extinção do processo sem julgamento de mérito	718
39.	Recurso inominado.....	719
40.	Recebimento do recurso	720
41.	Procedimento do recurso.....	721
42.	Julgamento do recurso	721
43.	Sucumbência no recurso	721
44.	Embargos declaratórios	722
45.	Intimações	722
46.	Conservação de peças do processo.....	723

Capítulo LXI

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS

1.	Juizados Especiais Federais Cíveis e princípios orientadores	724
2.	Parte ativa e representação	725
3.	Parte passiva e representação	725
4.	Competência jurisdicional absoluta	726
5.	Competência material	726
6.	Competência territorial.....	727
7.	Citações	728
8.	Intimações	728
9.	Privilégio em prazos e inexistência de reexame necessário	729
10.	Conciliação-audiência	729
11.	Medidas cautelares e antecipação da tutela	730

12.	Recursos e Turmas Recursais.....	731
13.	Uniformização de jurisprudência	731
14.	Recurso extraordinário	732
15.	Cumprimento de obrigação de fazer, não fazer, de entrega de coisa, por sentença transitada em julgado.....	732
16.	Cumprimento por quantia certa por sentença transitada em julgado	732
17.	Execução por título extrajudicial – impossibilidade.....	733

Capítulo LXII
JUIZADOS ESPECIAIS
DA FAZENDA PÚBLICA

1.	Sistema geral dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	734
2.	Conciliadores e juízes leigos	735
3.	Competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública	736
4.	Causas excluídas do Juizado das Fazendas Públicas	737
5.	Medidas provisórias cautelar e antecipatória. Recurso	740
6.	Sujeitos ativos	741
7.	Sujeitos passivos	741
8.	Citações e intimações	742
9.	Requisição de documentos e exame técnico para conciliação e julgamento	742
10.	Procedimento.....	742
11.	Julgamento do recurso. Retenção de recursos. Sucumbência...	744
12.	Uniformização de jurisprudência	745
13.	Recurso extraordinário	746
14.	Execução. Obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa...	747
15.	Execução por quantia certa.....	747
	<i>Índice Alfabético e Remissivo</i>	<i>751</i>